

PERFIL MUNICIPAL DE SAÚDE

Montemor-o-Velho
2024

Volume I. Estratégia Municipal de Saúde



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
REGIÃO DE COIMBRA



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Perfil Municipal de Saúde de Montemor-o-Velho 2024. Estratégia Municipal de Saúde de Montemor-o-Velho, 2025-2030 – Volume I

AUTORIA

Equipa de Investigação em Geografia da Saúde, CEGOT, Universidade de Coimbra

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Paula Santana, Professora Catedrática e Investigadora do CEGOT

EQUIPA

Coordenação Técnica

Ângela Freitas, Professora Assistente Convidada e Investigadora do CEGOT

Miguel Padeiro, Professor Associado e Investigador do CEGOT

Ricardo Almendra, Professor Auxiliar Convidado e Investigador do CEGOT

Bolsistas de Investigação

Caio Safi

Francisco Cunha

Tiago Fajardo

ImproveConsult – Consultoria e Estudos, Lda.

Helena Peixoto

Cristina Nunes

Colaboradores

Joaquim Patriarca

Citação

Universidade de Coimbra e CIM Região Centro (2025). Perfil Municipal de Saúde de Montemor-o-Velho 2024. Estratégia Municipal de Saúde de Montemor-o-Velho 2025-2030 – Volume I. Coimbra: Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. 159p.

Coimbra | junho 2025

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA	1
ÍNDICE.....	2
INTRODUÇÃO	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
PARTE I. ENQUADRAMENTO.....	11
1 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO, CONCEPTUAL E METODOLÓGICO	12
1.1 O PAPEL DO MUNICÍPIO NA SAÚDE.....	12
1.2 A ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE SAÚDE.....	15
1.2.1 <i>Enquadramento legal</i>	15
1.2.2 <i>Processo de desenvolvimento e ciclo de implementação</i>	16
1.2.3 <i>Princípios orientadores</i>	17
1.3 ABORDAGEM CONCEPTUAL	18
1.3.1 <i>Abordagem geográfica e integrada: o território na produção da saúde e da doença</i>	19
1.3.2 <i>Determinantes da saúde</i>	21
1.3.3 <i>Abordagem intersectorial da saúde: a “Saúde em Todas as Políticas”</i>	23
1.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	24
1.4.1 <i>Processo de elaboração</i>	24
1.4.2 <i>Dados e métodos</i>	26
1.4.2.1 Representação gráfica e cartográfica.....	27
1.4.2.2 Análise estatística e espacial	27
1.4.2.3 Inquérito às instalações de cuidados de saúde primários.....	28
2 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO	30
2.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E ADMINISTRATIVO.....	30
2.2 RELEVO E CLIMA	30
2.3 GRAU DE URBANIZAÇÃO	32
PARTE II. DIAGNÓSTICO	34
3 DEMOGRAFIA	35
3.1 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	35
3.2 ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE	38
4 RESULTADOS EM SAÚDE.....	41

4.1	ESPERANÇA DE VIDA	41
4.2	MORTALIDADE	42
4.2.1	<i>Mortalidade infantil e componentes</i>	42
4.2.2	<i>Mortalidade prematura</i>	44
4.2.3	<i>Principais causas de morte</i>	45
4.3	MORBILIDADE	53
4.3.1	<i>Principais diagnósticos de doença – Registo nos Cuidados de Saúde Primários</i>	53
4.3.2	<i>Morbilidade hospitalar</i>	54
4.3.3	<i>Incapacidade</i>	56
5	COMPORTAMENTOS ADITIVOS	58
5.1	COMPORTAMENTOS ADITIVOS	58
6	CUIDADOS DE SAÚDE	63
6.1	CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS.....	64
6.1.1	<i>Acessibilidade geográfica aos Cuidados de Saúde Primários</i>	64
6.1.2	<i>Caraterização da oferta e utilização dos CSP</i>	66
6.1.3	<i>Caraterização das instalações das unidades funcionais dos Cuidados de Saúde Primários</i>	68
6.2	CUIDADOS HOSPITALARES.....	71
6.2.1	<i>Acessibilidade geográfica aos cuidados hospitalares</i>	71
6.2.2	<i>Utilização de cuidados hospitalares</i>	74
6.3	FARMÁCIAS.....	76
7	DETERMINANTES DA SAÚDE.....	78
7.1	EDUCAÇÃO	78
7.1.1	<i>Nível de escolaridade da população residente</i>	79
7.1.2	<i>Analfabetismo e abandono escolar precoce</i>	82
7.2	CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS.....	84
7.2.1	<i>Emprego, ocupação e rendimento</i>	85
7.2.2	<i>População em situação de carência social e económica</i>	91
7.2.2.1	Beneficiários de subsídio de desemprego	92
7.2.2.2	Beneficiários de Rendimento Social de Inserção.....	92
7.2.2.3	Beneficiários de Complemento Solidário para Idosos.....	94
7.2.2.4	Beneficiários de Ação Social Escolar.....	96
7.2.2.5	Tarifas sociais de energia	97
7.2.2.6	Beneficiários de programas municipais de apoio social.....	97
7.2.2.7	População mais velha em situação de isolamento.....	98
7.3	HABITAÇÃO	100

7.3.1	<i>Condições do edificado e alojamentos</i>	100
7.3.2	<i>Conforto térmico</i>	104
7.4	MOBILIDADE	106
7.5	ESPAÇOS VERDES E AZUIS DE FRUIÇÃO	109
7.6	POLUIÇÃO E RESÍDUOS	111
7.6.1	<i>Poluição do ar</i>	111
7.6.2	<i>Resíduos</i>	113
7.7	SEGURANÇA	114
7.7.1	<i>Segurança rodoviária</i>	115
7.7.2	<i>Segurança pública</i>	118
7.7.2.1	Criminalidade	118
7.7.2.2	Violência contra crianças e jovens	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		123
ÍNDICE DE FIGURAS, MAPAS E QUADROS		127
ÍNDICE DE FIGURAS		127
ÍNDICE DE MAPAS		129
ÍNDICE DE QUADROS		130
ANEXOS		133
ANEXO I – LISTA DE CAUSAS DE MORTE		134
ANEXO II – INQUÉRITO ÀS INSTALAÇÕES DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS		139
ANEXO III – EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS ÓBITOS INFANTIS, PERINATAIS E NEONATAIS NO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO, EM PORTUGAL (CONTINENTE) E NA REGIÃO DE COIMBRA, (Nº), ENTRE 1999 E 2023.		140
ANEXO IV – FICHAS DE CARATERIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS		141

INTRODUÇÃO

O presente documento, intitulado “**Perfil Municipal de Saúde de Montemor-o-Velho, 2024**”, constitui o primeiro volume da Estratégia Municipal de Saúde 2025-2030 e tem como objetivo fornecer um **diagnóstico da situação de saúde e** dos seus **determinantes** no território municipal, bem como a descrição dos equipamentos de **cuidados de saúde**, servindo de suporte à identificação de problemas e à definição das estratégias de intervenção.

O Perfil de Saúde sistematiza informação estatística relevante num **conjunto alargado de indicadores de diferentes áreas e dimensões**, de resultados em saúde, comportamentos, cuidados de saúde e determinantes da saúde, fornecendo uma base de evidência sobre o estado de saúde da população residente (que saúde tem, de que doenças sofre, de que causas morre), sobre os seus comportamentos e sobre os fatores que influenciam a sua saúde e bem-estar, nomeadamente as condições dos lugares de residência (onde e como vive, a que recursos tem acesso). A análise é feita, sempre que possível, ao nível da freguesia, refletindo a necessidade de adequar as respostas às necessidades específicas de cada população e território.

O **Perfil Municipal de Saúde de Montemor-o-Velho é constituído**, fundamentalmente, **por duas partes**:

I – **Enquadramento**;

II – **Diagnóstico**.

No **Enquadramento** (Capítulos 1 e 2) são apresentadas as bases teóricas e metodológicas do Perfil de Saúde, nomeadamente uma breve descrição do quadro de referência da elaboração da Estratégia Municipal de Saúde e a abordagem conceptual e metodológica subjacente ao modelo de avaliação da saúde da população aplicado no diagnóstico, seguido do enquadramento territorial do município.

No **Diagnóstico** (Capítulos 3 a 7) é efetuada a caracterização da saúde da população através de indicadores relativos às várias dimensões de análise relevantes em saúde, sempre que possível à escala da freguesia, seguindo um modelo de avaliação integrado onde a saúde e o bem-estar individual são condicionados por diferentes níveis de influência, que incluem indicadores relativos à demografia, aos estilos de vida e comportamentos e, ainda, às condições de acesso a cuidados de saúde e a outros fatores individuais e ambientais, que correspondem aos determinantes da saúde. O Diagnóstico assenta nos seguintes capítulos:

- **Demografia**, correspondendo à estrutura demográfica da população (Capítulo 3),

- **Resultados em Saúde**, apresentando os resultados em saúde, medidos através de indicadores de estado de saúde - mortalidade e morbilidade (Capítulo 4),
- **Estilos de Vida e Comportamentos**, incluindo fatores de risco modificáveis, relativos aos comportamentos aditivos (Capítulo 5),
- **Cuidados de Saúde**, com uma descrição da oferta, do acesso e da utilização de cuidados de saúde primários, hospitalares e farmácias (Capítulo 6),
- **Determinantes da Saúde**, com uma caracterização dos fatores individuais e das condições geográficas que influenciam a saúde (Capítulo 7), subdivididas em **Educação** (subcapítulo 7.1), **Condições económicas e sociais** (subcapítulo 7.2), **Habitação** (subcapítulo 7.3), **Mobilidade** (subcapítulo 7.4), **Espaços verdes e azuis de fruição** (subcapítulo 7.5), **Poluição e resíduos** (subcapítulo 7.6) e **Segurança** (subcapítulo 7.7).

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Estratégia Municipal de Saúde 2025-2030 de Montemor-o-Velho constitui um instrumento estratégico e de orientação fundamental das políticas municipais no domínio da saúde e da equidade em saúde e tem como objetivo geral promover a saúde da população e reduzir as desigualdades em saúde, relacionadas com os determinantes e condições dos lugares onde as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem. Nela são definidos os eixos estratégicos e as respetivas ações/medidas de intervenção municipal, tendo por base uma abordagem intersectorial da saúde e a otimização dos recursos municipais.

A definição da Estratégia Municipal de Saúde é precedida pela elaboração do presente **Perfil Municipal de Saúde**, que visa fornecer a **base de evidência e de conhecimento** para a seleção informada das estratégias mais adequadas à resolução dos problemas de saúde de Montemor-o-Velho. Este documento fornece um **retrato do estado de saúde da população residente** (que saúde tem, de que doenças sofre, de que causas morre) e das **condições dos lugares de residência** que influenciam a saúde e o bem-estar (onde e como vive, a que recursos tem acesso). Sempre que possível, a análise é feita ao nível da freguesia, refletindo a necessidade de adequar as respostas às necessidades específicas de cada população e território.

O Perfil de Saúde é orientado por uma **abordagem integrada, multidimensional e geográfica da saúde**, em que a análise dos **determinantes da saúde** e da sua **distribuição no território** ajuda a conceber políticas e medidas que, ao incidirem sobre essas condições, estão a atuar a montante da doença - **resultados em saúde**, resolvendo ou mitigando as suas causas e efeitos. Por este motivo, o diagnóstico sistematiza informação estatística de **indicadores de diferentes dimensões**, para além dos resultados em saúde e dos cuidados de saúde, abrangendo os determinantes relacionados com o ambiente económico, social, físico e construído.

O município de Montemor-o-Velho encontra-se, em termos de **Demografia**, num contexto de **retração da população residente** na última década (-6% entre 2011 e 2021), acentuando a trajetória observada nas décadas anteriores (-2,7% entre 1991 e 2011).

A análise dos **Resultados em Saúde** incide sobre três componentes: **esperança de vida, mortalidade e morbilidade**. Relativamente à esperança de vida, o município de Montemor-o-Velho apresenta um importante **aumento da esperança média de vida à nascença** nos períodos em análise (1999-2003 a 2019-2023): +5 anos (de 80,2 anos para 85,2 anos) no caso das mulheres, +1,5 anos (de 77,9 anos para 79,4 anos) no caso dos homens. Os **dados da mortalidade** revelam uma **tendência (irregular) de decréscimo da mortalidade infantil**, ao longo do tempo, com um valor abaixo da Região de Coimbra e de Portugal Continental (1,13‰) no último período. Apesar da evolução positiva do

indicador poder estar associada a melhores condições de vida e de acesso aos cuidados de saúde durante o período de gravidez e o primeiro ano de vida, a variabilidade poderá estar, ainda, associada aos valores baixos de nados vivos registados anualmente no município de Montemor-o-Velho. A mortalidade perinatal (0,00‰) e a mortalidade neonatal (0,00‰) também apresentam valores mais baixos no município de Montemor-o-Velho do que nos restantes territórios de referência. Por outro lado, a taxa de **mortalidade prematura** (mortalidade antes de completar 75 anos) mostra uma **elevada variabilidade entre freguesias** (entre 174 e 387 óbitos por cem mil habitantes).

Relativamente à **morbilidade**, foram analisados os principais diagnósticos de doença, a morbilidade hospitalar e a incapacidade. No primeiro caso, destacam-se cinco patologias principais, a saber: **alterações do metabolismo dos lípidos, hipertensão arterial, obesidade, perturbações depressivas e diabetes mellitus**. O município apresenta valores mais elevados de prevalência em comparação com a Região de Coimbra em todos estes diagnósticos. Analisando a evolução das **taxas de morbilidade hospitalar** pelos grandes grupos de causas de internamento, verifica-se que o município apresenta valores mais elevados para internamentos por **Doenças do Aparelho Circulatório e Diabetes Mellitus**. Verifica-se, ainda, uma tendência de forte aumento entre 2010-2012 e 2021-2023 nos internamentos por Doenças Mentais e Tumores Malignos (variações percentuais de 37,8% e 13,1%, respetivamente).

A análise dos **Cuidados de Saúde** é feita através da análise da oferta, acesso e utilização dos cuidados de saúde primários (CSP) e hospitalares. Relativamente aos CSP, o município de Montemor-o-Velho gere **seis edifícios afetos à prestação de cuidados primários**, um edifício (sede), localizado em **Montemor-o-Velho** (onde funcionam a USF MonteMayor, a UCC Montemor-o-Velho, o CAC e a USP do Baixo Mondego – Polo Montemor-o-Velho), um edifício, localizado em **Arazede** (onde funciona a USF Araceti), um edifício, situado em **Pereira** (afeto ao funcionamento da UCSP Margens do Mondego) e três edifícios afetos ao funcionamento de 3 polos, um deles localizado em **Carapinheira** (onde funciona um polo da USF MonteMayor) e outros dois localizados, respetivamente, em **Tentúgal** e em **Meãs do Campo** (onde funcionam os polos da UCSP Margens do Mondego). Importa referir que para as instalações de prestação de CSP sob a responsabilidade do município de Montemor-o-Velho estão previstos diversos projetos de construção e/ou remodelação e de intervenções diversas, com grau de maturidade 3 (em fase de projeto), e que importam num investimento de cerca de 1,5 milhões de euros, financiados no âmbito do PRR. Existem ainda diversos projetos de remodelação e intervenção cuja necessidade está identificada (grau de maturidade 1) ou cujo investimento está planeado (grau de maturidade 2), mas não têm ainda financiamento assegurado, e que implicam um investimento superior a 1 milhão de euros.

A **acessibilidade geográfica às unidades dos CSP** no município de Montemor-o-Velho é **muito boa** considerando a utilização de automóvel: quase a totalidade **da população reside a uma distância igual ou inferior a 10 minutos** de uma unidade que presta cuidados de saúde primários. Genericamente, quase todas as freguesias apresentam excelentes tempos médios ponderados, inferiores ou iguais a 10 minutos, dado que aí se localizam unidades funcionais e extensões dos CSP. Do total de inscritos/as nos CSP, apenas **6,7% não tinham médico de família atribuído**, o que coloca o município numa posição favorável relativamente tanto à ULS do Baixo Mondego como à Região de Coimbra, que registavam, em ambos os casos, 10,8% de utentes inscritos/as sem médico de família atribuído.

Quanto à **acessibilidade do território municipal a cuidados hospitalares**, a totalidade da população reside a menos de 30 minutos de automóvel do hospital público mais próximo com serviço de urgência, sendo que cerca de 25% reside em freguesias em que esta distância é inferior a 15 minutos. A análise dos **Determinantes da Saúde** assenta em sete dimensões principais, todas reconhecidamente associadas a impactos nos resultados em saúde: educação, condições económicas e sociais, habitação, mobilidade, espaços verdes, poluição, segurança.

A **educação** constitui, reconhecidamente, um fator basilar na função de produção de saúde, designadamente ao nível dos comportamentos e atitudes. Em termos globais, a população residente no município apresenta níveis de escolaridade semelhantes aos do Continente e da Região de Coimbra: **21% da população com o Ensino Secundário e Pós-Secundário completo**, contra 20% na Região de Coimbra e 22% no Continente. No Ensino Superior, a situação é desfavorável, com apenas 14% da população, contra 19% na Região de Coimbra e 17% em Portugal Continental. Quanto ao **abandono escolar precoce**, o município de Montemor-o-Velho apresenta uma situação semelhante à Região de Coimbra e mais baixa que a de Portugal Continental: a população jovem residente no município com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos com o máximo do 3º Ciclo do Ensino Básico e que não frequentava o ensino em 2021 representava **8,3%** do total deste grupo etário (8,1% na Região de Coimbra, 11,2% em Portugal Continental).

Relativamente à **taxa de desemprego**, o período 2014-2023 foi marcado por uma **diminuição** muito expressiva do número de pessoas desempregadas registadas no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) em todas as unidades estatísticas em análise: -60% (-48% na Região de Coimbra e -46% em Portugal Continental). **Em 2023**, existiam no município **549 pessoas desempregadas registadas**. O **desemprego jovem** também demonstrou uma **redução bastante acentuada** no município de Montemor-o-Velho (-58%), mais intensa que na Região de Coimbra (-52%) e que em Portugal Continental (-51%).

No que concerne às **pessoas mais idosas a viverem sós**, o município de Montemor-o-Velho apresenta uma percentagem idêntica às unidades estatísticas de referência: **21%**. Essa percentagem **subiu relativamente a 2011** (ano em que era de 20%). Este valor global para o município cobre uma relativa **dispersão segundo as freguesias** consideradas e, sobretudo, o género dos/as residentes, verificando-se uma **predominância de mulheres adultas mais idosas que vivem sós** (26%, que compara com apenas 12% de homens).

Em relação às **condições do edificado e dos alojamentos**, cerca de **18% do total dos edifícios** existentes no município em 2021 apresentava-se em **situação muito degradada ou com necessidade de intervenções** com algum significado, valor semelhante à média regional e superior à média do Continente (18% e 14%, respetivamente). Acresce que **a maioria dos alojamentos** (cerca de 52%), **não é acessível a cadeiras de rodas**. O município encontra-se numa situação mais favorável que a Região de Coimbra e que Portugal Continental.

Ao longo deste diagnóstico, e através da análise de um conjunto vasto de indicadores de diferentes dimensões, é fornecida a base de evidência e de enquadramento necessário à identificação de problemas e necessidades em saúde, de forma holística, participada e territorializada.

A **identificação das necessidades em saúde** é feita a partir:

- dos resultados em saúde, traduzindo problemas de saúde associados à carga de doença e/ou incapacidade e/ou morte prematura e evitável presente e a desejada e possível no futuro;
- dos determinantes da saúde, a montante dos problemas diagnosticados, traduzindo o desvio entre a frequência dos fatores de risco e de proteção presente e a desejada e possível no futuro.

O Perfil Municipal de Saúde contribui, assim, para apoiar a priorização e posterior definição do quadro estratégico de intervenção no segundo volume da Estratégia Municipal de Saúde, correspondente ao Plano Municipal de Saúde.

PARTE I. ENQUADRAMENTO

1 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO, CONCEPTUAL E METODOLÓGICO

1.1 O papel do município na saúde

A saúde é crucial para o desenvolvimento individual e coletivo e, nesse sentido, devem ser desenvolvidas políticas públicas que promovam condições à população para que possa viver mais anos, mas fundamentalmente, com melhor saúde, bem-estar e qualidade de vida.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS)¹, a **intervenção de base territorial local**, nomeadamente ao nível dos municípios, desempenha um papel decisivo na **promoção da saúde** e do bem-estar da comunidade, na **prevenção de doenças crónicas** e na **redução das desigualdades evitáveis e injustas em saúde** entre populações e áreas geográficas².

Através da ação enquadrada pelas suas **competências e atribuições** tradicionais, os **municípios** implementam medidas, ações e projetos que podem influenciar — positiva ou negativamente — a saúde das comunidades. Estas intervenções podem ser realizadas não só através da **atuação direta ou indireta** sobre os seus **determinantes** (económicos, sociais e ambientais) mas também através do estabelecimento de **parcerias** com outros atores locais, como os prestadores de cuidados de saúde, associações e instituições sociais, empresas e comunidade em geral³.

A **progressiva transferência de competências do Estado central para o poder local**, desde a implantação da democracia em Portugal em 1974, tem vindo a dotar os municípios de condições essenciais e decisivas no que concerne ao desenvolvimento territorial e à promoção da saúde e do bem-estar das populações (**Figura 1**).

¹ World Health Organization (WHO) (2016). *Health promotion*. World Health Organization. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/health-promotion>>. Acesso em: 05-08-2024

² WHO Regional Office for Europe. (2019). *A multilevel governance approach to preventing and managing noncommunicable diseases: The role of cities and urban settings*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe. <<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/346430/WHO-EURO-2019-3644-43403-60942-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

³ WHO Regional Office for Europe. (2012). *Addressing the social determinants of health: the urban dimension and the role of local government*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe. <<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/130067/9789289002691-eng.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>.

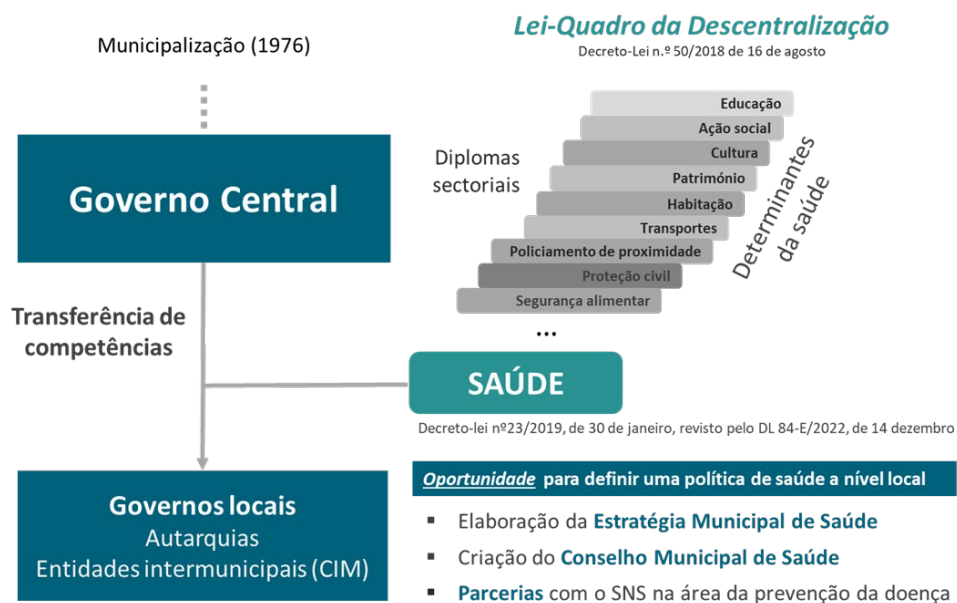


Figura 1. Quadro de transferência de competências para o município.

Fonte: Equipa de Investigação.

São diversos os **domínios de intervenção municipal com influência na saúde** da comunidade (**Figura 2**). Destacam-se o planeamento urbano, o desenvolvimento social e cultural, a educação, o acesso a habitação adequada, o apoio à família e ao emprego, a criação e manutenção de espaços verdes, o acesso a transportes públicos, a redução da poluição, a promoção de modos de deslocação ativa, entre outros.



Figura 2. Domínios de intervenção dos municípios com influência na saúde da população.

Fonte: Equipa de Investigação.

As autarquias têm a capacidade de contribuir para uma vida saudável, corrigindo as condições desadequadas em que as pessoas vivem, trabalham e envelhecem, bem como garantindo o acesso (equitativo) a bens, recursos e oportunidades.

Mais recentemente, no âmbito da **Lei-Quadro da Transferência de Competências** para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, são designadas novas atribuições aos municípios na área da saúde (ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto). Posteriormente, e em sequência, o Decreto-Lei nº23/2019, de 30 de janeiro, e nº84-E/2022 de 14 de dezembro, vêm dotar os municípios portugueses de competências que alargam a sua esfera de atuação no plano das políticas de saúde e da gestão dos equipamentos de saúde dos respetivos territórios.

É importante referir, também, que o recente **contexto da COVID-19** veio sublinhar, de forma mais mediática, o papel que os vários níveis de governo, e os municípios em particular, desempenham na prevenção da doença e na promoção da saúde das populações. A crise pandémica, social e económica revelou e potencialmente agravou, em muitos casos, as fragilidades e desigualdades já existentes nos principais determinantes da saúde da população (*e.g.*, condições ambientais do lugar de residência, emprego, habitação, acesso a cuidados de saúde e outros serviços públicos e privados)⁴.

Torna-se, por isso, urgente (re)pensar as estratégias locais de desenvolvimento social e territorial, considerando os potenciais **impactos de todas as políticas na saúde** e na equidade em saúde.

O **perfil de saúde**, ao fornecer um retrato do estado de saúde da população e das condições em que vive, constitui-se como ferramenta fundamental no conhecimento dos fatores que afetam a saúde, permitindo a **identificação de problemas**, servindo como ponto de partida para a formulação do **plano de saúde**, onde serão definidas as **estratégias e ações** a desenvolver com vista à promoção da saúde.

⁴ McGowan, V., Bamba, C. (2022). COVID-19 mortality and deprivation: pandemic, syndemic, and endemic health inequalities. *Lancet Public Health*, 7: e966–75. < [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(22\)00223-7](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(22)00223-7)>

1.2 A Estratégia Municipal de Saúde

A Estratégia Municipal de Saúde (EMS) consiste num **instrumento de planeamento estratégico** no domínio da saúde, definindo prioridades para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida da população residente no município.

Tem como objetivo geral **promover a saúde da população** e **reduzir as desigualdades em saúde** relacionadas com as condições dos lugares onde as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem (e.g., socioeconómicas, de educação, da habitação, do ambiente físico e construído, de mobilidade e acesso a cuidados de saúde, bem como a outros serviços e equipamentos).

Como objetivos específicos, a EMS visa definir os **eixos estratégicos** e as respetivas **ações e medidas de intervenção do município**, tendo por base uma abordagem intersectorial e a otimização dos recursos municipais com impactos positivos na saúde.

1.2.1 Enquadramento legal

A elaboração da EMS enquadra-se no âmbito da **descentralização de competências no domínio da saúde** para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, iniciada no **Decreto-Lei nº23/2019**, de 30 de janeiro e com as alterações introduzidas no **Decreto-Lei nº 84-E/2022**, de 14 de dezembro. Entre os ajustamentos introduzidos, inserem-se, a **densificação de âmbito** e a respetiva articulação e alinhamento com outros instrumentos de planeamento em saúde.

Segundo estes Decretos, a EMS é um instrumento de planeamento estratégico que contempla, a nível municipal, as “linhas gerais de ação e as respetivas metas, indicadores, atividades, recursos e calendário”. Este documento deve ainda conter a “**descrição de todos os estabelecimentos de saúde existentes a nível municipal**, em construção ou com financiamento aprovado, a respetiva localização, bem como uma **análise prospetiva** que, em matéria de instalações e equipamentos identificados para **responder às necessidades em saúde**, determine os domínios e os locais de intervenção prioritária a nível municipal”.

Este instrumento deve ser desenvolvido em **articulação direta** com a **Câmara Municipal** e respetivo **Conselho Municipal de Saúde (CMS)**, a **Comunidade Intermunicipal (CIM)** (Secretariado Executivo e Conselho Intermunicipal) à qual pertence o município, bem como com a **Unidade Local de Saúde (ULS)**⁵ que abrange o respetivo território.

⁵ Conforme o novo modelo de organização e funcionamento em unidades locais de saúde estatuído pelo Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro.

É ainda fundamental o **alinhamento** com outros **instrumentos de planeamento em saúde**, nomeadamente com o **Plano Nacional de Saúde (PNS)** e os **Planos Regionais (PRS)** e **Locais de Saúde (PLS)**, contribuindo para o cumprimento das suas metas e objetivos estratégicos⁶, bem como com outros instrumentos de outros sectores, nomeadamente do planeamento urbano, ambiente, transportes, economia, desenvolvimento social e educação, pelos óbvios impactos que estes têm na promoção da saúde.

Fundamentalmente, a EMS deve definir estratégias e intervenções específicas que respondam às necessidades e problemas identificados no território municipal

1.2.2 Processo de desenvolvimento e ciclo de implementação

A EMS é projetada para um ciclo temporal de cinco anos (2025-2030) sendo que, após este período, deve ser revista e avaliada, para readequação das estratégias e das prioridades a serem aplicadas (**Figura 3**).

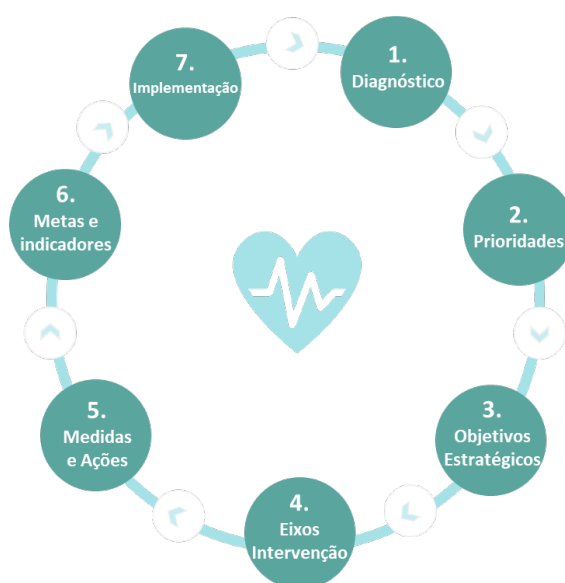


Figura 3. Processo de desenvolvimento da Estratégia Municipal de Saúde.

Fonte: Equipa de Investigação.

⁶ O alinhamento da Estratégia Municipal de Saúde com estes instrumentos e respetivo enquadramento estratégico considerando os contextos europeu, nacional e regional de referência é apresentado com maior detalhe no segundo volume, correspondente ao Plano Municipal de Saúde.

Em termos concretos, a EMS é composta por dois documentos (volumes) que integram, sequencialmente, as etapas do processo de desenvolvimento deste tipo de instrumento de planeamento (**Figura 3**):

1) **Perfil Municipal de Saúde**, que corresponde ao presente documento, sendo relativo ao diagnóstico da situação de saúde da população e seus determinantes, fornecendo a base para a identificação dos principais problemas e necessidades;

2) **Plano Municipal de Saúde**, que substantifica a definição das estratégias, expressas em eixos de intervenção e respetivos objetivos, e que se materializa em três partes:

i) **Plano de Ação**, com a identificação de medidas e ações que respondem aos problemas e necessidades identificadas no Perfil de Saúde, dirigidas sobretudo aos determinantes da saúde;

ii) **Plano de Monitorização e Avaliação**, com a definição de metas e indicadores que apoiam o acompanhamento e avaliação da implementação das ações que integram o plano de ação;

iii) **Plano de Comunicação**, que complementa os anteriores (plano de ação e monitorização e avaliação) com a indicação do público alvo das estratégias, interlocutores e potenciais parceiros locais e regionais com os quais o município pode colaborar na implementação e avaliação das respetivas medidas.

1.2.3 Princípios orientadores

Partindo dos princípios orientadores de que todas **as políticas têm uma dimensão territorial** e de que a **missão do município** é definir e executar medidas e ações que promovam o desenvolvimento integrado e sustentável em diferentes áreas de intervenção, a EMS deve constituir-se como um instrumento de governança que auxilie a articulação com os outros instrumentos de planeamento municipal, regional e nacional.

Assim, a EMS deverá refletir nas suas estratégias:

- Os **problemas e as necessidades de saúde da população**, identificados no Perfil Municipal de Saúde, bem como as ações e medidas que respondem a essas prioridades (Plano Municipal de Saúde);
- A **‘abordagem baseada no lugar’**, assente na análise das desigualdades geográficas entre as freguesias do município e na adequação das respostas aos problemas específicos de cada território;

- A promoção de contextos favoráveis à saúde ao longo do ciclo de vida através da **ação sobre os determinantes da saúde** (e.g., ambiente económico, social, físico e construído);
- A **abordagem intersectorial** (“Saúde em Todas as Políticas” e “Todas as Políticas na Saúde”), com o envolvimento dos diferentes setores e parceiros (*stakeholders*) que contribuem, direta ou indiretamente, para promover o bem-estar e a equidade em saúde no município;
- A **articulação com o setor dos cuidados de saúde**, nomeadamente com as entidades regionais e locais de saúde, no planeamento da rede de unidades de prestação de cuidados de saúde primários;
- A **participação e envolvimento da comunidade** na identificação dos problemas e necessidades de saúde e na co-produção de soluções;
- A **avaliação e monitorização do impacto das medidas e ações de política na saúde** e na equidade em saúde;
- Os potenciais **ganhos em saúde** orientados não só pela **melhoria global da saúde** da população do município mas também pela **redução das desigualdades internas** (entre freguesias e grupos populacionais) nos resultados e nos determinantes da saúde.

1.3 Abordagem conceptual

O direito à saúde é um dos direitos humanos mais importantes, estando intrinsecamente ligado ao direito à vida. A OMS define, desde o ano da sua Constituição (1946)⁷, a saúde como um *estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente como a ausência de doença ou de enfermidade*.

A Constituição Portuguesa (1976) também consagra este direito, através do seu artigo 64º, o qual determina que todos têm o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e proteger.

Nas últimas décadas tem-se reforçado a mudança de paradigma na saúde, caracterizada pela passagem de um modelo de avaliação centrado na doença e no seu tratamento para um modelo mais integrador e com a preocupação de promover a saúde e a equidade em saúde, centrada no cidadão, nas suas necessidades e expectativas.

⁷ World Health Organization (WHO) (1946). *Constitution of the World Health Organization*. Geneva: World Health Organization.

Neste enquadramento, a **saúde é entendida** não como um conceito objetivo ou que resulta apenas de fatores genéticos e biológicos, mas como um **produto de origem multifatorial** que está intimamente ligado ao desenvolvimento e ao **lugar onde se nasce, vive, trabalha e envelhece**.

A promoção de contextos favoráveis à saúde ganha particular expressão através da criação de condições que promovam a adoção de estilos de vida mais saudáveis e que incluam as necessidades sentidas pelos cidadãos nas respostas intersectoriais de base territorial.

Neste paradigma de avaliação e promoção da saúde (**Figura 4**), assumem-se como essenciais as seguintes abordagens: Visão Integrada, Base Geográfica, Saúde em Todas as Políticas e Planeamento Colaborativo⁸.

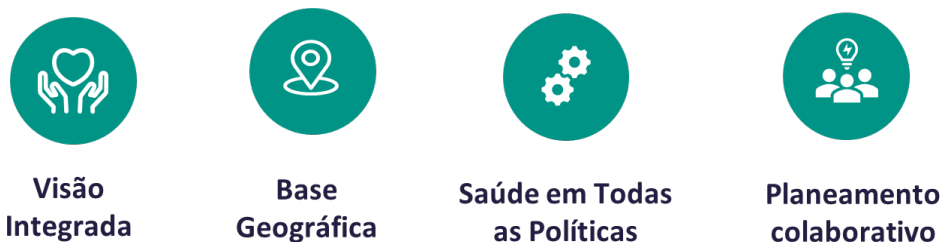


Figura 4. Dimensões da abordagem conceptual de avaliação da saúde da população.

Fonte: Equipa de Investigação.

1.3.1 Abordagem geográfica e integrada: o território na produção da saúde e da doença

A influência do contexto na saúde individual e coletiva é complexa e, por isso, de dimensão holística. O contexto é formado por múltiplos ambientes, dos quais se podem destacar o **ambiente físico, o construído, o social, o económico e o cultural** - os chamados **determinantes da saúde** – cuja distribuição, qualidade e acesso são reflexo da boa governança e da adequação das políticas, incluindo as da saúde⁹.

Planear lugares mais saudáveis capazes de promover a saúde (...) é não esquecer nenhuma destas dimensões (...) é identificar com precisão as características ambientais que, potencialmente, determinam o bem-estar e a qualidade de vida humana.¹⁰

⁸ Freitas, Â., Santana, P. (2022). Putting Health at the Heart of Local Planning Through an Integrated Municipal Health Strategy, *Urban Planning*, Special Issue "Healthy Cities: Effective Urban Planning Approaches to a Changing World", 7(4): 42-60.< <https://doi.org/10.17645/up.v7i4.5829>>.

⁹ Santana, P. (2014). *Introdução à Geografia da Saúde: Território, Saúde e Bem-Estar*, 1ª Edição, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

¹⁰ Santana, P. (Coordenação) (2007). *A Cidade e a Saúde*. Coimbra: Edições Almedina SA.

O **lugar de residência**, nas suas componentes físicas e sociais, afeta a saúde quer diretamente quer indiretamente, através da influência sobre os estilos de vida e comportamentos.

Áreas geográficas mais desfavorecidas e com maior privação (e.g., elevados índices de pobreza, desemprego, baixa escolaridade, más condições da habitação, desprovidas de serviços e equipamentos, dificuldades de acesso a transporte público, má qualidade ambiental) tendem a estar associadas a piores resultados em saúde dos seus habitantes (e.g., elevada incidência, prevalência e mortalidade por doenças crónicas, doenças infetocontagiosas, obesidade, tensão arterial elevada) e a uma maior prevalência de comportamentos de risco (e.g., consumos aditivos, inatividade física, dieta pobre ou desequilibrada). As **diferentes condições socioeconómicas, de habitação, do ambiente físico e do ambiente construído** entre territórios do mesmo município, da mesma freguesia ou bairro, geram desigualdades geográficas injustas e evitáveis nos determinantes da saúde, que se repercutem nos resultados em saúde e se traduzem em iniquidades em saúde^{11, 12}.

A **equidade em saúde** é um dos temas que, nas últimas décadas, mais tem preocupado os investigadores e decisores na área da saúde, sendo prioridade na agenda política internacional¹³.

Neste âmbito, a equidade é entendida como a **ausência de desigualdades evitáveis e injustas no estado de saúde da população e nos respetivos determinantes**, entre grupos da população e áreas geográficas^{14,15}. Promover a equidade em saúde representa intervir na redução e eliminação destas desigualdades com o imperativo de “*Não deixar ninguém para trás nem nenhum lugar para trás*”. Desde a Carta de Promoção da Saúde da OMS, adotada em Ottawa em 1986¹⁶, que se preconiza que a justiça social e a equidade são pré-requisitos para se obterem ganhos efetivos na saúde da população.

¹¹ WHO-CSDH (2008). *Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. Final report of the Commission on Social Determinants of Health*. Geneva: World Health Organization.

¹² Marmot, M. (2005). Social determinants of health inequalities. *The Lancet*, 365(9464):1099-104. <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(05\)71146-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(05)71146-6)>.

¹³ WHO Regional Office for Europe (2019). *Healthy, prosperous lives for all: the European Health Equity Status Report*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe. <<https://www.euro.who.int/en/publications/abstracts/health-equity-status-report-2019>>

¹⁴ Braveman, P. (2014). What are health disparities and health equity? We need to be clear. *Public Health Reports*, 129(1_suppl2):5-8. <<https://doi.org/10.1177/003335491412915203>>

¹⁵ Braveman, P. (2003). Defining equity in health. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 57(4):254-8. <<https://doi.org/10.1136/jech.57.4.254>>.

¹⁶ World Health Organization (WHO) (1986). *Ottawa Charter for Health Promotion: First International Conference on Health Promotion*. Ottawa: World Health Organisation. <https://www.healthpromotion.org.au/images/ottawa_charter_hp.pdf>; Acesso em: 05-08-2024.

De acordo com esta abordagem integrada e geográfica da saúde, a **análise dos determinantes da saúde**, e a sua distribuição no território, suporta e reforça a conceção de políticas e medidas que, ao incidirem sobre essas condições, atuam a montante da doença (resultados em saúde), resolvendo ou minorando as causas e os efeitos¹⁷. Por este motivo, é fundamental incluir as políticas de outros setores e a diferentes níveis, para além do setor dos cuidados de saúde, na prevenção e promoção da saúde da população (**Figura 5**).

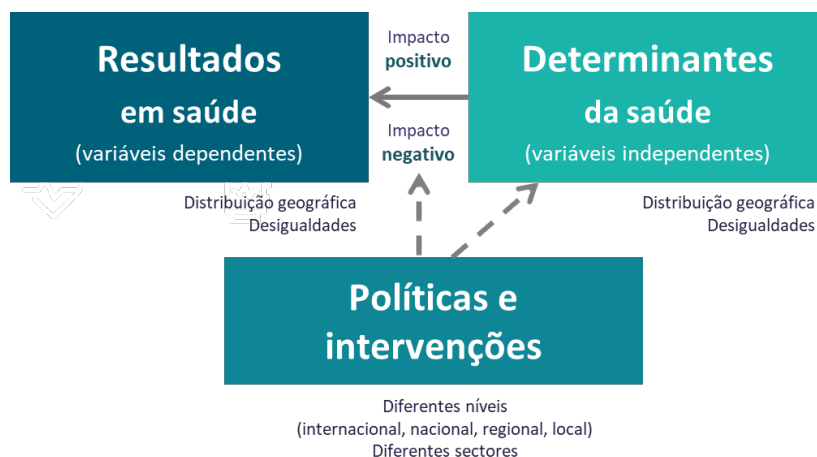


Figura 5. A Abordagem Integrada da Saúde da População.

Fonte: Adaptado e traduzido de Kindig & Stoddart (2003).

1.3.2 Determinantes da saúde

Dos modelos que procuram expressar a rede de relações entre diferentes níveis de determinantes da saúde, o mais conhecido é o modelo desenvolvido por Dahlgren e Whitehead (1991)¹⁸, que dispõe os determinantes da saúde em diferentes camadas segundo o seu nível de abrangência, desde a mais próxima ao indivíduo (contexto familiar) até à mais afastada, onde se identificam as determinantes ao nível da comunidade e ambiente (**Figura 6**).

No centro, são considerados os indivíduos, com as suas **características individuais** intrínsecas, genéticas e biológicas (género, idade) que são influenciados por fatores de contexto (a várias escalas). No nível mais próximo do indivíduo, são considerados os **comportamentos e estilos de vida**, que são influenciados não só pela **educação, estatuto social e rendimento** como também pelas

¹⁷ Kindig, D., Stoddart, G. (2003). What is population health? *American Journal of Public Health*, 93(3):380-3. <<https://dx.doi.org/10.2105%2Fajph.93.3.380>>.

¹⁸ Dahlgren, G., Whitehead, M. (1991). *Policies and Strategies to Promote Social Equity in Health. Background document to WHO - Strategy paper for Europe*. Stockholm, Sweden: Institute for Futures Studies.

características da comunidade onde vive, que podem proporcionar escolhas mais ou menos saudáveis.

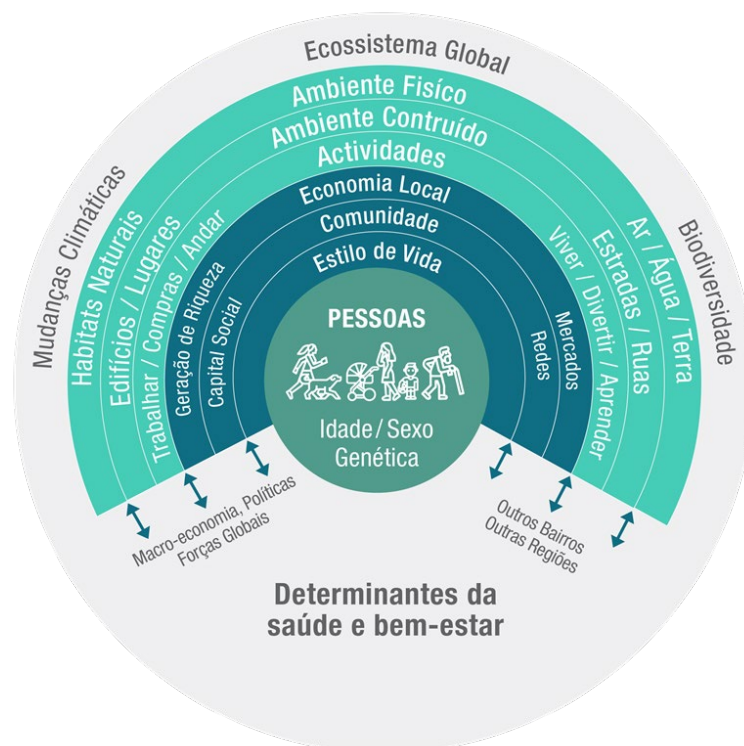


Figura 6. A Abordagem Multidimensional dos Determinantes da Saúde e Bem-Estar.

Fonte: Adaptado e traduzido de Dahlgren & Whitehead (1991) e Barton & Grant (2006).

No nível seguinte, são representadas as **influências sociais e comunitárias**, ou seja, a existência de redes e apoios sociais. A forma de funcionamento da comunidade e a organização social são fatores que produzem efeitos na saúde (física e mental) da população. A influência positiva destas dimensões pressupõe a interação social, ou seja, a existência de relações de vizinhança, ajuda e cooperação, associativismo e **participação, sentimento de pertença e coesão social**.

No terceiro e quarto níveis estão incluídos os fatores relacionados com o **ambiente económico e social**, tais como as condições de trabalho, de acesso a bens essenciais e serviços, atividades económicas e de lazer, entre outros. Os níveis seguintes correspondem ao **ambiente construído e ao ambiente físico**, que têm impactos mais amplos em todos os níveis anteriores, podendo influenciar diretamente a saúde do indivíduo e, indiretamente, por exemplo, os seus comportamentos. Destacam-se os elementos relativos à **habitação** (e.g., forma e design, orientação solar, isolamento térmico e acústico, lotação, luminosidade), à densidade residencial e populacional, à **qualidade ambiental** (e.g., recolha e tratamento de resíduos, ruído, qualidade do ar e da água), ao **acesso a infraestruturas e serviços** (e.g., espaços verdes, cuidados de saúde), ao desenho do espaço urbano e

usos do solo (e.g., espaço público, configuração das ruas, uso misto), à **(in)segurança** (e.g., criminalidade) e à manutenção e limpeza urbana (e.g., presença de pichagens, sinais de vandalismo). Posteriormente, Barton e Grant (2006)¹⁹ adicionaram ao modelo de Dahlgren e Whitehead (1991) fatores globais como as **mudanças climáticas, o ecossistema e a biodiversidade**, evidenciando a sua relevância através da sua influência nos determinantes locais da saúde e bem-estar da população (Figura 6).

1.3.3 Abordagem intersectorial da saúde: a “Saúde em Todas as Políticas”

A estratégia “Saúde em Todas Políticas” coloca a saúde no topo das agendas política (Figura 7), enquadrando o contributo de diferentes setores na promoção da saúde e da equidade em saúde: economia, emprego, educação, transportes, ambiente, ordenamento do território, agricultura, entre outros.

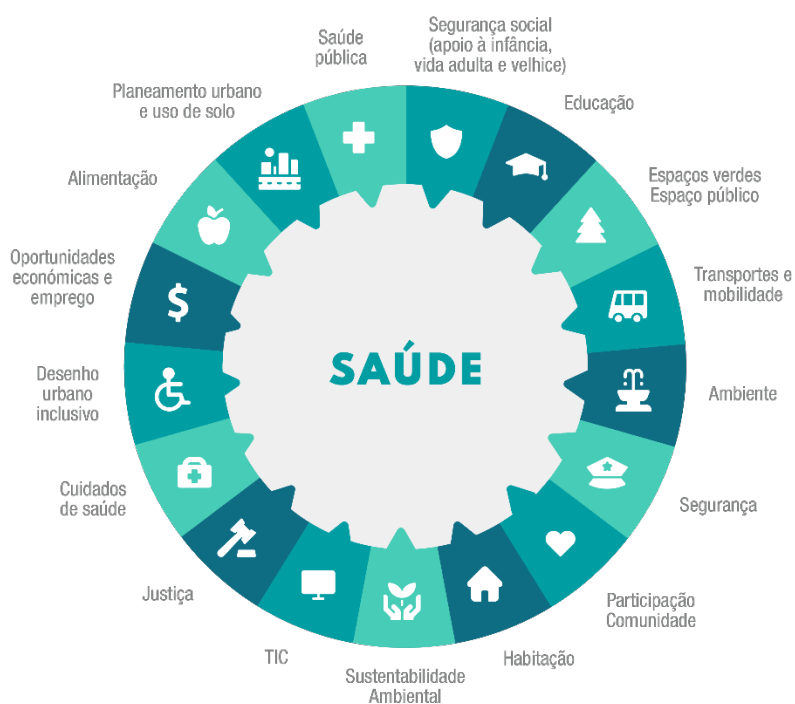


Figura 7. A Abordagem Intersectorial “Saúde em Todas as Políticas”.

Fonte: Universidade de Coimbra e Câmara Municipal de Coimbra (2021). Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra, Volume I - Perfil Municipal de Saúde de Coimbra. Adaptado e traduzido de Ehlinger (2016)²⁰.

¹⁹ Barton, H., Grant, M. (2006). A health map for the local human habitat. *Journal of the Royal Society for the Promotion of Public Health*, 126 (6):252-3. <<https://doi.org/10.1177/1466424006070466>>.

²⁰ Ehlinger, E. (2016). *Health equity and health in all policies approaches in public health policymaking*. 2016 ASTHO Annual Meeting.

Esta estratégia assenta no reconhecimento de que as políticas e medidas desenvolvidas noutros setores, para além dos cuidados de saúde, têm impactos, positivos ou negativos, na saúde da população ^{21,22}. Compete aos governos, nomeadamente os locais, a tarefa de promover a saúde dos seus cidadãos e de garantir o acesso equitativo a oportunidades e recursos. Os municípios podem atingir esses objetivos através da influência que exercem em vários domínios, tais como o planeamento urbano, o ambiente, a educação, a economia, a habitação, a segurança, os transportes e a mobilidade.

1.4 Abordagem metodológica

1.4.1 Processo de elaboração

O Perfil Municipal de Saúde corresponde ao primeiro volume da Estratégia Municipal de Saúde, fornecendo um **diagnóstico da saúde da população residente** no município em diferentes dimensões de análise, integrando não só os **resultados em saúde** mas também os múltiplos **determinantes individuais e ambientais** que influenciam a saúde e bem-estar (**Figura 8**).

Sumariamente, o processo de elaboração do perfil de saúde materializa o referencial conceptual apresentado no ponto 1.3, sustentado em evidência científica, e que tem sido amplamente estudado e aplicado pela Equipa de Investigação em Geografia da Saúde da Universidade de Coimbra (sob coordenação da Professora Paula Santana) em trabalhos e projetos científicos anteriores.

Destacam-se os trabalhos recentes desenvolvidos no campo da **avaliação multidimensional da saúde** nos projetos GeoHealthS: *A Geografia da Saúde da População. Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental*²³ e EURO-HEALTHY: *Shaping EUROpean policies to promote HEALTH equity* ^{24, 25}, que contribuíram para a **identificação, seleção e definição de uma matriz de referência** de dimensões e indicadores considerados relevantes para elaborar um diagnóstico de saúde **de base territorial**. A nível nacional, importa referir, a título exemplificativo, a aplicação desta matriz na

²¹ Ollila, E., Baum, F., Peña, S. (2013). Introduction to health in all policies and the analytical framework of the book. In: Cook, S., Leppo, K., Ollila, E., Peña, S., Wismar, M. (Eds.) *Health in all policies: seizing opportunities, implementing policies*. Helsinki: Ministry of Social Affairs and Health, 3-24.

²² World Health Organization (WHO) (2014). *Health in all policies. Helsinki statement framework for country action*. Geneva: World Health Organization. <<https://www.who.int/publications/i/item/978924106908>>

²³ Santana, P. (Coordenação) (2015). *A Geografia da Saúde da População. Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental*. Coimbra: CEGOT-UC. <<http://dx.doi.org/10.17127/cegot/2015.GS>>

²⁴ Freitas, Â., Santana, P., Oliveira, M.D. et al. (2018). Indicators for evaluating European population health: a Delphi selection process. *BMC Public Health* 18, 557. <<https://doi.org/10.1186/s12889-018-5463-0>>

²⁵ Santana, P., Costa, C., Freitas, A., Stefanik, I., Quintal, C., Bana e Costa, C., Borrell, C., ... et al. (2017). *Atlas of Population Health in European Union Regions*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1463-2>>

Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra 2021-2025 e no Atlas dos Municípios Saudáveis (Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis)²⁶.

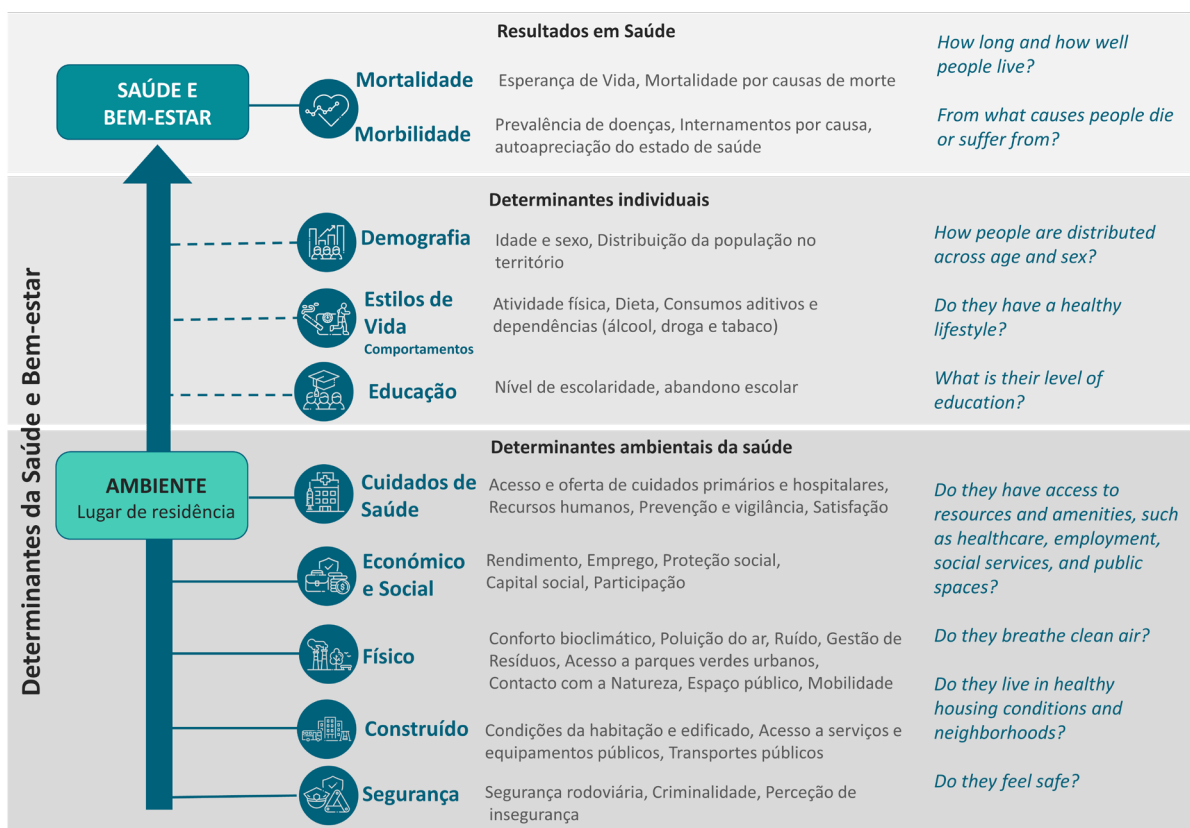


Figura 8. Modelo de avaliação da saúde no Perfil Municipal de Saúde.

Fonte: Freitas, Â., Santana, P. (2022). Putting Health at the Heart of Local Planning Through an Integrated Municipal Health Strategy, *Urban Planning*, Special Issue "Healthy Cities: Effective Urban Planning Approaches to a Changing World", 7(4): 42-60. <<https://doi.org/10.17645/up.v7i4.5829>>.

O processo de elaboração do Perfil integrou diferentes fases e etapas. Foi construído em estreita articulação com a CIM Região de Coimbra e Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e contou, ainda, com a colaboração de várias entidades, de âmbito local, regional e nacional, nomeadamente produtoras de informação estatística em indicadores considerados relevantes para integrar o diagnóstico da situação de saúde e dos seus determinantes no município.

A primeira etapa do trabalho iniciou-se com a **estruturação e definição** de uma lista bastante completa de **indicadores que caracterizam a saúde**, em múltiplas áreas e dimensões, seguindo o modelo de avaliação da saúde apresentado anteriormente. Recorreu-se a um conjunto muito diverso de variáveis relativas aos indivíduos (e.g., demográficas, nível de escolaridade, ocupação, comportamentos) e ao contexto/lugar de residência (e.g., oferta de cuidados de saúde, acessibilidade

²⁶ Atlas dos Municípios Saudáveis. <<https://atlas.municipiossaudaveis.pt/>>

geográfica a serviços, características da habitação, ambiente físico, segurança). A seleção dos indicadores que integram o Perfil de Saúde teve em consideração critérios de desagregação espacial (escala do município e, sempre que possível, a escala da freguesia) e temporal (ano mais recente com dados), de fiabilidade e validade, privilegiando-se as fontes de dados oficiais.

Na etapa seguinte procedeu-se à **recolha de informação estatística** (qualitativa e quantitativa) nos indicadores selecionados. A inexistência de informação relativa a algumas variáveis de avaliação das condições de saúde da população, ao nível desagregado do município e freguesia, apenas possível através da realização de inquéritos à população residente, constitui uma limitação do presente diagnóstico. Da falta de indicadores resulta a incorporação, por exemplo, da autoavaliação do estado de saúde, das condições de habitabilidade, dos comportamentos e estilos de vida relativos à dieta alimentar e prática de atividade física, da perceção das condições do lugar de residência, das necessidades percebidas de cuidados de saúde.

Por fim, toda a informação recolhida foi introduzida numa base de dados e sujeita a tratamento e múltiplos cruzamentos, com recurso a ferramentas de análise estatística e espacial. O ponto seguinte (1.4.2) descreve com mais detalhe o processo de aquisição e análise da informação estatística dos indicadores utilizados no diagnóstico.

1.4.2 Dados e métodos

O Perfil de Saúde reúne informação proveniente de diversas fontes, designadamente: i) bases de dados eletrónicas e publicações periódicas de acesso público, ii) bases de dados não publicadas e de acesso restrito, mas acessíveis mediante um processo de justificação do pedido e iii) dados primários, recolhidos através de inquérito (e.g., inquérito às instalações de cuidados de saúde primários).

No primeiro grupo destacam-se as estatísticas oficiais provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de outras bases de dados de acesso público, como é o caso da Pordata e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), entre outras.

No segundo grupo, mediante um pedido de dados realizado através da CIM Região de Coimbra, destacam-se as seguintes fontes: Instituto de Segurança Social (ISS) (beneficiários de apoios sociais), Unidades Locais de Saúde (ULS) (indicadores de utilização hospitalar e cuidados primários à escala da unidade funcional), Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) (morbilidade hospitalar) e Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) (acidentes de viação). Dentro deste grupo é ainda de referir a disponibilização de informação estatística pela Câmara Municipal, nomeadamente para recolha de indicadores sociais (e.g., Ação Social Escolar, população em situação de vulnerabilidade social e económica, população adulta mais velha em situação de isolamento). Por

fim, recorreu-se a fontes produtoras de dados geográficos para a construção de indicadores de base espacial (e.g., acessibilidade a equipamentos de saúde, espaços verdes) das quais se destacam a Direção Geral do Território - DGT (Carta de Ocupação do Solo, COS2018) e a ESRI Portugal (rede viária).

1.4.2.1 Representação gráfica e cartográfica

No sentido de apoiar a leitura do diagnóstico, os indicadores estão sempre representados através de gráficos, quadros e mapas. Quer na **representação gráfica** quer através dos quadros relativos à informação em análise, procurou-se, sempre que possível, enquadrar e comparar o desempenho do município com o desempenho de outras unidades de referência a diferentes escalas, nacional (Portugal Continental) e regional (Região de Coimbra).

O **mapeamento dos indicadores à escala da freguesia** foi realizado recorrendo a ferramentas da ESRI, nomeadamente o ArcGIS Pro. As divisões administrativas de Portugal Continental utilizadas na cartografia correspondem às da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2013), disponibilizada pela DGT.

Na **representação cartográfica** dos indicadores optou-se pela estruturação da informação em classes, utilizando-se a média e desvio-padrão: ao valor da média somou-se ou subtraiu-se meio desvio-padrão (ou um desvio-padrão, dependendo da amplitude dos dados). Os desempenhos dos indicadores foram cartografados em sete classes. As classes do topo e da base correspondem às freguesias que contêm, respetivamente, os valores mais elevados (cor azul mais escura) e mais baixos (cor azul mais clara). A classe intermédia contém a média dos desempenhos de todas as freguesias.

1.4.2.2 Análise estatística e espacial

Um conjunto de indicadores baseados em informação geográfica foi construído pela Equipa de Investigação para integrar especificamente o Perfil de Saúde, recorrendo a ferramentas de análise estatística e espacial com recurso a sistemas de informação geográfica (e.g., tecnologia ESRI e respetivas extensões, para o cálculo por exemplo dos indicadores de acessibilidade geográfica a equipamentos (cálculo de isócronas de tempo).

– **Indicadores de mortalidade**

No Capítulo 4 (Resultados em Saúde) são apresentadas as **Taxas de Mortalidade Padronizada (TMP)** para as principais causas de morte, cujo método de cálculo tem em conta, para cada freguesia, o número de óbitos e a população residente segundo grupos de idade e sexo, geralmente num período de cinco anos (2018-2022). Os dados dos óbitos por causa de morte foram apurados especificamente

para este estudo, por um investigador da equipa acreditado pelo INE, em ambiente de acesso seguro - *safe centre* e sob estrito controlo da informação. Os óbitos foram desagregados segundo a causa de morte, freguesia de residência, sexo e grupo de idade. As principais causas e grupos de causas de morte, segundo a Classificação Internacional de Doenças - CID-10, estão descritas nos Quadros 29 a 33 do Anexo I.

Nota: para algumas causas de morte não foi possível apresentar os dados ao nível das freguesias devido ao segredo estatístico. Esta situação deve-se ao facto de as áreas geográficas em estudo possuírem pequenos quantitativos populacionais e de o número de óbitos por estas causas de morte ser muito baixo.

1.4.2.3 *Inquérito às instalações de cuidados de saúde primários*

O processo de levantamento e recolha de informação, na dimensão dos cuidados de saúde, foi acompanhado da aplicação de um “**Inquérito às Instalações dos Cuidados de Saúde Primários**” nas unidades funcionais existentes nos municípios da Região de Coimbra, com o objetivo de caracterizar estas estruturas em termos do seu **estado geral de conservação, operacionalidade e necessidades de investimento**. Este inquérito assume-se como relevante no âmbito da transferência para os municípios das competências de gestão e execução de serviços de apoio logístico destas unidades. Segundo o Artigo 7º do Decreto-lei 84-E, de 14 de dezembro, a Estratégia Supramunicipal e Estratégias Municipais devem conter a “**descrição de todos os estabelecimentos de saúde existentes** a nível supramunicipal, em construção ou com financiamento aprovado, a respetiva localização, bem como uma análise prospetiva que, em matéria de instalações e equipamentos identificados para responder às necessidades em saúde, determine os domínios e os locais de intervenção prioritária”. O **inquérito** foi aplicado **online**, através da plataforma *LimeSurvey*, junto dos **municípios da Região de Coimbra**, entre os meses de abril e julho de 2024. Cada município submeteu um inquérito por cada uma das instalações onde são prestados cuidados de saúde primários (edifícios) situadas no território municipal, incluindo as diferentes tipologias de unidades funcionais (e.g., USCP, USF, UCC). O inquérito continha **49 questões** organizadas segundo a seguinte estrutura²⁷:

- A) **Identificação** da instalação;
- B) **Titularidade**;
- C) **Acessibilidade** (e.g., acesso e adequação da rede de transportes, rede viária);
- D) **Caraterização geral** (e.g., ano de construção, tipo de construção e implantação, número de pisos);
- E) **Estado geral de conservação**;

²⁷ Anexo II – Inquérito às Instalações dos Cuidados de Saúde Primários.

- F) **Caraterização geral do espaço exterior** (e.g., estacionamento, espaços verdes, iluminação);
- G) **Adaptabilidade a pessoas com mobilidade condicionada;**
- H) **Organização espacial e funcionalidade;**
- I) **Conforto térmico e eficiência energética;**
- J) **Equipamento e segurança;**
- K) **Necessidades futuras de investimento** (horizonte de cinco anos).

2 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

2.1 Enquadramento geográfico e administrativo

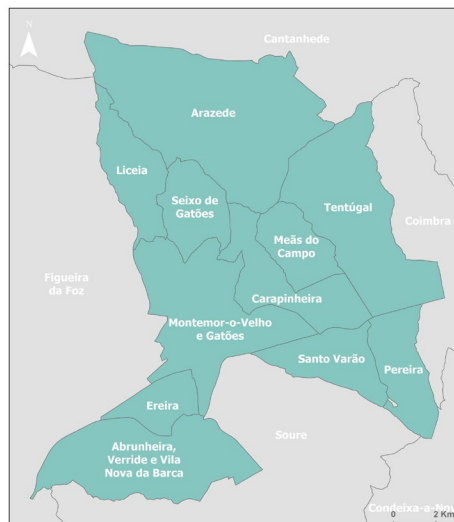
O município de Montemor-o-Velho localiza-se na região central de Portugal Continental, integrando a Região do Centro (NUT II) e a Região de Coimbra (NUTS III). Encontra-se delimitado a norte pelo município de Cantanhede, a este pelos municípios de Coimbra e Condeixa-a-Nova, a Sul por Soure e a Oeste pela Figueira da Foz (**Mapa 1**).

Com uma área de 229 km², o território municipal subdivide-se em **onze unidades territoriais** (nove freguesias e duas uniões de freguesias - UF), fruto da reorganização administrativa do território das freguesias, implementada em 2013 nos termos da Lei N.º 11-A/2013 de 28 de janeiro (**Mapa 2**).



Mapa 1. Enquadramento geográfico e administrativo do município de Montemor-o-Velho na Região de Coimbra.

Fonte: Elaboração própria com base na DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), 2023.

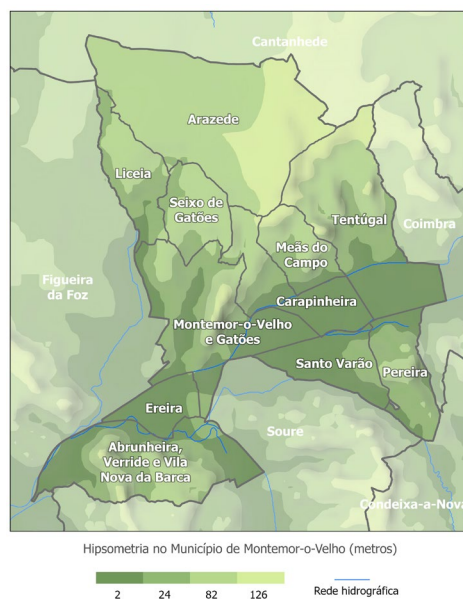


Mapa 2. Freguesias e UF do município de Montemor-o-Velho.

Fonte: Elaboração própria com base na DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), 2023.

2.2 Relevo e clima

O **relevo**, sendo uma característica física do território, influencia a distribuição da população no território e pode condicionar o acesso a serviços e equipamentos, nomeadamente a cuidados de saúde. No **Mapa 3** pode observar-se a hipsometria do município de Montemor-o-Velho, a qual varia entre os 2 e os 126 metros. O território, que é atravessado pelo rio Mondego, apresenta uma morfologia maioritariamente plana e muito pouco acidentada.



Mapa 3. Mapa hipsométrico do município de Montemor-o-Velho.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da DGT.

O **clima**, e nomeadamente os elementos meteorológicos, são considerados condicionantes da saúde humana, podendo representar fatores de risco para determinadas doenças. Nos últimos anos, em virtude dos padrões (observados e previstos) das alterações climáticas, tem sido dado destaque aos **impactos das condições meteorológicas na saúde pública**, de que são exemplo: i) valores extremamente altos ou baixos de **humidade** com aumentos de internamentos por asma²⁸, ii) a ocorrência de **precipitação** e **temperaturas** altas e doenças parasitárias²⁹, e iii) rápida variação da **pressão atmosférica** e o aumento da probabilidade de ataque cardíaco³⁰.

O clima de Montemor-o-Velho, à semelhança do que se verifica de forma predominante na região Centro de Portugal Continental e especificamente na Região de Coimbra, apresenta características típicas do **Clima Mediterrâneo** (Csb, na classificação de Köppen), isto é, um tipo climático com **invernos amenos e chuvosos** e **verões secos e quentes**. De acordo com os valores da normal climatológica de 1971-2000 (estação meteorológica de Coimbra/Bencanta), os valores da temperatura média anual rondam os 15.5°C. O inverno é fresco, com temperaturas médias

²⁸ Zhang, Y., Peng, L., Kan, H., Xu, J., Chen, R., et al. (2014) Effects of Meteorological Factors on Daily Hospital Admissions for Asthma in Adults: A Time-Series Analysis. *PLOS ONE* 9(7): e102475. <>

²⁹ Daalen, K. et al. (2024). The 2024 Europe report of the Lancet Countdown on health and climate change: Unprecedented warming demands unprecedented action. *The Lancet Public Health*, 9(7), e495–e522. <[https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(24\)00055-0](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(24)00055-0)>

³⁰ Verberkmoes, N., Soliman, Hamad, M., Ter Woorst, J., Tan, M., Peels, C., van Straten, A. (2012). Impact of temperature and atmospheric pressure on the incidence of major acute cardiovascular events. *Neth Heart J*. May;20(5):193-6. doi: 10.1007/s12471-012-0258-x. PMID: 22328355; PMCID: PMC3346877.

ligeiramente inferiores a 9.5°C e os valores médios da temperatura mínima rondando os 4.5°C, valores correspondentes a janeiro, o mês mais frio. No verão as temperaturas médias nos meses mais quentes (julho e agosto) rondam os 21.5°C, com os valores médios da temperatura máxima a superarem os 28°C.

Apesar destas características serem transversais a todos os municípios que constituem a Região de Coimbra, verificam-se algumas **variações espaciais** em virtude, principalmente, da **proximidade ao Oceano Atlântico**.

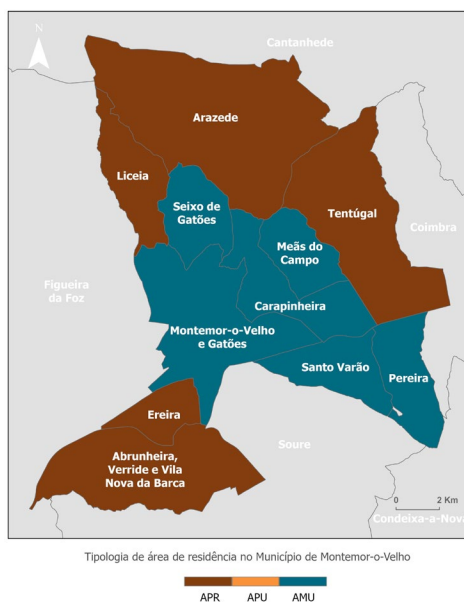
Os fenómenos de temperatura extrema são frequentemente associados ao aumento da mortalidade e morbidade assim como à diminuição do bem-estar da população. O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Região de Coimbra indica que, entre 1865 e 2016, foram registadas 47 ondas de calor (a partir de 2010 com uma frequência quase anual). Relativamente a períodos de frio extremo, o mesmo documento indica 19 vagas de frio entre 1907 e 2017. Segundo dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), disponibilizados pelo INE, desde 2019 foram identificadas **sete ondas de calor**³¹ na estação meteorológica de Coimbra-Bencanta, sendo que em 2021 e 2022 foram categorizados 29 dias de onda de calor em quatro eventos.

2.3 Grau de urbanização

Considerando o grau de urbanização e o tipo de área residencial³², o município de Montemor-o-Velho apresenta mais de metade do seu território classificado como **Área Predominantemente Rural (APR)** (**Mapa 4**). Nestas freguesias vive **41% da população residente** do município, da qual a maioria (54%) tem idade acima dos 50 anos (**Figura 9A e 9B**). Em sentido oposto, a população mais jovem - 56,3% com menos de 50 anos - concentra-se nas seis unidades territoriais classificadas como **Áreas Mediamente Urbanas (AMU)**, onde se inclui a sede de município e reside cerca de dois terços da população total (**Figura 9A e 9B**).

³¹ Indicador que traduz o número de dias, em intervalos de pelo menos 6 dias consecutivos, cuja temperatura máxima diária é superior em 5 °C ao valor médio diário no período de referência.

³² A classificação da tipologia de área residencial adotada neste relatório foi baseada na Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU 2014) definida pelo INE.



Mapa 4. Tipologia de área de residência das freguesias e UF do município de Montemor-o-Velho, segundo a localização geográfica, 2021.

Fonte: Elaboração própria com base na DGT, CAOP 2023; INE, Censos 2021 e TIPAU 2014 (Tipologia de Áreas Urbanas).

A – Tipologia de área de residência, segundo a população residente (%)

B – Tipologia de área de residência, segundo o escalão etário da população residente (%)

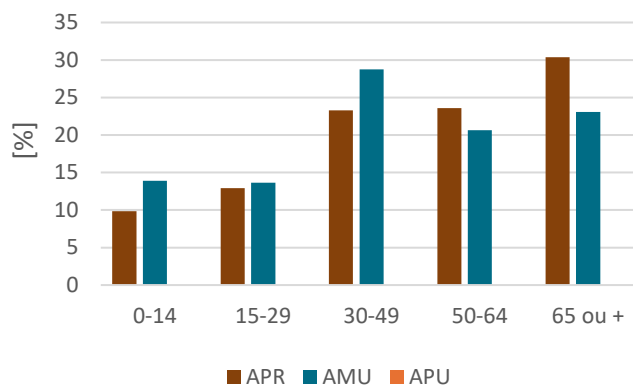
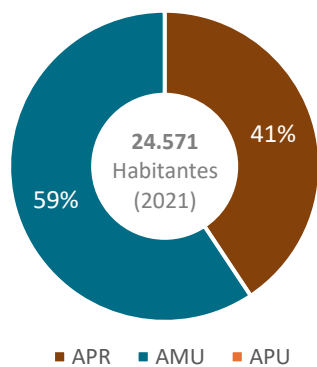


Figura 9 [A-B]. Tipologia de área de residência das freguesias e UF do município de Montemor-o-Velho, segundo [A] a população residente e [B] o escalão etário, 2021 (%).

Fonte: Elaboração própria com base no INE, Censos 2021 e TIPAU 2014 (Tipologia de Áreas Urbanas).

PARTE II. DIAGNÓSTICO

3 DEMOGRAFIA

As características demográficas de um território constituem uma condicionante com relevância para o seu desenvolvimento social e económico em geral, bem como para o estado de saúde dos indivíduos e das comunidades que o habitam.

A dotação populacional de um determinado território, a sua dinâmica de evolução e a sua estrutura demográfica, para além de influenciarem o estado global de saúde da sua população, por exemplo através da prevalência de patologias associadas ao envelhecimento, são também determinantes para a configuração de serviços de saúde adequados às necessidades específicas das populações, por forma a potenciar a melhoria de resultados em saúde.

Ao longo deste capítulo pretende-se salientar algumas características mais significativas da evolução da população residente no município de Montemor-o-Velho de forma a detetar tanto a sua evolução no passado recente como as principais características demográficas deste território. A análise efetuada procurará ter em conta as dinâmicas registadas ao nível das freguesias sempre que possível, assim como estabelecer comparações com outras escalas, concretamente com Portugal Continental e a Região de Coimbra e outros territórios, quando tal se justificar.

3.1 Evolução da população residente

De acordo com os resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2021 (Censos 2021), o município de Montemor-o-Velho contava, nessa data, com um efetivo populacional residente de **24.571 habitantes**, o que representa um **decréscimo de 6% em relação a 2011**, acentuando a trajetória descendente observada nas últimas décadas, que atingiu 1% entre 1991 e 2011 (com uma inversão entre 2001 e 2011 em que se registou um crescimento na ordem dos 2,7%). A retração demográfica registada no município é mais acentuada do que a que se verificou no último período intercensitário em Portugal Continental (-2%), bem como a verificada na Região de Coimbra (-5%) (**Figura 10**).

A análise da dinâmica demográfica revela que a retração populacional observada é atribuível a saldos naturais negativos, que refletem uma redução na capacidade endógena de substituição geracional. Tal confere um papel determinante à intensidade e direção dos fluxos migratórios nesse processo, sendo que em Montemor-o-Velho se registaram taxas de crescimento migratório negativas no último período intercensitário (-1,6%), superando a taxa negativa registada na Região de Coimbra (-0,1%) e em sentido inverso à registada em Portugal Continental (+0,3%) (**Figura 11**).

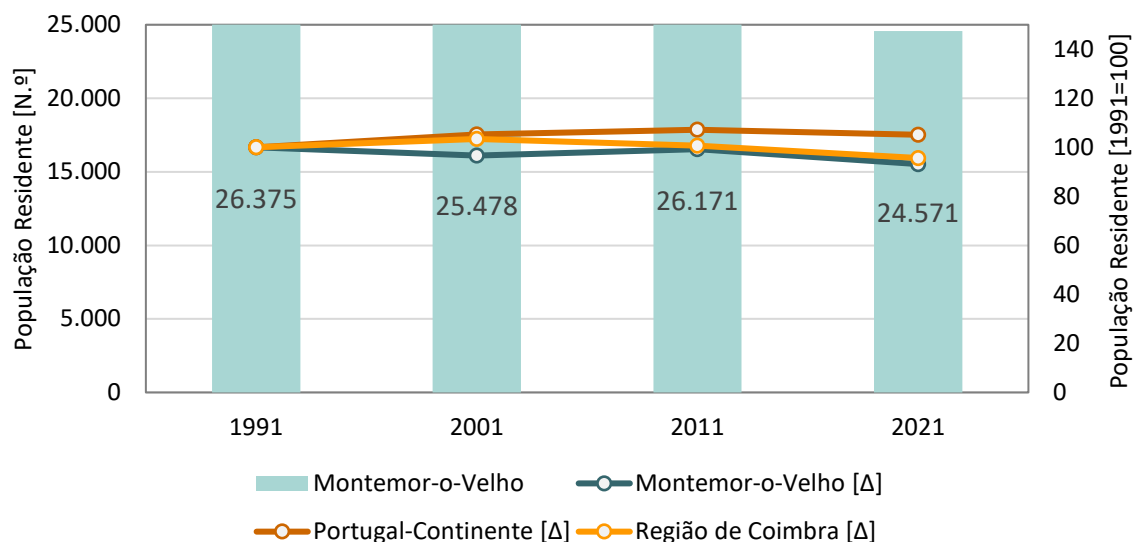


Figura 10. Evolução da população residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, 1991-2021.

Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011 e 2021.

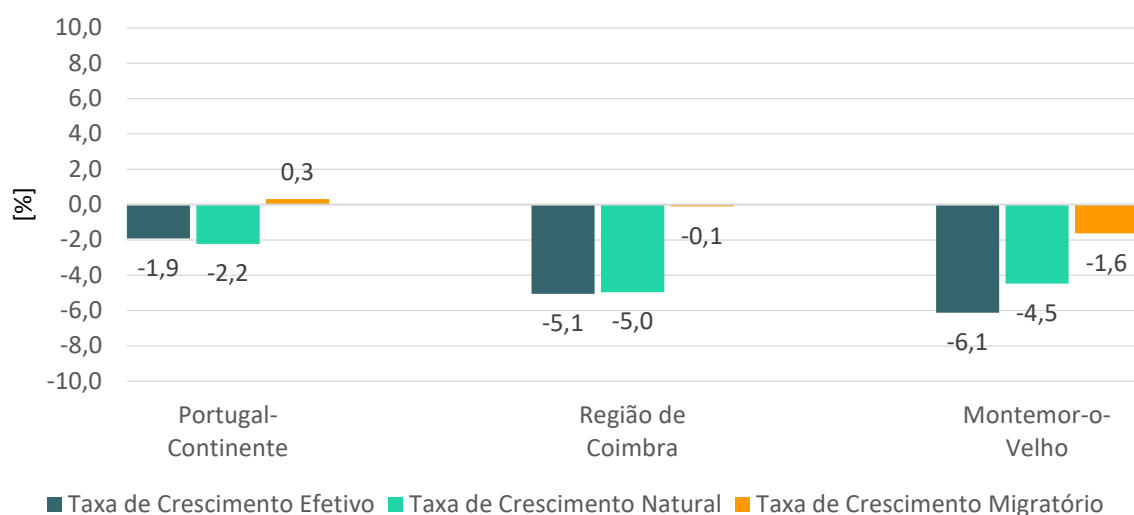
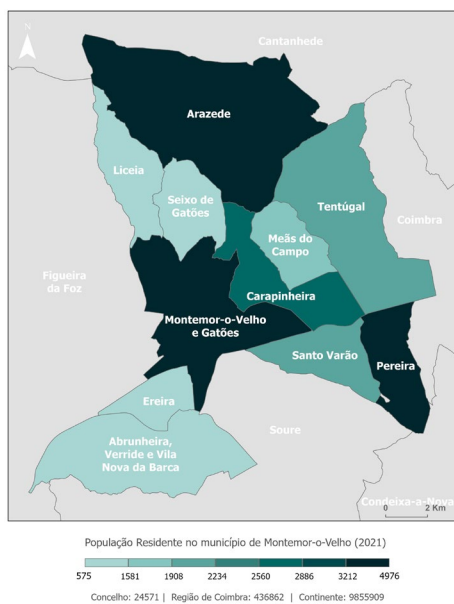


Figura 11. Dinâmica evolutiva da população residente, no município de Montemor-o-Velho, Portugal (Continente) e Região de Coimbra, 2011-2021.

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados disponibilizados pelo INE, População residente - Censos 2011 e 2021 -, Nados-vivos e Óbitos Gerais.

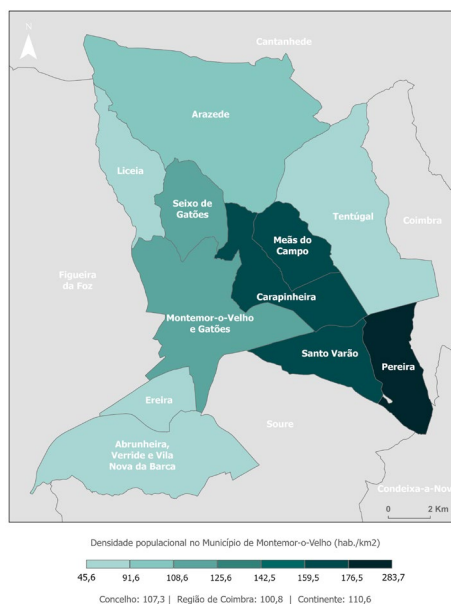
Relativamente à **população estrangeira com estatuto legal de residente**, observa-se no município de Montemor-o-Velho uma **tendência de crescimento** superior à dos referenciais geográficos de comparação. Em 2022, este contingente totalizava 395 indivíduos, representando um crescimento de cerca de 110% entre 2014 e 2022, em comparação com variações aproximadas de 87% na Região de Coimbra e 101% em Portugal Continental. As nacionalidades mais representadas em 2022 eram a brasileira (26%) e a ucraniana (5%), seguidas pela dos cidadãos naturais do Reino Unido (4,8%).

O modelo de distribuição espacial da população residente no município apresenta uma maior **concentração na freguesia de Arazede** (que representa 20% do total dos residentes), seguida pela **freguesia de Pereira** e pela **UF de Montemor-o-Velho e Gatões**, cada uma delas com 14,2% do total (**Mapa 5**). A densidade populacional nas freguesias que integram o município é diversificada, oscilando entre valores máximos de 283,7 habitantes por Km² na freguesia de Pereira, seguida pelos 174,9 habitantes por Km² na freguesia de Meãs do Campo e o valor mínimo de 45,6 habitantes por Km² que residem na UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca (**Mapa 6**).



Mapa 5. População residente no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (Nº), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021



Mapa 6. Densidade populacional no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (Nº hab./Km²), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021

A dinâmica de crescimento populacional no último período intercensitário revela que a retração demográfica global observada no município foi extensiva a todas as suas freguesias com uma única exceção – a freguesia de Pereira registou um crescimento na ordem dos 7,2% (**Figura 12**).

Todas as restantes freguesias registaram dinâmicas de evolução populacional negativas, que atingiram o máximo de 16% na freguesia de Liceia.

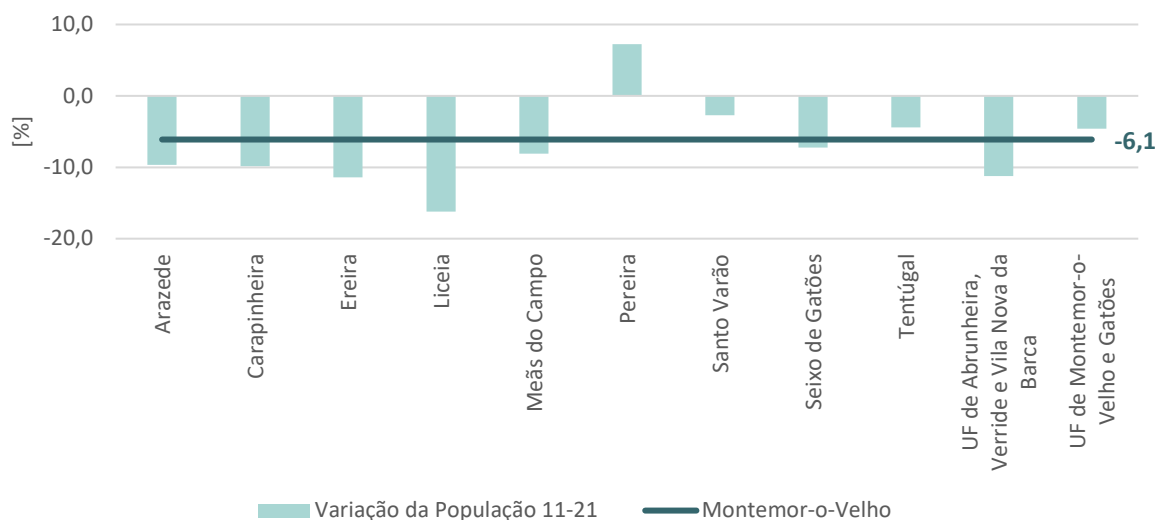


Figura 12. Variação da população residente no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2011-2021.

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021.

3.2 Estrutura etária da população residente

A população residente no município de Montemor-o-Velho evidencia, no último decénio (2011-2021), um processo de envelhecimento de duplo sentido: o aumento da população nos escalões etários acima dos 55 anos e a diminuição da população nos escalões abaixo dos 54 anos (Figura 13).

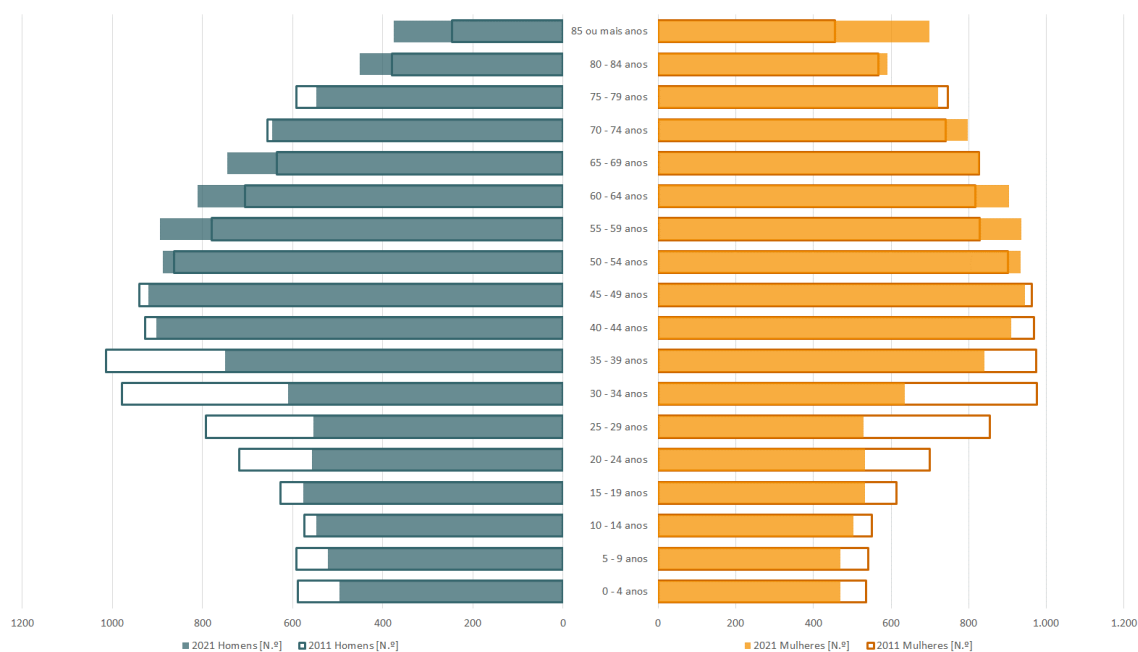


Figura 13. Estrutura etária da população residente no município de Montemor-o-Velho, segundo o sexo, 2011-2021.

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021.

Assim, o fenómeno de **envelhecimento da população** residente no município de Montemor-o-Velho registou um acentuado crescimento entre 2011 e 2021, embora inferior ao que se verificou nas unidades estatísticas de comparação (**Quadro 1**).

Quadro 1. Índices demográficos da população residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, em 2011 e 2021.

	Portugal - Continente		Região de Coimbra		Montemor-o-Velho	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Índice de Envelhecimento Demográfico [pop. ≥65 / pop. <15 x 100]	131	185	177	244	173	213
Índice de Dependência de Jovens [pop. <15 / pop. 15-64 x 100]	22	20	20	19	20	20
Índice de Dependência de Idosos [pop. ≥65 / pop. 15-64 x 100]	29	37	35	46	35	42
Índice de Dependência Total [(pop. <15 + pop. ≥65) / pop. 15-64 x 100]	52	58	55	64	54	62
Índice de Renovação da População Ativa [pop. 20-29 / pop. 55-64 x 100]	93	76	83	65	98	61
Índice de Longevidade [pop. ≥75 / pop. ≥65 x 100]	48	49	50	51	51	53
Índice de Potencialidade [pop. fem. 20-34 / pop. fem. 35-49 x 100]	83	72	82	68	87	63

Fonte: Cálculos próprios com base nos Censos 2011 e 2021.

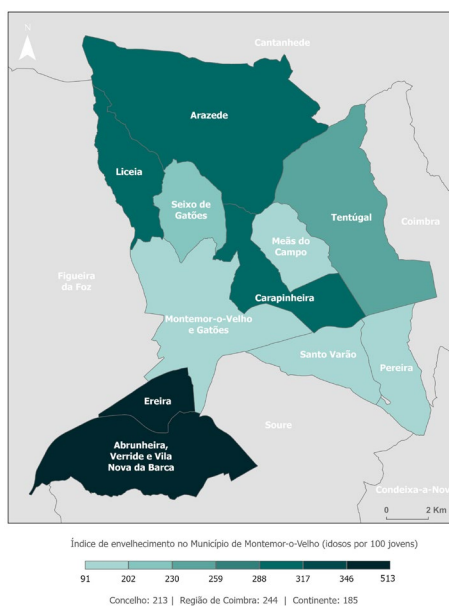
Em relação, especificamente, ao município de Montemor-o-Velho pode constatar-se que:

- a **população adulta mais idosa** (i.e., com 65 e mais anos) viu o seu peso relativo no conjunto da população total ampliado de **22% para 26%** entre 2011 e 2021 (compara com 28% na Região de Coimbra e 24% em Portugal Continental), aumentando o Índice de Dependência de Idosos de 35 para 42 (compara com 46 na Região de Coimbra e 37 a nível do Continente) e o **Índice de Envelhecimento Demográfico** que aumentou de **173 para 213** neste período (que compara com um aumento de 177 para 244 na Região de Coimbra e de 131 para 185 em Portugal Continental);
- a população com idade igual e superior a 80 anos viu o seu peso relativo no conjunto da população total aumentado de 6% para 9% (compara com 9% na Região de Coimbra e 7% a nível do Continente) contribuindo para o **aumento do Índice de Longevidade** de 51 para 53 (compara com 51 na Região de Coimbra e 49 em Portugal Continental);
- a **população em idade ativa** (i.e., com 15 a 64 anos) viu o seu peso relativo no conjunto da população total diminuído de **65% para 62%** entre 2011 e 2021 (compara com 61% na Região

de Coimbra e 63% a nível do Continente), conduzindo a um aumento do **Índice de Dependência Total** de 54 para 62 (compara com 64 na Região de Coimbra e 58 a nível do Continente), tendência que foi acompanhado pela redução do Índice de Renovação da População Ativa de 98 para 61 (que compara com 65 na Região de Coimbra e 76 no Continente);

- a **população jovem** (i.e., com menos de 15 anos) viu o seu peso relativo no conjunto da população total diminuído de **13% para 12%** entre 2011 e 2021 (contra 11% na Região de Coimbra e 13% no Continente), **mantendo o Índice de Dependência de Jovens** em 20 (compara com 19 na Região de Coimbra e 20 no Continente), embora seja previsível que este índice se agrave por força do agravamento do Índice de Potencialidade (-24 p.p. entre 2011 e 2021).

O valor global do **Índice de Envelhecimento** do município (213 em 2021) apresenta intensidades muito diversas quando se analisam as diversas freguesias que o constituem, variando entre um mínimo de 91 na freguesia de Pereira e o máximo de 513 na UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca (**Mapa 7**).



Mapa 7. Índice de envelhecimento no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia, 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.

4 RESULTADOS EM SAÚDE

Os resultados em saúde permitem avaliar o estado de saúde da população numa dada área geográfica e num dado momento temporal, através da medição de indicadores relativos à frequência e severidade da doença e morte (que doenças sofre e de que causas morre). A análise dos resultados em saúde integra as dimensões de **Mortalidade** (com especial incidência nas principais causas de morte evitáveis) e **Morbilidade** (com enfoque nas causas mais prevalentes, com base nos diagnósticos registados nos cuidados de saúde primários e nos internamentos hospitalares).

4.1 Esperança de vida

A esperança de vida à nascença³³ representa uma **medida sintética do estado de saúde da população**, fornecendo simultaneamente informação sobre a mortalidade e a longevidade da população. Este indicador é o reflexo de diferentes dimensões socioeconómicas que interferem com a saúde do indivíduo, possibilitando a comparação entre diferentes unidades territoriais, mas também entre diferentes momentos temporais.

O município de Montemor-o-Velho apresenta um **aumento da esperança média de vida à nascença** nos períodos em análise (de 80,9 anos em 1999-2003 para 82,4 anos 2019-2023) (**Figura 14**).

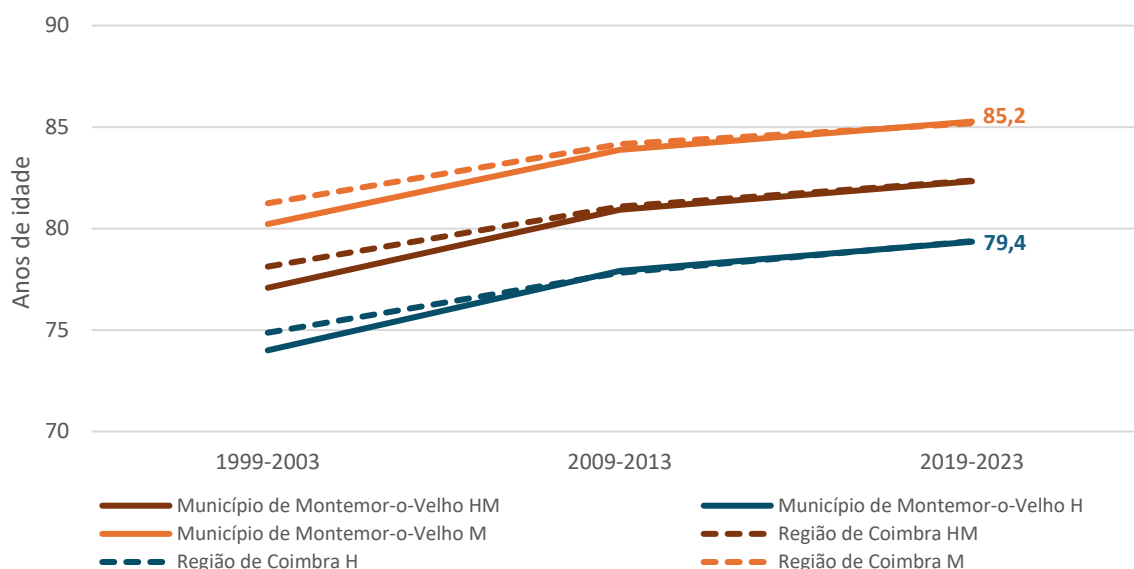


Figura 14. Evolução Comparativa da Esperança de Vida à Nascença no município de Montemor-o-Velho e na Região de Coimbra, por sexo (anos), entre 1999 e 2023.

Fonte: Cálculos próprios com base no INE, Óbitos por Causa de Morte e População Residente

³³ Número médio de anos que um indivíduo, à nascença, pode esperar viver, se submetido, até ao final da sua vida, às taxas de mortalidade observadas no momento de referência.

A evolução é positiva tanto no que se refere ao sexo feminino (5 anos, passando de 80,2 anos para 85,2 anos) como ao sexo masculino (1,5 anos, passando de 77,9 anos para 79,4 anos)

Deve assinalar-se que os valores observados, ao longo do período em análise, são superiores no sexo feminino e inferiores no sexo masculino, acompanhando os valores da Região de Coimbra. Refira-se, ainda, que o aumento do ritmo de crescimento da esperança de vida em ambos os sexos no último período de análise em Montemor-o-Velho, é superior ao verificado na Região de Coimbra, indiciando aspetos positivos que ocorreram no município, que merecem ser destacados.

4.2 Mortalidade

Nesta dimensão, a saúde da população é avaliada por critérios relacionados com a **longevidade**, a **severidade e frequência da morte por causa e/ou grupo de causas de morte**. Apesar da evolução positiva na maioria dos indicadores em saúde nas últimas décadas, a mortalidade prematura por causas consideradas “evitáveis” continua a merecer uma atenção especial.

A **mortalidade “evitável”** corresponde a um conjunto de causas de morte, que dado o atual conhecimento médico e tecnológico, poderiam ter sido evitadas, tanto através da prevenção da doença e promoção da saúde (causas que estão direta e/ou indiretamente associadas a comportamentos de risco e estilos de vida), como pelos cuidados médicos (causas tratáveis, se os indivíduos tivessem um acesso atempado aos cuidados de saúde) ³⁴.

4.2.1 Mortalidade infantil e componentes

A análise da **taxa de mortalidade infantil**³⁵ contribui para a avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconómico da população, refletindo as condições de vida, assim como a qualidade e a acessibilidade aos cuidados de saúde da mulher e da criança. Este indicador é ainda revelador dos ganhos substanciais que se têm vindo a verificar no setor da saúde nos últimos anos, colocando Portugal muito próximo dos países com os melhores valores da União Europeia (UE)³⁶.

³⁴ Santana, P. (2005). Geografias da Saúde e do Desenvolvimento. Evolução e Tendências em Portugal. Coimbra: Edições Almedina SA.

³⁵ Número de óbitos em crianças com idade inferior a um ano, por cada 1.000 crianças nascidas com vida, num determinado ano ou período de tempo.

³⁶ Santana, P. (2014). A Saúde dos Portugueses, in Simões, J. e Correia de Campos, A. (Eds.). *40 Anos de Abril na Saúde*. Coimbra: Edições Almedina SA.

No período em análise (1999-2003 a 2019-2023) é observada a **diminuição consistente** da taxa de mortalidade infantil em Portugal Continental e na Região de Coimbra (**Quadro 2**). A evolução da taxa de mortalidade infantil no município de Montemor-o-Velho apresenta também uma tendência decrescente, embora irregular, passando de um valor de 6,2 óbitos de crianças antes de completar um ano de idade em cada 1.000 nados vivos, em 1999-2003, para 2,69 em 2009-2013, e, no último período, de 1,13 em 2019-2023, sendo inferior à verificada nas unidades de análise comparativas.

As **taxas de mortalidade perinatal³⁷ e neonatal³⁸** constituem causas de mortes evitáveis e, embora se encontrem igualmente relacionadas com os níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconómico da população, são geralmente consideradas mais sensíveis à qualidade e acessibilidade aos cuidados de saúde, bem como a outros fatores (genéticos, malformações, idade materna, etc.).

Os principais determinantes dos óbitos perinatais incluem anomalias congénitas, grande prematuridade e mortes fetais associadas à restrição do crescimento fetal. A idade materna, a paridade, as gravidezes múltiplas, as condições maternas, como pré-eclampsia e diabetes, o estatuto social e migratório e os comportamentos durante a gravidez, como por exemplo o consumo de tabaco, são fatores de risco conhecidos para a mortalidade e morbilidade perinatais nos países ocidentais. Estes indicadores refletem a qualidade da prestação de cuidados de saúde à grávida e às crianças e ainda, condições associadas ao parto³⁹.

À semelhança da mortalidade infantil, a análise das taxas de mortalidade perinatal e neonatal no conjunto das unidades territoriais em estudo revela uma tendência de decréscimo, mas irregular, no município de Montemor-o-Velho. Tendo em conta apenas o primeiro e o último períodos em análise, verifica-se que passou de 4,5 óbitos de fetos de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados vivos até aos sete dias por 1.000 nados vivos, em 1999-2003, para 0,0 óbitos em 2019-2023; a taxa de mortalidade neonatal passou de 1,8 óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1.000 nados vivos, em 1999-2003, para 0,0 óbitos em 2019-2023 (**Quadro 2**).

Apesar da evolução positiva destes indicadores poderem estar associados a melhores condições de vida e de acesso aos cuidados de saúde durante o período de gravidez e durante o primeiro ano de vida, a variabilidade poderá estar, ainda, associada aos valores baixos de gestações e de nados vivos registados anualmente no município de Montemor-o-Velho.

³⁷ Número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade observado durante um determinado período de tempo.

³⁸ Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo.

³⁹ Santana, P. (2014). A Saúde dos Portugueses, in Simões, J. e Correia de Campos, A. (Eds.). *40 Anos de Abril na Saúde*. Coimbra: Edições Almedina SA.

Quadro 2. Evolução comparativa das Taxas de Mortalidade Infantil, Perinatal e Neonatal no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, (Nº por 1.000 nados vivos), entre 1999 e 2023.

	Quinquénio	Taxa de Mortalidade Infantil (Nº por 1.000 nados vivos)	Taxa Mortalidade Perinatal (Nº por 1.000 nados vivos)	Taxa Mortalidade Neonatal (Nº por 1.000 nados vivos)
Portugal-Continente	1999-2003	4,91	5,81	3,11
	2004-2008	3,42	4,29	2,18
	2009-2013	3,07	3,88	2,10
	2014-2018	2,99	3,85	2,08
	2019-2023	2,56	3,40	1,69
Região de Coimbra	1999-2003	3,82	4,38	1,75
	2004-2008	2,57	4,04	1,11
	2009-2013	2,49	3,83	1,45
	2014-2018	2,41	3,68	1,84
	2019-2023	2,03	2,78	1,35
Montemor-o-Velho	1999-2003	6,28	4,5	1,8
	2004-2008	5,87	6,8	3,9
	2009-2013	2,69	2,7	0,9
	2014-2018	3,26	6,5	3,3
	2019-2023	1,13	0,0	0,0

Fonte: Cálculos próprios com base no INE. Nados Vivos e Óbitos Gerais.

No Anexo III são apresentados os valores absolutos das três taxas.

4.2.2 Mortalidade prematura

A taxa de mortalidade prematura refere-se à ocorrência de mortes antes de um limiar de idade, tendo, neste caso, sido utilizado o limite máximo de 74 anos. Este é um indicador de saúde pública frequentemente utilizado para medir a eficácia dos sistemas de saúde, a qualidade de vida e o impacto de fatores de risco na população jovem e adulta⁴⁰.

A taxa de mortalidade prematura no município de Montemor-o-Velho, em 2018-2022, é de **295 óbitos por 100.000 habitantes com idade inferior a 75 anos**, valor superior ao registado na Região de Coimbra (292‰) e Portugal Continental (286‰). A análise à escala da freguesia permite identificar uma forte variação geográfica (entre 174 e 387 óbitos por 100.000 habitantes). Destaque para a concentração de **valores elevados** de mortalidade prematura nas **freguesias de Carapinheira, Liceia,**

⁴⁰ Santana, P. (2014). *Introdução à Geografia da Saúde: Território, Saúde e Bem-Estar*, 1ª Edição, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Quadro 3. Evolução comparativa das Taxas de Mortalidade Padronizada por grandes Causas de Morte no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (Nº por 100.000 habitantes), entre 1999-2003 e 2017-2021.

Causa de morte	Montemor-o-Velho		Região de Coimbra		Portugal-Continente	
	1999-2003	2017-2021	1999-2003	2017-2021	1999-2003	2017-2021
Todas as causas	1442,8	925,1	1312,2	873,5	1361,7	905,6
Doenças do aparelho circulatório	559,0	297,3	518,7	241,0	452,1	249,5
Doenças cerebrovasculares	312,8	85,1	278,8	78,4	277,2	82,8
Doença isquémica cardíaca	40,6	26,2	57,5	32,5	93,4	54,2
Tumores malignos	198,2	212,4	232,5	213,4	254,4	222,8
Tumor maligno do cólon, reto, ânus e canal anal	20,1	33,2	26,5	31,2	30,4	30,1
Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões	22,9	27,1	22,0	28,2	32,2	35
Doenças do aparelho respiratório	133,7	86,2	134,5	94,8	131,6	89,9
Doenças do aparelho digestivo	16,9	45,5	22,2	36,4	21,9	39,3
Doenças endócrinas	50,1	40,5	49,8	35,2	53,6	41
Diabetes <i>Mellitus</i>	44,8	27,0	43,4	25,4	46,9	30,3
Acidentes de transporte	10,2	9,9	8,8	8,0	9,6	6,9
Suicídio	13,3	8,6	7,3	8,4	8,8	8,5
Doenças crónicas do fígado	14,1	7,9	18,9	9,5	18,9	9,1

Nota: As causas de morte estão ordenadas tendo em conta a respetiva taxa do município, por ordem decrescente, no período 2017-2021.

Fonte: Cálculos próprios com base no INE, Óbitos por Causa de Morte e Estimativas Anuais da População residente.

Constituem exceções, relativamente às restantes unidades territoriais, as taxas de mortalidade padronizada por doença isquémica cardíaca, tumor maligno da laringe traqueia, brônquios e pulmões, doenças do aparelho respiratório e doenças crónicas do fígado, para as quais o município apresenta taxas inferiores (**Figura 15**).

A par da **retração das taxas de mortalidade** para a maioria das causas de morte, onde se destacam as reduções nos óbitos ocasionados por doenças do aparelho circulatório (especialmente pelo contributo das cerebrovasculares), agrava-se o peso de outras causas, nomeadamente por tumores malignos (cólon reto, ânus e canal anal; laringe traqueia, brônquios e pulmões) e as doenças do aparelho digestivo respiratório.

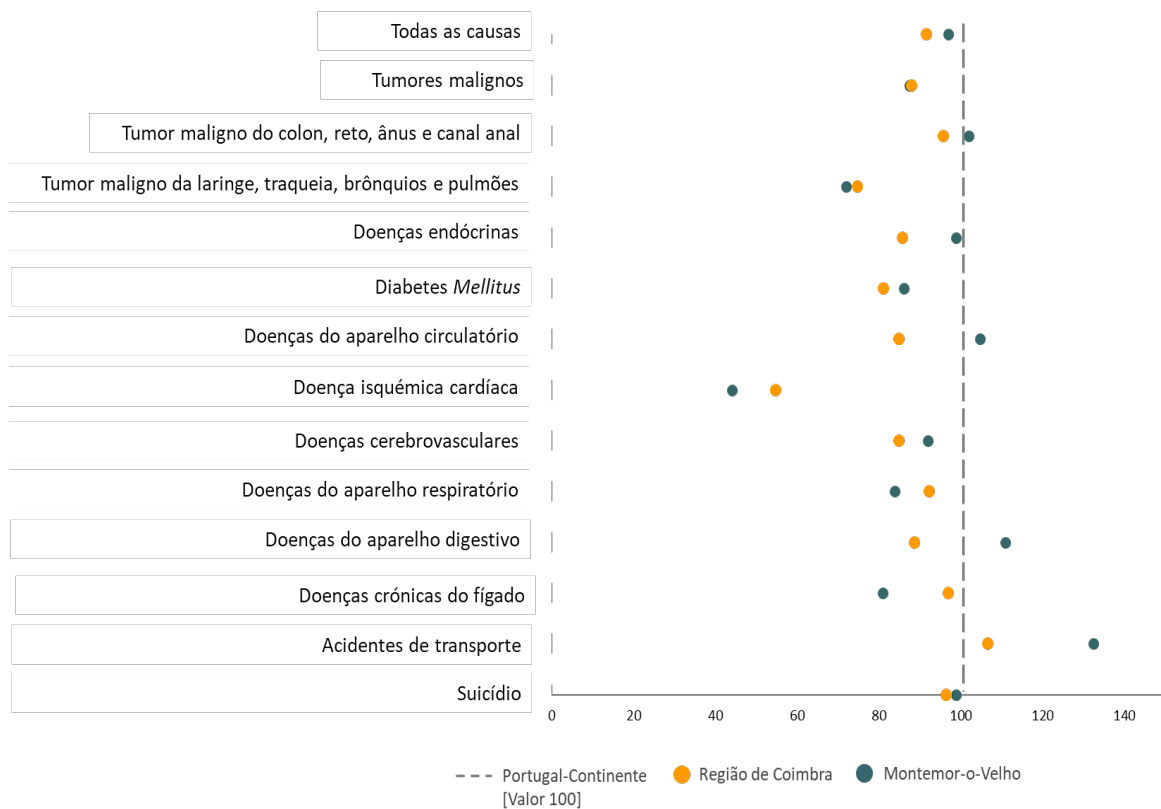


Figura 15. Posicionamento relativo do município de Montemor-o-Velho e Região de Coimbra relativamente às Taxas de Mortalidade Padronizada por grandes Causas de Morte, 2017-2021 (em comparação com o Continente que corresponde ao valor 100).

Fonte: Cálculos próprios com base no INE, Óbitos por Causa de Morte e Estimativas Anuais da População residente.

Embora se verifique uma tendência de diminuição das **doenças do aparelho circulatório e doenças respiratórias**, estes dois grupos de causas somando com as **taxas de mortalidade por tumores malignos** continuam a ser responsáveis pela **maior parte dos óbitos no município** bem como na Região de Coimbra e Continente. Em 2017-2021, cerca de **65%** das mortes ocorridas no município de Montemor-o-Velho deveu-se a estas causas.

A comparação das taxas de mortalidade padronizada por grandes causas, segundo os sexos, revela uma situação desfavorável para o sexo masculino, tanto na mortalidade por todas as causas, como na generalidade das outras grandes causas (**Quadro 4 e Quadro 5**).

Quadro 4. Evolução comparativa das Taxas de Mortalidade Padronizada por grandes Causas de Morte, na população masculina residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (Nº por 100.000 habitantes), 1999-2003 e 2017-2021.

Causa de morte	Montemor-o-Velho		Região de Coimbra		Portugal-Continente	
	1999-2003	2017-2021	1999-2003	2017-2021	1999-2003	2017-2021
Todas as causas	1707,1	1182,8	1634,4	1114,6	1710,9	1154,5
Doenças do aparelho circulatório	613,7	339,6	583,8	284,8	634	294,1
Doenças cerebrovasculares	360,3	93,7	306,7	89,6	303	94,3
Doença isquémica cardíaca	60,7	38,9	77,9	49,2	194,2	76,9
Tumores malignos	270,9	312,2	325,1	293,5	360,8	312,8
Tumor maligno do cólon, reto, ânus e canal anal	23,7	49,3	37,1	43,9	40,6	42,2
Tumor maligno do laringe, traqueia, brônquios e pulmões	31,0	45,3	38,4	46	60,4	59,8
Doenças do aparelho respiratório	187,4	112,6	197,6	128,5	192	127,3
Doenças do aparelho digestivo	27,4	50,4	33,1	48,3	30,7	52,3
Doenças endócrinas	55,9	41,3	48,2	37	55,4	43,8
Diabetes <i>Mellitus</i>	54,4	27,2	42,3	27,9	47,9	33,3
Suicídio	20,6	13,4	13,2	13,9	15,5	14
Doenças crónicas do fígado	24,4	13,2	32,2	17,7	30,8	15,8
Acidentes de transporte	17,6	13,1	14,7	13,7	15,6	11,8

Nota: As causas de morte estão ordenadas tendo em conta a respetiva taxa do município, por ordem decrescente, no período 2017-2021.

Fonte: Cálculos próprios com base no INE, Óbitos por Causa de Morte e Estimativas Anuais da População residente.

Quadro 5. Evolução comparativa das Taxas de Mortalidade Padronizada por grandes Causas de Morte, na população feminina residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (Nº por 100.000 habitantes), 1999-2003 e 2017-2021.

Causa de morte	Montemor-o-Velho		Região de Coimbra		Portugal-Continente	
	1999-2003	2017-2021	1999-2003	2017-2021	1999-2003	2017-2021
Todas as causas	1241,0	734,7	1081,5	696	1108,8	721,2
Doenças do aparelho circulatório	516,6	264,0	469,4	207,3	496,1	214,7
Doenças cerebrovasculares	283,0	78,5	256,1	69,3	256,3	73,9
Doença isquémica cardíaca	27,2	16,9	44,4	19,9	70,6	36,6
Tumores malignos	150,9	138,2	169,9	154,5	181,3	156,4
Tumor maligno do cólon, reto, ânus e canal anal	16,4	21,0	19,3	22,1	23,3	21,2
Tumor maligno do laringe, traqueia, brônquios e pulmões	15,9	12,1	9,7	13,8	10,8	15,3
Doenças do aparelho respiratório	103,6	66,2	98,6	73,8	95,3	66,7

Causa de morte	Montemor-o-Velho		Região de Coimbra		Portugal-Continente	
	1999-2003	2017-2021	1999-2003	2017-2021	1999-2003	2017-2021
Doenças do aparelho digestivo	8,6	41,7	14,4	26,3	15,2	28,9
Doenças endócrinas	46,4	39,3	49,8	32,9	51,8	38,4
<i>Diabetes Mellitus</i>	38,2	26,8	43,1	23,1	45,6	27,8
Acidentes de transporte	3,9	7,4	4	2,9	4,2	2,5
Suicídio	7,0	4,1	2,6	3,7	3,8	3,9
Doenças crónicas do fígado	6,1	3,6	8,4	2,5	9,2	3,4

Nota: As causas de morte estão ordenadas tendo em conta a respetiva taxa do município, por ordem decrescente, no período 2017-2021.

Fonte: Cálculos próprios com base no INE, Óbitos por Causa de Morte e Estimativas Anuais da População residente.

A análise da mortalidade no município de Montemor-o-Velho implica também a análise dos óbitos registados nas diferentes freguesias, classificadas por causa de morte, com o já enunciado objetivo de identificar territorialmente as principais causas de morte evitáveis e assim constituir uma base de conhecimento para o desenho de estratégias de intervenção em saúde adequadas à escala do território.

Importa, por isso, conhecer as mortes que podem ser “evitadas” e as mortes atribuíveis a fatores de risco modificáveis por comportamentos, de acordo com a literatura nesta matéria. As causas de morte analisadas são:

- Mortalidade por causas preveníveis (inclui 48 causas de morte),
- Mortalidade por causas tratáveis (inclui 57 causas de morte),
- Mortalidade atribuível ao consumo de tabaco (estimada considerando o risco relativo de 10 causas de morte),
- Mortalidade atribuível ao consumo de álcool (estimada considerando o risco relativo de 10 causas de morte).

MORTES EVITÁVEIS

As mortes “evitáveis” são as relativas a causas de morte selecionadas num conjunto de **óbitos considerados evitáveis**, tomando em consideração as possibilidades existentes quer ao nível da prevenção primária (comportamentos e atitudes saudáveis) quer ao nível curativo e da prevenção secundária (acesso tempestivo aos cuidados de saúde)⁴². Metodologicamente, a seleção destas causas baseia-se numa lista de causas de morte “evitáveis”, por tipo de indicador, grupos de idade (que variam consoante a causa de morte) e código ⁴³, que se encontra subdividida em: indicadores sensíveis a prevenção primária e indicadores sensíveis aos cuidados de saúde (ver Anexo I para consultar as respetivas listas de causas de morte).

O conceito de **mortalidade por causas tratáveis** foi desenvolvido para avaliar o desempenho e a qualidade dos serviços de saúde. São contabilizados os óbitos prematuros (até aos 74 anos) resultantes de certas causas que não deveriam ter ocorrido dada a existência de cuidados de saúde eficazes e atempados. O diagnóstico precoce, o acesso ao tratamento de qualidade e melhorias nos serviços de saúde podem contribuir significativamente para reduzir a mortalidade sensível aos cuidados de saúde. A monitorização e avaliação deste indicador fornecem informações relevantes para políticas sobre o desempenho ou qualidade do sistema de saúde ⁴⁴.

De modo semelhante, considera-se que o indicador de **mortalidade por causas preveníveis** transmite informação sobre as mortes que poderiam ter sido evitadas por intervenções de saúde pública que abordam determinantes mais amplos da saúde pública, nomeadamente fatores comportamentais e de estilo de vida, condições socioeconómicas e fatores ambientais.

Considerando o território do município de Montemor-o-Velho, evidenciam-se variações geográficas importantes em ambos os grupos de causas consideradas “evitáveis” (**Mapa 9**).

Com valores de mortalidade bastante elevados destacam-se:

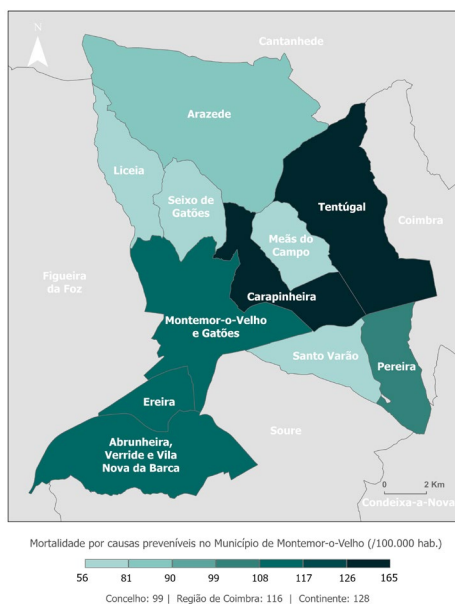
- por causas preveníveis, as **freguesias de Carapinheira e Tentúgal** (com taxas superiores a 126 óbitos por 100.000 habitantes);
- por causas tratáveis, as **freguesias de Liceia e Santo Varão e UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca** (com taxas superiores a 82 óbitos por 100.000 habitantes).

⁴² Santana, P. (2005). *Geografias da Saúde e do Desenvolvimento. Evolução e Tendências em Portugal*. Coimbra: Edições Almedina SA.

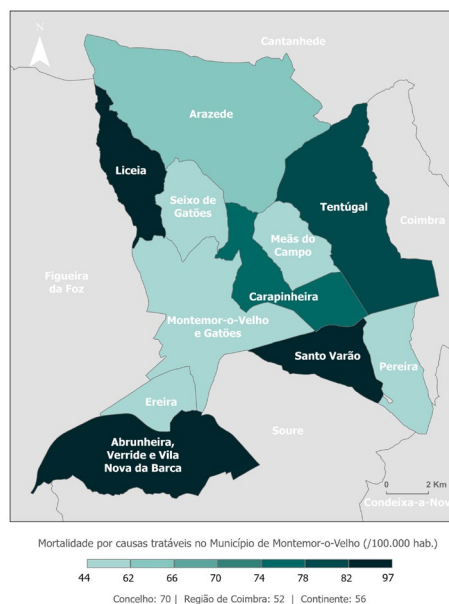
⁴³ OECD/Eurostat lists of preventable and treatable causes of death (January 2022 version). Link: <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/data/datasets/oecd-health-statistics/avoidable-mortality-2019-joint-oecd-eurostat-list-preventable-treatable-causes-of-death.pdf>

⁴⁴ Santana, P., Costa, C., Freitas, Â., Stefanik, I., Quintal, C., Bana e Costa, C., Borrell, C., et al. (2017). *Atlas of population health in European Union regions*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1463-2>>

A. Causas preveníveis (óbitos até aos 74 anos)



B. Causas tratáveis (óbitos até aos 74 anos)



Mapa 9 [A-B]. Taxas de Mortalidade Padronizada por causas de morte “evitáveis” – preveníveis [A] e tratáveis [B] no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia e UF (Nº por 100.000 habitantes), 2017-2021.

Fonte: Cálculos próprios com base no INE, Óbitos por Causa de Morte e População Residente.

MORTES ATRIBUÍVEIS AO CONSUMO DE ÁLCOOL E TABACO

O **consumo de álcool** tem consequências negativas na saúde dos indivíduos e das comunidades, estando **associado a mais de 200 doenças**, para além da pressão acrescida que coloca nos serviços de saúde. Evidência científica indica que qualquer nível de consumo, mesmo em baixas quantidades, pode ser considerado um risco para a saúde, cuja gravidade depende de vários fatores como o estado de saúde, a idade, o sexo e outras características individuais, assim como o contexto em que o consumo ocorre⁴⁵. Algumas causas de morte são totalmente atribuíveis ao consumo de álcool (por exemplo, a doença hepática alcoólica) enquanto outras, por sua vez, são parcialmente atribuíveis ao álcool (por exemplo, alguns tumores malignos, doenças cardiovasculares ou depressão)⁴⁶ (ver Anexo I para consultar a respetiva lista de causas de morte).

O **consumo de tabaco** é uma das principais causas de morbilidade e mortalidade prematura. É um fator de risco para uma vasta lista de doenças que inclui o **cancro do pulmão**, entre outros tipos de

⁴⁵ World Health Organization (WHO) (2024). Alcohol. Fact Sheet. Link: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/alcohol>

⁴⁶ Patra, J., Taylor, B., Rehm, J., Baliunas, D., Popova, S. (2007). Substance-attributable morbidity and mortality changes to Canada's epidemiological profile: measurable differences over a ten-year period. *Can J Public Health*. 98(3):228-34.

cancro, doenças cardíacas, doenças cerebrovasculares e doenças respiratórias crónicas⁴⁷ (ver Anexo I para consultar a respetiva lista de causas de morte). Em Portugal, apesar da tendência decrescente que se tem vindo a registar (primeiramente na população masculina e desde 2014 também na população feminina) a prevalência de consumo de tabaco é ainda considerada elevada, sendo marcada por importantes desigualdades socioeconómicas, culturais e geográficas ⁴⁸.

No município de Montemor-o-Velho, as taxas de mortalidade atribuível a estes dois grupos de causas são superiores às registadas na Região de Coimbra. Contudo, quando se observa a distribuição geográfica dos óbitos por estas causas torna-se evidente a concentração de taxas mais elevadas em algumas freguesias (**Mapa 10**):

- por causas atribuíveis ao consumo de álcool, as **freguesias de Carapinheira e Pereira** (com taxas superiores a 40,8 óbitos por 100.000 habitantes);
- por causas atribuíveis ao consumo de tabaco, as **freguesias de Carapinheira, Ereira e Liceia** (com 53,8 óbitos por 100.000 habitantes).

A. Causas atribuíveis ao consumo de álcool

B. Causas atribuíveis ao consumo de tabaco



Mapa 10 [A-B]. Taxas de Mortalidade Padronizada por causas de morte atribuíveis ao Consumo de Álcool [A] e Consumo de Tabaco [B] no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia e UF (Nº por 100.000 habitantes), 2017-2021.

Fonte: Cálculos próprios com base no INE, Óbitos por Causa de Morte e População Residente.

⁴⁷ World Health Organization (2021). *WHO Report on the Global Tobacco Epidemic 2021: Addressing New and Emerging Products*. Geneva: World Health Organization.

⁴⁸ Rey-Brandariz, J., Ravara, S., López-Vizcaíno, E., Santiago-Pérez, M. I., Ruano-Ravina, A., Candal-Pedreira, C., Varela-Lema, L., Mourino, N., Aguiar, P., & Pérez-Ríos, M. (2023). Smoking-attributable mortality in Portugal and its regions in 2019. *Pulmonology*. <<https://doi.org/10.1016/j.pulmoe.2023.09.006>>

4.3 Morbilidade

Na dimensão da morbilidade, a saúde da população é avaliada por critérios relacionados com a **incidência de doenças crónicas não transmissíveis**.

A morbilidade, enquanto área de preocupação para a saúde da população, representa um importante preditor da qualidade de vida, encontrando-se associada à perda de anos de vida saudável e a condições limitadoras da independência e autonomia do indivíduo, principalmente em idades mais avançadas (incapacidade funcional)⁴⁹.

É por isso fundamental avaliar a distribuição geográfica da incidência de doenças, por um lado, pelo contributo deste conhecimento na vigilância, controlo e prevenção das doenças e, por outro lado, na promoção de ambientes (e.g., local de residência, trabalho, lazer) que potenciem atitudes e comportamentos saudáveis e de maior equidade em saúde.

4.3.1 Principais diagnósticos de doença – Registo nos Cuidados de Saúde Primários

A morbilidade é primeiro analisada comparando os **principais diagnósticos dos utentes nos Cuidados de Saúde Primários (CSP)** nas unidades funcionais do município de Montemor-o-Velho com a ULS do Baixo Mondego (onde se integram as unidades de CSP do município) e, de forma agregada, nas unidades funcionais de CSP dos municípios da Região de Coimbra.

A análise comparativa dos principais diagnósticos nas unidades em consideração releva a importância de cinco patologias principais (**Quadro 6**) Estas cinco patologias são igualmente as predominantes tanto nas unidades de CSP que integram a ULS do Baixo Mondego como na Região de Coimbra. Também a respetiva ordem de importância é sensivelmente a mesma.

Quadro 6. Utentes nos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra segundo o diagnóstico, total (N.º) e proporção (%), 2023.

	Região de Coimbra		ULS Baixo Mondego		Montemor-o-Velho	
	[N.º]	[%]	[N.º]	[%]	[N.º]	[%]
Alterações do metabolismo dos lípidos	156.816	32,2	36.878	33,7	8.679	36,7
Hipertensão arterial	128.661	26,4	29.926	27,3	7.457	31,6
Obesidade	77.488	15,9	19.287	17,6	4.560	19,3
Perturbações depressivas	76.625	15,7	15.714	14,3	4.111	17,4
Diabetes <i>mellitus</i>	47.508	9,8	11.261	10,3	2.771	11,7

Fonte: ULS do Baixo Mondego.

⁴⁹ Oliveira, A., Nossa, P., Mota-Pinto, A. (2019). Avaliação da Capacidade Funcional e Fatores Determinantes do Declínio Funcional em Idosos: Um Estudo Transversal. *Acta Médica Portuguesa*, 32(10):654–660. <<https://doi.org/10.20344/amp.11974>>

Se alargarmos a análise por forma a incluir o top 10 das patologias mais prevalentes nos registos das unidades dos CSP do município surgem, para além das já referidas cinco primeiras, e por ordem decrescente, a osteoartrose do joelho, a osteoartrose da anca, a asma, a osteoporose e a doença cardíaca isquémica (Figura 16).

Estas patologias são idênticas às registadas nas unidades de comparação, embora se apresentem por ordem de importância relativa diversa.

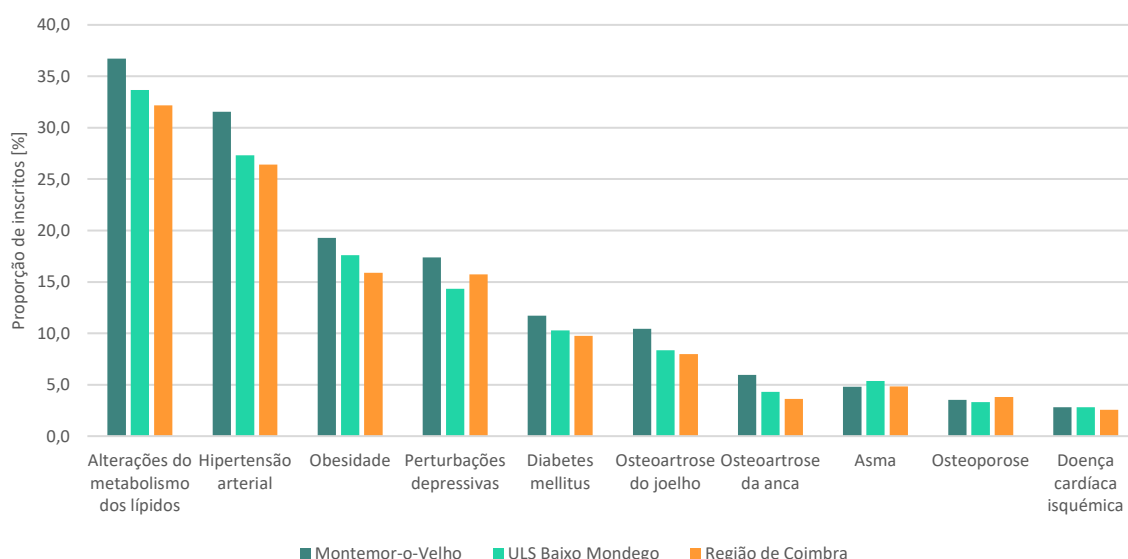


Figura 16. Proporção de utentes nos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, segundo os 10 principais diagnósticos (%), 2023.

Fonte: ULS do Baixo Mondego.

4.3.2 Morbilidade hospitalar

Analisando a evolução das **taxas de morbilidade hospitalar** pelos grandes grupos de causas de internamento observadas na Região de Coimbra e no município de Montemor-o-Velho nos períodos de 2010-2012 e 2021-2023 (Quadro 7), verifica-se que o município apresenta valores mais elevados para internamentos por **Doenças do Aparelho Circulatório** e **Diabetes Mellitus**.

Os internamentos hospitalares por 100.000 habitantes aumentaram ainda em todas as causas consideradas à exceção das Doenças Respiratórias. Destacam-se os maiores aumentos registados nos internamentos por Doenças Mentais e Tumores Malignos (variações percentuais de 37,8% e 13,1%, respetivamente).

Quadro 7. Internamentos hospitalares por causa de internamento no município de Montemor-o-Velho e na Região de Coimbra (Nº por 100.000 habitantes), 2010-2012 e 2021-2023.

Causa de internamento	Região de Coimbra		Montemor-o-Velho	
	2010-2012	2021-2023	2010-2012	2021-2023
Doenças do Aparelho Circulatório	4036,2	4042,2	4177,7	4396,8
Doenças Respiratórias	2655,6	2462,3	2321,9	2315,7
Doença Mental	1381,9	2155,6	1342,5	1850,4
Diabetes <i>Mellitus</i>	1452,2	1555,9	1499,1	1649,6
Tumores Malignos	1045,9	1239,1	1067,3	1207,4

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da ACSS - BDMH, Base de Dados de Morbilidade Hospitalar; INE, População residente.

No que se refere à morbilidade hospitalar nas diferentes freguesias que integram o município de Montemor-o-Velho, foi analisado o número de episódios de internamento por 100.000 habitantes por **causas sensíveis a cuidados de ambulatório** e **causas evitáveis por prevenção primária**, considerando a idade até aos 74 anos e o período mais recente com dados, referente a 2021-2023 (**Mapa 11** e **Mapa 12**).

Os internamentos por causas sensíveis a cuidados de ambulatório referem-se aos evitáveis por intervenções profiláticas ou terapêuticas desenvolvidas nos Cuidados de Saúde Primários e de ambulatório. Cuidados de Saúde Primários adequados podem evitar o aparecimento de uma doença, potenciar o controlo de uma doença aguda episódica ou crónica ou evitar o internamento hospitalar⁵⁰. De modo idêntico às causas de morte por prevenção primária⁵¹, considera-se que os internamentos por este conjunto de causas poderiam ter sido evitados através de prevenção primária.

Verificam-se valores muito elevados de internamentos por **causas evitáveis pela prevenção primária** nas **freguesias de Carapinheira, Ereira, Tentúgal e UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca** (superiores e 1.067 por 100.000 habitantes), enquanto os valores mais elevados de internamentos por causas **sensíveis a cuidados de ambulatório** registam-se nas **freguesias do Arazede, Carapinheira, Ereira e UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca** (superiores e 3.052 internamentos por 100.000 habitantes). As taxas de internamentos nas duas causas evitáveis (prevenção primária e por causas sensíveis a cuidados de ambulatório) são superiores no concelho, quando comparada com as registadas na Região de Coimbra

⁵⁰ Direção-Geral da Saúde (2013). Plano Nacional de Saúde 2012-2016. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.

⁵¹ Nolte, E., McKee, M. (2008). *Measuring The Health Of Nations: Updating An Earlier Analysis*. Project HOPE–The People-to-People Health Foundation, Inc.



Internamento hospitalar por causas sensíveis a cuidados de ambulatório no Município de Montemor-o-Velho (/100.000 hab.)

1711 2163 2341 2519 2697 2974 3052 3640

Concelho: 2487 | Região de Coimbra: 2200 | Continente: n/d



Internamento hospitalar por causas evitáveis por prevenção primária no Município de Montemor-o-Velho (/100.000 hab.)

519 765 826 886 946 1006 1067 1166

Concelho: 859 | Região de Coimbra: 760 | Continente: n/d

Mapa 11. Internamento hospitalar no município de Montemor-o-Velho, por causas sensíveis a Cuidados de Ambulatório, segundo a freguesia (Nº por 100.000 habitantes), 2021-2023.

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da ACSS - BDMH, Base de Dados de Morbilidade Hospitalar; INE, População residente.

Mapa 12. Internamento hospitalar no município de Montemor-o-Velho, por causas evitáveis por Prevenção Primária, segundo a freguesia (Nº por 100.000 habitantes), 2021-2023.

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da ACSS - BDMH, Base de Dados de Morbilidade Hospitalar; INE, População residente.

4.3.3 Incapacidade

Para além das medidas de mortalidade e morbilidade tradicionais, os indicadores de incapacidade assumem um papel relevante na análise do estado de saúde de uma população. O conceito de incapacidade é complexo pois reflete uma interação entre as características físicas e mentais de uma pessoa e as da sociedade na qual está inserida. Para além de afetar o estado de saúde, a incapacidade tem repercussões no desenvolvimento económico e social de um país⁵². No âmbito deste perfil, a incapacidade é analisada sob o ponto de vista da limitação ou dificuldade da população adulta mais velha para realizar tarefas e atividades habituais do dia-a-dia, como **andar e subir degraus, tomar banho e vestir-se sozinho**. A avaliação da **independência da população mais idosa**, medida através da **capacidade de desempenhar funções básicas como a locomoção ou o autocuidado**, é

⁵² Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde. (2013). Plano Nacional de Saúde 2012 - 2016: Versão Resumo. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.

especialmente relevante para um adequado dimensionamento das respostas dos serviços sociais e de saúde.

A população com 65 e mais anos residente no município de Montemor-o-Velho revela maiores dificuldades no desempenho autónomo de funções como o “andar e subir degraus” e “tomar banho e vestir-se sozinho” de que as unidades estatísticas de comparação: **26% e 14% da população com 65 e mais anos reporta ter muita dificuldade ou não consegue mesmo desempenhar estas funções**⁵³, respetivamente, o que compara mal com os valores de 19% e 10%, no Continente, e de 21% e 11% na Região de Coimbra (Figura 17). Esta percentagem é particularmente acentuada no **sexo feminino** em todas as unidades estatísticas, sendo que no município de Montemor-o-Velho 31% das mulheres com 65 e mais anos declaram total incapacidade ou elevada dificuldade em “andar ou subir degraus” e 17% afirmam incapacidade total ou muita dificuldade em “tomar banho ou vestir-se sozinho”.

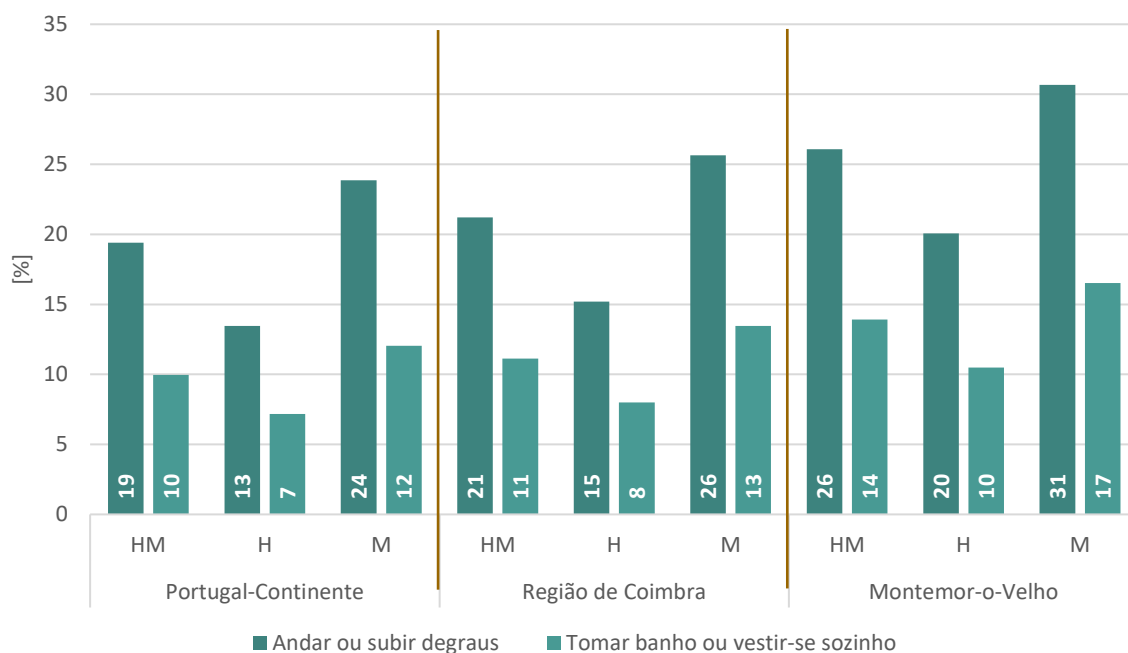


Figura 17. População residente com 65 ou mais anos que tem muita dificuldade ou não consegue realizar a ação, segundo o sexo, no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.

⁵³ Relação entre a população residente com 65 ou mais anos com muita dificuldade ou que não consegue efetuar a ação e a população residente com 65 ou mais anos (expressa por 100 pessoas com 65 ou mais anos).

5 COMPORTAMENTOS ADITIVOS

5.1 Comportamentos aditivos

O **tabaco** é uma **substância psicoativa lícita** que pode causar dependência física e psíquica, sendo o seu consumo considerado **um dos mais graves problemas de saúde pública a nível mundial**. Contribui de forma isolada para seis das oito principais causas de morte a nível mundial. Em Portugal, em 2019, estima-se que o tabaco tenha contribuído para a morte de mais de 13 mil pessoas, das quais cerca de 1700 por exposição ao fumo passivo.

Os fumadores têm, em média, menos 10 anos de vida do que os não fumadores, pois as substâncias do fumo do tabaco contribuem para desenvolvimento das principais doenças não transmissíveis, com destaque para: **doenças respiratórias**, como a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC), a bronquite crónica, o agravamento da asma e as infeções respiratórias; **doenças cérebro e cardiovasculares**, como a doença cardíaca coronária, o acidente vascular cerebral (AVC), o enfarte agudo do miocárdio ou a hipertensão; **tumores malignos** em várias localizações do organismo humano; **diabetes mellitus tipo 2**; diminuição da fertilidade; redução da densidade óssea e risco de cegueira por degenerescência macular. Para além destas doenças, fumar diminui a imunidade, aumentando o risco de **infeções respiratórias** e de **morte por tuberculose**⁵⁴.

O **álcool** é uma **substância psicoativa lícita que pode provocar dependência física e psíquica** (habituação). O consumo excessivo de álcool é umas das causas para o elevado número de anos de vida perdidos por incapacidade. O alcoolismo tem vários efeitos negativos sobre a saúde física e psíquica, que na maioria das vezes causam prejuízos graves nos vários contextos em que a pessoa se move, sejam eles laboral, familiar ou social. Assim, as principais complicações estão relacionadas com: risco de intoxicação, risco de **cancro**, **diabetes**, **distúrbios do sono**, distúrbios menstruais, **problemas sexuais**, como infertilidade ou disfunção erétil, **doenças do fígado**, como a cirrose, enfraquecimento do sistema imunológico e potencial **aumento de doenças transmissíveis**, síndrome alcoólica fetal, em caso de gravidez, risco de lesões intencionais e não intencionais, risco de insónia, **depressão**, **demência** e **outras condições que afetam a saúde mental**⁵⁵.

Para além disso, o consumo excessivo de álcool está ainda relacionado com exclusão social, acidentes de trânsito e comportamentos agressivos.

⁵⁴ Direção Geral da Saúde - Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo. Link: <https://www.dgs.pt/programa-nacional-para-a-prevencao-e-controlo-do-tabagismo/apresentacao.aspx>

⁵⁵ ICAD - Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. Link: <https://www.icad.pt/>

O álcool também é considerado pela OMS uma substância carcinogénica, estando associado a **tumores malignos no fígado, esófago, boca, garganta, mama e cólon**.

O termo **drogas** refere-se comumente a **substâncias psicoativas ilícitas**, em particular a drogas que provocam alterações do estado de consciência do indivíduo (como a heroína, cocaína, haxixe, ecstasy e outras NSP – Novas Substâncias Psicoativas). As drogas, potencialmente, provocam sensação de prazer, de relaxamento e sedação, com a diminuição da atividade cerebral, podendo causar, por isso, dependência. O consumo frequente de drogas está associado a **transtornos mentais**, com sintomas ligados à **depressão do sistema nervoso central, dificuldade de concentração, perda de apetite, convulsões e alucinações**. Para além disso, consumos elevados relacionam-se com índices de **criminalidade e taxas de infeção pelo VIH/SIDA e hepatite** igualmente elevados.

Em Portugal, segundo o último Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral de 2022⁵⁶, a prevalência ao longo da vida, para qualquer substância psicoativa ilícita, tem vindo a aumentar, passando de 7,8% para 12,8%, entre 2001 e 2022.

No que se refere a estes três comportamentos aditivos, os registos das unidades de CSP do município de Montemor-o-Velho contabilizavam, em 2023, **10,2%** de utentes com 15 anos ou mais que são **fumadores**, **2,1%** de utentes com 15 anos ou mais **com diagnóstico de abuso agudo ou crónico de álcool** e **0,4%** de utentes com 15 anos ou mais **com diagnóstico de abuso de drogas** (**Quadro 8**).

Quadro 8. Utentes inscritos/as nos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra segundo o comportamento aditivo, total (N.º) e proporção (%), 2023.

	Região de Coimbra		ULS Baixo Mondego		Montemor-o-Velho	
	[N.º]	[%]	[N.º]	[%]	[N.º]	[%]
Nº de utentes fumadores com 15 ou mais anos	54.559	12,6	11.593	11,8	2.149	10,2
Nº de utentes com 15 ou mais anos com diagnóstico de abuso agudo ou crónico de álcool	10.130	2,3	2.030	2,1	434	2,1
Nº de utentes com 15 ou mais anos com diagnóstico de abuso de drogas	2.714	0,6	649	0,7	76	0,4

Fonte: ULS do Baixo Mondego.

⁵⁶Balsa, C., Vital, C., Urbano, C. (2023). V Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2022. Nota de Imprensa. Link: <https://www.fcsh.unl.pt/static/documentos/informacao/V%20Inqu%C3%A9rito%20Nacional%20ao%20Consumo%20de%20Subst%C3%A2ncias%20Psicoativas.pdf>

A proporção de utentes inscritos/as com hábitos tabágicos é mais reduzida no município do que nas unidades de comparação (10,2%, que compara com 12,6% na Região de Coimbra e 12,8% na ULS do Baixo Mondego), enquanto no que se refere ao abuso de álcool é idêntica às unidades de comparação (2,1%) e relativamente ao abuso de drogas é mais baixa (0,4%, que compara com 0,6 na Região e 0,7 na ULS Baixo Mondego).

No caso dos **consumos problemáticos associados tanto ao álcool como às drogas** o número de **pessoas em tratamento no ambulatório da rede pública do SICAD** – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (atualmente denominado ICAD), é significativamente inferior ao número de utentes inscritos/as nas unidades de CSP com diagnósticos de abuso destas substâncias em todas as unidades estatísticas analisadas.

No que se refere ao álcool, no município de Montemor-o-Velho, no ano de 2002, das **25 pessoas em tratamento de ambulatório** na rede pública cinco eram novas admissões e uma correspondia a uma readmissão. As pessoas em tratamento eram do **sexo masculino**, correspondendo a 100% do total de utentes em tratamento nesta rede (**Quadro 9**).

Ainda no que se refere ao álcool, analisando a evolução do número de pessoas em tratamento em ambulatório nesta rede verifica-se que, de forma geral, nas unidades em apreciação o período pandémico registou uma ligeira redução no nível de produtividade (que não atingiu os/as residentes no município), não tendo o nível de atividade em 2022 atingido ainda os valores pré-pandemia (**Quadro 10**).

Quadro 9. Utes com problemas relacionados com o uso de álcool inscritos/as na rede pública de tratamento (ambulatório) que iniciaram tratamento no ano e utentes em tratamento no ano (N.º), segundo o sexo, no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, 2022.

	Utentes que iniciaram tratamento no ano						Utentes em tratamento no ano**		
	Novos/as utentes*			Utentes readmitidos/as			H	M	HM
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Montemor-o-Velho	5	0	5	1	0	1	25	0	25
ULS Baixo Mondego	32	2	34	5	2	7	135	23	158
Região de Coimbra	138	20	158	37	10	47	563	102	665

* Utes com problemas relacionados com o uso de álcool que recorreram pela primeira vez às estruturas desta rede (primeiros pedidos de tratamento).

** Utes com problemas relacionados com o uso de álcool e com pelo menos um evento assistencial no ano.

Fonte: SICAD - Relatório Anual 2022 – A Situação do País em Matéria de Álcool.

Quadro 10. Evolução dos/as utentes com problemas relacionados com o uso de álcool inscritos/as na rede pública de tratamento (ambulatório) que iniciaram tratamento no ano e utentes em tratamento no ano (N.º) no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, 2019-2022.

	Utentes que iniciaram tratamento no ano								Utentes em tratamento no ano**			
	Novos/as utentes*				Utentes readmitidos/as							
	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
Montemor-o-Velho	15	9	7	5	0	0	0	1	33	35	33	25
ULS Baixo Mondego	38	33	43	34	4	2	4	7	165	159	162	158
Região de Coimbra	157	130	142	158	33	21	26	47	698	677	674	665

* Utentes com problemas relacionados com o uso de álcool que recorreram pela primeira vez às estruturas desta rede (primeiros pedidos de tratamento).

** Utentes com problemas relacionados com o uso de álcool e com pelo menos um evento assistencial no ano.

Fonte: SICAD - Relatório Anual 2022 – A Situação do País em Matéria de Álcool.

No que se refere ao **consumo de drogas** no ano de 2022, no município, registavam-se **25 pessoas em tratamento de ambulatório** na rede pública do ICAD, das quais seis eram novas admissões. As pessoas em tratamento eram também maioritariamente do **sexo masculino**, correspondendo a 92% do total de pessoas em tratamento nesta rede (**Quadro 11**).

No caso destes consumos verifica-se que, de forma geral, a evolução do número de pessoas em tratamento em ambulatório na rede pública do ICAD, nas unidades em apreciação, registou uma ligeira redução no nível de atividade no período pandémico. Em 2022, o número de pessoas em tratamento não tinha ainda alcançado os níveis pré-pandemia (**Quadro 12**).

Quadro 11. Utentes com problemas relacionados com o uso de drogas inscritos/as na rede pública de tratamento (ambulatório) que iniciaram tratamento no ano e utentes em tratamento no ano (N.º), segundo o sexo, no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, 2022.

	Utentes que iniciaram tratamento no ano						Utentes em tratamento no ano**		
	Novos/as utentes*			Utentes readmitidos/as					
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Montemor-o-Velho	6	0	6	0	0	0	23	2	25
ULS Baixo Mondego	21	5	26	3	1	4	254	51	305
Região de Coimbra	79	18	97	25	5	30	790	168	958

* Utentes com problemas relacionados com o uso de drogas que recorreu pela primeira vez às unidades de consulta na rede pública (primeiros pedidos de tratamento).

** Utentes com problemas relacionados com o uso de drogas que recorreu às unidades de consulta na rede pública, com pelo menos um evento assistencial no ano.

Fonte: SICAD - Relatório Anual 2022 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências.

Quadro 12. Evolução dos/as utentes com problemas relacionados com o uso de drogas inscritos/as na rede pública de tratamento (ambulatório) que iniciaram tratamento no ano e utentes em tratamento no ano (N.º) no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, 2019-2022.

	Utentes que iniciaram tratamento no ano								Utentes em tratamento no ano**			
	Novos/as utentes*				Utentes readmitidos/as				2019	2020	2021	2022
	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
Montemor-o-Velho	2	4	1	6	1	1	0	0	31	30	23	25
ULS Baixo Mondego	22	16	24	26	3	10	11	4	343	306	304	305
Região de Coimbra	53	47	57	97	44	29	28	30	992	928	905	958

* Utentes com problemas relacionados com o uso de drogas que recorreu pela primeira vez às unidades de consulta na rede pública (primeiros pedidos de tratamento).

** Utentes com problemas relacionados com o uso de drogas que recorreu às unidades de consulta na rede pública, com pelo menos um evento assistencial no ano.

Fonte: SICAD - Relatório Anual 2022 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicod dependências

6 CUIDADOS DE SAÚDE

Nesta dimensão, a saúde da população é avaliada por critérios relacionados com o acesso e a utilização de cuidados de saúde, considerando as características que predispõem, facilitam ou inibem o acesso, e que caracterizam o processo de **prestação de cuidados de saúde**, por um lado a **oferta** e, por outro, a **procura**. Outra das componentes é relativa ao acesso realizado ou expresso, que equivale à **efetiva utilização** dos cuidados de saúde (e.g., número de consultas realizadas)^{57 58}.

A análise da **acessibilidade geográfica**, neste contexto, é considerada fundamental. A literatura indica que quem reside mais próximo dos serviços de saúde tende a utilizá-los mais do que quem vive em distâncias maiores⁵⁹, independentemente das necessidades percecionadas e comprovadas clinicamente. Este facto sugere que, mesmo em sistemas do tipo do Sistema Nacional de Saúde Português (SNS), existem diferenças na acessibilidade geográfica aos serviços públicos em consequência da localização dos serviços de saúde em pontos específicos do território onde se concentra grande parte da população.

Quando se avalia o efeito da distância na saúde da população, devem ser considerados os aspetos positivos, mas também os negativos^{60,61}. Ou seja, a **proximidade aos cuidados de saúde primários e hospitalares** é globalmente positiva, porque aumenta o acesso a esses serviços, no primeiro caso no âmbito preventivo e de tratamento de doença aguda não urgente, e no segundo em situação de doença aguda urgente e risco de vida iminente. Neste contexto a boa ligação entre cuidados primários e hospitalares pode atenuar ou minimizar o efeito da distância na acessibilidade dos serviços de saúde, principalmente para grupos mais vulneráveis e com maior carga de doença (e.g., população adulta mais velha). Por outro lado, a proximidade a hospitais, combinada com a falta de resposta dos cuidados primários, pode aumentar a utilização em excesso das urgências hospitalares (“falsas urgências”), resultando em sobrecarga dos serviços.

No âmbito deste Perfil de Saúde, será considerada a prestação de cuidados no âmbito do SNS, que integra principalmente dois níveis: os Cuidados de Saúde Primários (CSP) (ponto 6.1) e os Hospitalares

⁵⁷ Santana, P. (1993). *Acessibilidade e utilização dos serviços de saúde: ensaio metodológico em geografia da saúde*. Tese de Doutoramento em Letras (Geografia Humana) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁵⁸ Costa, C., Tenedório, J., Santana, P. (2020). Disparities in Geographical Access to Hospitals in Portugal. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 9(10) 567 < <https://doi.org/10.3390/ijgi9100567> >

⁵⁹ Mseke, E.P., Jessup, B., Barnett, T. (2024). Impact of distance and/or travel time on healthcare service access in rural and remote areas: A scoping review. *Journal of Transport & Health*, 101819 < <https://doi.org/10.1016/j.jth.2024.101819> >

⁶⁰ Santana, P. (2005). *Geografias da Saúde e do Desenvolvimento. Evolução e Tendências em Portugal*. Coimbra: Edições Almedina SA.

⁶¹ Jia, P., Wang, F., Xierali, I.M. (2019). Differential effects of distance decay on hospital inpatient visits among subpopulations in Florida, USA. *Environ Monit Assess.* 28;191(Suppl 2):381 < <https://doi.org/10.1007%2Fs10661-019-7468-2> >

(ponto 6.2). Nesta dimensão é feita, ainda, uma análise à oferta de farmácias no território municipal (ponto 6.3), pelo seu papel de proximidade às populações no âmbito da prevenção e promoção da saúde, quer através da distribuição de medicamentos quer como agentes de saúde pública.

Considerando o enquadramento na nova organização funcional dos cuidados de saúde em Portugal, o município de Montemor-o-Velho é abrangido pela **Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego (ULS Baixo Mondego)**, juntamente com os municípios de Figueira da Foz e de Soure.

6.1 Cuidados de Saúde Primários

O município de Montemor-o-Velho possui **quatro unidades funcionais dos CSP** - duas Unidades de Saúde Familiar (USF), uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) -, e **três extensões de saúde (Quadro 13)**.

Quadro 13. Unidades funcionais dos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, 2024.

Unidades funcionais	Localização
USF MonteMayor	Centro de Saúde de Montemor-o-Velho, Av. dos Bombeiros
UCC Montemor-o-Velho	Voluntários, 3140-250 Montemor-o-Velho
USF Araceti	Rua Prof. Dr. Fernando Albuquerque Grilo, 60, 3140-022 Arazede
UCSP Margens do Mondego	Rua da Torre, 1, 3140-315 Pereira
Extensões de Saúde	
USF MonteMayor - Polo Carapinheira	Largo do Alhastro, 3140-071 Carapinheira
UCSP Margens do Mondego - Polo Meãs do Campo	Rua Lacerda Pires, Lugar do Pinheiro, 3140-166 Meãs do Campo
UCSP Margens do Mondego - Polo Tentúgal	Rua Dr. Armando Gonçalves, 11, 3140-574 Tentúgal

Fonte: Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários (BI-CSP), ULS Coimbra; Inquérito às Instalações de Cuidados de Saúde Primários, Universidade de Coimbra, 2024.

6.1.1 Acessibilidade geográfica aos Cuidados de Saúde Primários

A acessibilidade geográfica a uma unidade de saúde é a base para a utilização dos serviços de saúde e um dos garantes da equidade em saúde. A localização dos equipamentos de saúde, ao estarem próximos da população, aumenta as possibilidades de utilização destes serviços, que têm como objetivo a promoção e vigilância da saúde⁶².

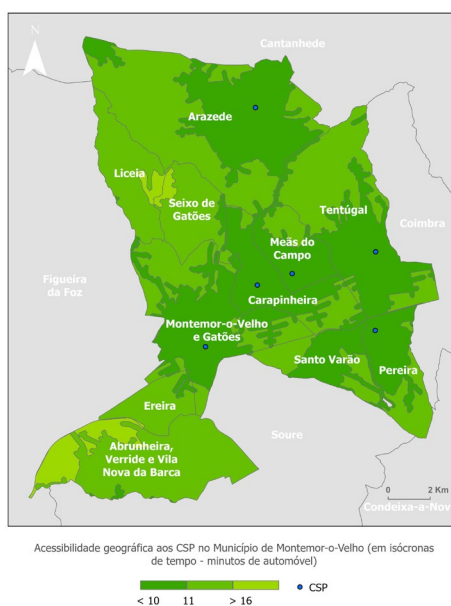
⁶² Guagliardo, F. (2004). Spatial accessibility of primary care: concepts, methods and challenges. *International Journal of Health Geographics*. 3(1):3. < <https://doi.org/10.1186/1476-072X-3-3> >

A acessibilidade geográfica às unidades dos CSP no município de Montemor-o-Velho é muito boa: considerando a utilização de automóvel, quase a totalidade **da população reside a uma distância igual ou inferior a 10 minutos** de uma unidade que presta cuidados de saúde primários (**Quadro 14**). Genericamente, quase todas as freguesias apresentam excelentes tempos médios ponderados, inferiores ou iguais a 10 minutos, dado que aí se localizam unidades funcionais e extensões dos CSP (**Mapa 13**). Exceção para Liceia, Ereira, Seixo de Gatões e UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, com tempos que podem ultrapassar os 15 minutos.

Quadro 14. População residente por intervalos de distância (em minutos de automóvel) à unidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP) mais próxima no município de Montemor-o-Velho (Nº e %), 2021.

Acessibilidade Geográfica à unidade de CSP mais próxima		
Minutos de automóvel	População residente (2021)	
	Nº	%
≤ 10	24563	99,97
≤ 11	8	0,03

Fonte: Cálculos próprios com base na ESRI Portugal, Rede viária; INE, População residente por subsecção estatística (2021) e DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP2013).



Mapa 13. Acessibilidade geográfica (em isócronas de tempo) à unidade funcional de Cuidados de Saúde Primários mais próxima no município de Montemor-o-Velho (minutos de automóvel), 2024.

Fonte: Cálculos próprios com base na ESRI Portugal, Rede viária; INE, População residente por subsecção estatística e DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP2013).

6.1.2 Caracterização da oferta e utilização dos CSP

Relativamente aos recursos humanos afetos ao funcionamento das unidades de CSP do município, as duas USF, a UCSP e a UCC totalizavam, em 2025, 18 médicos/as, 12 médicos internos, 21 enfermeiros/as, 7 assistentes técnicos e 6 assistentes operacionais (**Quadro 15**).

Quadro 15. Recursos Humanos nos Cuidados de Saúde Primários do município de Montemor-o-Velho segundo a Unidade Funcional, 2025.

Unidade funcional	Médicos [N.º]	Médicos Internos [N.º]	Enfermeiros [N.º]	Assistentes Técnicos [N.º]	Assistentes Operacionais [N.º]
UCC Montemor-o-Velho	1	-	5	-	-
UCSP Margens do Mondego	6	1	4	3	-
USF Araceti	5	6	6	4	-
USFMonteMayor	6	5	6	3	-
Total	18	12	21	10	6*

* Valor global referenciado a janeiro de 2024.

Fonte: Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários [BI-CSP], janeiro 2025 e ULS do Baixo Mondego

Os recursos humanos mencionados assistiam, em 2023, uma população de **23.635 utentes**, dos quais apenas **6,7% não tinham médico de família atribuído**, o que coloca o município numa posição favorável relativamente tanto à ULS do Baixo Mondego como à Região de Coimbra, que registavam, em ambos os casos, 10,8% de utentes inscritos/as sem médico de família atribuído (**Quadro 16**). Refira-se, ainda, o facto de **51,5%** das pessoas inscritas nas unidades de CSP do município serem **mulheres** (proporção semelhante à ULS do Baixo Mondego e ligeiramente inferior à Região de Coimbra) e 3,9 % serem crianças com idade até aos 6 anos, que compara com 3,8% na ULS do Baixo Mondego e 4,6% na Região de Coimbra (**Quadro 17**).

Quadro 16. Utentes inscritos/as nos Cuidados de Saúde Primários sem médico de família no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, total (N.º) e proporção (%), 2023.

	Utentes Inscritos/as		Utentes inscritos/as sem médico de família	
	[N.º]		[N.º]	[%]
Montemor-o-Velho	23.635		1.590	6,7
ULS Baixo Mondego	109.565		11.781	10,8
Região de Coimbra	487.250		52.476	10,8

Fonte: ULS do Baixo Mondego.

Quadro 17. Caracterização dos/as utentes inscritos/as nos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, total (N.º) e proporção (%), 2023.

	Região de Coimbra		ULS Baixo Mondego		Montemor-o-Velho	
	[N.º]	[%]	[N.º]	[%]	[N.º]	[%]
Utentes inscritos/as	487.250	100,0	109.565	100,0	23.635	100,0
- Homens	231.178	47,4	52.656	48,1	11.457	48,5
- Mulheres	256.072	52,6	56.909	51,9	12.178	51,5
- Crianças até aos 6 anos	22.299	4,6	4.135	3,8	915	3,9

Fonte: ULS do Baixo Mondego.

A análise de alguns indicadores de acesso dos/as utentes inscritos/as às unidades de CSP no município de Montemor-o-Velho e a respetiva comparação com as unidades de saúde da ULS do Baixo Mondego, da Região de Coimbra e de Portugal Continental revela situações diferenciadas. Assim, enquanto a taxa de utilização global das consultas médicas ⁶³ nas unidades de CSP de Montemor-o-Velho atingia os 74,4%, nas unidades de saúde de comparação foi de 66,0% em Portugal Continental, de 70,9% na Região de Coimbra e de 69,9% na ULS do Baixo Mondego. No que se refere à proporção de recém-nascidos com consulta médica de vigilância até 28 dias vida, o município, a ULS e a Região, com valores de 91,9%, 93,1% e 94,5%, respetivamente, comparam bem com o Continente, com um valor de 85,3%. Finalmente, no que se refere ao número médio anual de consultas de MGF por utente com 18 e mais anos, as unidades de saúde de município registam um valor de 3,9 em 2023, que compara com 3,6 na ULS do Baixo Mondego (**Quadro 18**).

Quadro 18. Acesso a Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego, na Região de Coimbra e em Portugal-Continente, 2023.

	Portugal-Continente	Região de Coimbra	ULS Baixo Mondego	Montemor-o-Velho
N.º total de consultas [n.º]	-	-	386.520	91.597
N.º médio anual de consultas por utente [n.º/utente]	-	-	3,5	3,9
Taxa de utilização global de consultas médicas [%]	66,0	70,9	69,9	74,4
Proporção RN com consulta médica de vigilância até 28 dias vida [%]	85,3	94,5	93,1	91,9

Fonte: ULS Baixo Mondego; Ministério da Saúde, *BI CSP [Indicadores '2013.002.01 FX - Taxa de utilização global de consultas médicas', '2013.014.01 FX - Proporção RN c/ cons. méd. vigil. até 28 dias vida']*.

Os dados disponíveis no que respeita aos **rastreios de doenças oncológicas** nas unidades de CSP do município de Montemor-o-Velho revelam que, em 2023, o **rastreio do cancro da mama** abrangeu 2.628 mulheres com idades compreendidas entre os 50 e os 70 anos, correspondendo a **74% das**

⁶³ A taxa de utilização global das consultas médicas exprime a proporção de utentes inscritos que tiveram consulta médica, de qualquer tipo, entre janeiro e dezembro de 2023.

mulheres elegíveis. Este valor compara favoravelmente com 59% em Portugal Continental, 68% na Região de Coimbra e 69% na ULS do Baixo Mondego. No que se refere ao **rastreio do cancro do colo do útero**, foram rastreadas 3.088 mulheres entre os 25 e os 60 anos, correspondendo a **56% das mulheres elegíveis**, valor que compara, no mesmo período, com 53% em Portugal Continental, 56% na Região de Coimbra e 53% na ULS do Baixo Mondego. Finalmente, no que diz respeito ao **rastreio do cancro do cólon e reto** foram abrangidos/as , no mesmo ano, 4.067 utentes inscritos/as nas unidades de CSP do município com idades compreendidas entre os 50 e os 75 anos, ou seja, **48% dos/as utentes elegíveis.** Este valor fica abaixo da média nacional (58%) e também dos valores registado na Região de Coimbra e na ULS do Baixo Mondego (ambas com 52%) (Quadro 19).

Quadro 19. Rastreios de doenças oncológicas nos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego, na Região de Coimbra e em Portugal-Continente, proporção (%), 2023.

	Portugal- Continente	Região de Coimbra	ULS Baixo Mondego	Montemor-o- Velho
	[%]	[%]	[%]	[%]
Proporção de utentes com mamografia*	58,95	68,09	69,41	74,07
Proporção de utentes com rastreio do cancro do colo do útero**	53,24	56,20	53,87	55,50
Proporção de utentes com rastreio do cancro do cólon e reto***	58,15	52,44	51,71	48,49

* Considera mulheres com idade entre os 50 e os 70 anos.

** Considera mulheres com idade entre os 25 e os 60 anos.

*** Considera utentes com idade entre os 50 e 75 anos.

Fonte: Ministério da Saúde, BI CSP [Indicadores '2013.044.01 FX – Proporção de mulheres com mamografia', '2013.045.01 FX – Proporção de mulheres com rastreio do cancro do colo do útero', 2013.046.01 – Proporção de utentes com rastreio do cancro colo-retal'].

6.1.3 Caracterização das instalações das unidades funcionais dos Cuidados de Saúde Primários

O Centro de Saúde de Montemor-o-Velho é uma estrutura integrada na ULS do Baixo Mondego, e cujo funcionamento se distribui por um conjunto diversificado de edifícios:

- i) um edifício (sede), localizado em Montemor-o-Velho, onde funcionam a USF MonteMayor, a UCC Montemor-o-Velho, o CAC e Atendimento a utentes sem médico e a USP do Baixo Mondego – polo Montemor-o-Velho (e os serviços deslocalizados do polo de Abrunheira);
- ii) um edifício, localizado em Arazede, onde funciona a USF Araceti;
- iii) um edifício, situado em Pereira, afeto ao funcionamento da UCSP Margens do Mondego (e aos serviços deslocalizados do polo da freguesia de Santo Varão);

- iv) três edifícios afetos ao funcionamento de 3 polos, um deles localizado em Carapinheira (onde funciona um polo da USF MonteMayor) e outros dois localizados, respetivamente, em Tentúgal e em Meãs do Campo (atualmente deslocalizado no polo de Tentúgal), onde funcionam os polos da UCSP Margens do Mondego.

Com base nas respostas a um inquérito efetuado junto dos responsáveis no âmbito deste projeto, procurou-se avaliar um conjunto de dimensões relativas à infraestrutura física onde funcionam as diversas unidades funcionais dos CSP, o respetivo estado de conservação, bem como a sua adequação e condições de funcionalidade, por forma a identificar eventuais carências e necessidades a este nível. As entidades respondentes pronunciaram-se, ainda, relativamente aos projetos de melhoria que têm programados e qual o respetivo estado de maturação. O questionário utiliza uma escala de 1 a 5 na avaliação das diversas dimensões, sendo 1 -muito má; 2 -má; 3 -razoável; 4 -boa; 5 -muito boa. Relativamente ao grau de maturidade dos projetos a escala é igualmente de 1 a 5 (1-necessidade de investimento identificada; 2-investimento planeado; 3-em fase de projeto; 4-em fase de contratualização; 5-em curso).

Importa referir que para as instalações de prestação de cuidados de saúde primários sob a responsabilidade do município de Montemor-o-Velho estão previstos diversos projetos de construção e/ou remodelação e de intervenções diversas, com grau de maturidade 3 (em fase de projeto), e que importam num investimento de cerca de 1,5 milhões de euros, financiados no âmbito do PRR. Existem ainda diversos projetos de remodelação e intervenção cuja necessidade está identificada (grau de maturidade 1) ou cujo investimento está planeado (grau de maturidade 2), mas não têm ainda financiamento assegurado, e que implicam um investimento superior a 1 milhão de euros.

No que respeita **ao edifício sede do CS, localizado em Montemor-o-Velho, afeto ao funcionamento da USF MonteMayor, à UCC, ao CAC e à USP**, este é um edifício autónomo, construído de raiz em 1995 e remodelado em 2006, que é propriedade do município. A respetiva acessibilidade é considerada como “boa”(4) em termos da ligação à rede viária, e como “má”(2) no que se refere à articulação com a rede de transportes, enquanto o seu estado geral de conservação é avaliada como “mau”(2), sobretudo no que se refere à cobertura e à fachada do edifício. O espaço exterior é considerado “bom ”(4) e a adaptabilidade a pessoas com mobilidade condicionada é avaliada negativamente (“má”(2)), enquanto as diferentes dimensões relativas à organização espacial e à funcionalidade das instalações são avaliadas de forma bastante diversa, a maioria delas de forma positiva (“boas”(4)), algumas como “razoáveis” (3) e outras de forma negativa (“más”(2) e “muito mau”(1)). De entre estas últimas salientam-se as dimensões relativas às salas, aos vestiários e às instalações sanitárias destinados ao pessoal, e as zonas limpas, que são identificadas como carecendo

de melhorias. O conforto térmico e o sistema de climatização é avaliado como “mau”(2). No sentido de colmatar as carências referidas está previsto um projeto de requalificação do edifício, com grau de maturidade 3, e um valor aproximado de 1 milhão de euros, financiado no âmbito do PRR [Aviso 16/C01-i01/2023], assim como diversos projetos de intervenção, em grau de maturidade 2.

No que se refere ao **edifício, localizado em Arazede, onde funciona a USF Arceti**, este é um edifício autónomo, construído de raiz em 2005 e remodelado em 2012, propriedade do município. Está localizado numa zona bem inserida na rede viária (avaliação “bom ”(4)), e o seu estado geral de conservação é considerado “razoável” (3), embora dimensões como a estrutura, a cobertura e a fachada sejam avaliadas negativamente (“más”(2)). O espaço exterior e a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada são consideradas “boas”(4), a mesma a mesma apreciação atribuída à maioria das dimensões relativas à área de prestação de cuidados da organização espacial e funcionalidade da instalação. Já no que se refere à área de apoio aos profissionais da mesma organização espacial e funcionalidade, a maioria das classificações atribuídas são negativas (más”(2) e “muito más”(1)), enquanto o conforto térmico e a eficiência energética são considerados “razoáveis” (3) e no equipamento e segurança se identifica a necessidades de melhorar os meios de combate de incêndios (avaliados como maus”(2)). No sentido de colmatar as carências referidas está previsto um projeto de requalificação do edifício, com grau de maturidade 3 e um valor aproximado de 470 mil euros, financiado no âmbito do PRR [Aviso 16/C01-i01/2023], assim como diversos projetos de intervenção e melhoria, com grau de maturidade 2.

Relativamente ao **edifício, situado em Pereira, afeto ao funcionamento da UCSP Margens do Mondego**, este é um edifício autónomo, construído em 1947 para outros fins e adaptado para o presente uso, cuja última remodelação data de 2019 e é propriedade da Junta de Freguesia de Pereira. Situa-se numa zona bem servida tanto ao nível da rede de transportes como de inserção nos eixos viários (classificação “bom ”(4)) e o respetivo estado de conservação é também considerado “bom ”(4), embora com carências ao nível da cobertura e da fachada (avaliados como “maus”(2)). O espaço exterior é considerado “razoável” (3), e a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada é avaliada como “boa”(4). No que se refere à organização espacial e funcionalidade da instalação as diferentes dimensões são avaliadas de forma diversificada, identificando-se necessidades de melhoria ao nível dos gabinetes de consultas médica e enfermagem, da sala de pessoal e dos depósitos de resíduos (incluindo os com risco biológico). O conforto térmico é avaliado como “muito mau”(1) e ao nível do equipamento de segurança detetam-se carências no que se refere aos meios de combate a incêndios e às viaturas afetas à prestação de cuidados de saúde. O município tem ainda sob a sua responsabilidade três edifícios afetos ao funcionamento de três polos destinados à prestação de cuidados de saúde, a saber:

- um **edifício localizado em Carapinheira (onde funciona um polo da USF MonteMayor)**, que foi construído de raiz para outros fins em 1990, propriedade da Junta de Freguesia de Carapinheira, e parcialmente destinado ao funcionamento do polo da unidade de saúde. O estado de conservação global do edifício e de todas as suas componentes é “muito mau”(1) e a adaptabilidade a pessoas com mobilidade condicionada é “má”(2). A maioria das dimensões avaliadas no que respeita à organização e funcionalidade das instalações é classificada como “má”(2) e o conforto térmico é “muito mau”(1).

- um **edifício localizado em Tentúgal, onde funciona um polo da UCSP Margens do Mondego**, numa parte de edifício construído para outros fins em 1970 e remodelado em 2014, e que é propriedade da Junta de Freguesia de Tentúgal. O estado de conservação global do edifício é “mau”(2), sendo que a sua cobertura, a fachada e o interior são avaliados como “muito mau”(1) e a adaptabilidade a pessoas com mobilidade condicionada é “muito má”(1). A maioria das dimensões avaliadas no que respeita à organização e funcionalidade das instalações é classificada como “razoável” (3), destacando-se como áreas de melhoria as instalações sanitárias para utentes e os gabinetes de consultas médicas e de enfermagem (“mau”(2)). O conforto térmico é “muito mau”(1).

- e um **edifício situado em Meãs do Campo, onde funciona outro polo da UCSP Margens do Mondego**, que é um edifício autónomo, construído de raiz em 2009, propriedade da Junta de Freguesia de Meãs do Campo. O estado de conservação global do edifício é “mau”(2), sendo que a sua estrutura e a cobertura são avaliados como “muito mau”(1) e a adaptabilidade a pessoas com mobilidade condicionada é “má”(2). No que se refere à organização e funcionalidade das instalações e nas poucas dimensões aplicáveis, destacam-se como áreas de melhoria a área de acolhimento de utentes e as salas de espera (“mau”(2) e “muito mau”(1)). O conforto térmico é “muito mau”(1). A análise mais detalhada às respostas ao Inquérito é apresentada sob a forma de ficha no **Anexo IV - Ficha de caracterização das instalações de Cuidados de Saúde Primários**.

6.2 Cuidados Hospitalares

6.2.1 Acessibilidade geográfica aos cuidados hospitalares

Tal como foi referido acima, a acessibilidade geográfica a uma unidade de saúde é a base para a utilização dos serviços de saúde e um dos garantes da equidade em saúde. É reconhecido que os aspetos da localização geográfica desempenham um papel importante na utilização do hospital e,

consequentemente, na melhoria do estado de saúde das populações, tendo sido associada uma pior acessibilidade a um aumento da mortalidade prematura⁶⁴.

Para analisar a acessibilidade geográfica da população a residir no município de Montemor-o-Velho a cuidados hospitalares, calculou-se a acessibilidade aos hospitais públicos mais próximos em isócronas de tempo (minutos de automóvel).

Foi considerada a seguinte tipologia de hospitais:

- **Hospitais públicos com Serviço de Urgência - Médico-cirúrgica ou Polivalente⁶⁵;**
- **Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil (IPO);**
- **Maternidades Bissaya Barreto e Doutor Daniel de Matos (CHUC);**
- **Hospitais públicos com Serviço de Pediatria⁶⁶.**

A **acessibilidade do território municipal a cuidados hospitalares é muito boa**, dada a reduzida distância geográfica a que se encontra dos principais hospitais da região (**Quadro 20 e Mapa 14**).

Quadro 20. População residente por intervalos de distância (em minutos de automóvel) ao hospital público mais próximo com serviço de urgência (Básica, Médico-cirúrgica ou Polivalente) e IPO de Coimbra, no município de Montemor-o-Velho (Nº e %), 2024.

Acessibilidade geográfica da população residente por intervalos de tempo				
Minutos de automóvel	Hospital Público com Serviço de Urgência (Básica, Médico-cirúrgica ou Polivalente)		Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil (IPO)	
	Nº	%	Nº	%
≤15	6166	25,1	0	0,0
16-20	9532	38,8	4954	20,2
21-25	7100	28,9	9211	37,5
26-30	1773	7,2	6237	25,4
31-35	0	0,0	3874	15,8
≥36	0	0,0	295	1,2

Fonte: Cálculos próprios com base na ESRI Portugal, Rede viária; INE, População residente e DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP2013).

⁶⁴ Costa, C., Tenedório, J., Santana, P. (2020). Disparities in Geographical Access to Hospitals in Portugal. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 9(10) 567.< <https://doi.org/10.3390/ijgi9100567>>

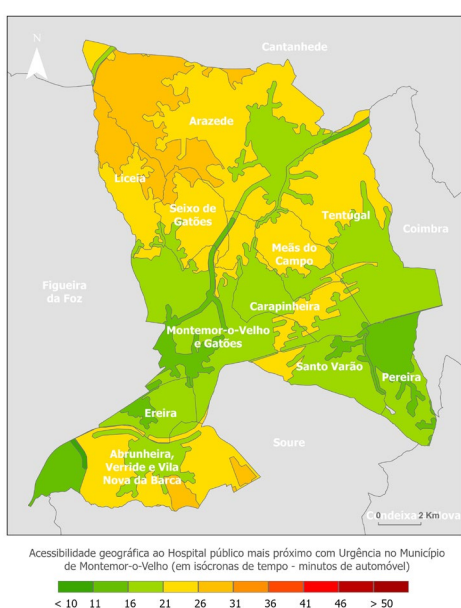
⁶⁵ As isócronas na Região de Coimbra foram estimadas tendo em conta os seguintes Hospitais: Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC), Hospital Geral dos Covões e Hospital Distrital da Figueira da Foz.

⁶⁶ Foram tidos em consideração o Hospital Pediátrico de Coimbra e o Hospital Distrital da Figueira da Foz.

A totalidade da população reside a menos de 30 minutos de automóvel do hospital público mais próximo com serviço de urgência, sendo que cerca de 25% reside em freguesias em que esta distância é inferior a 15 minutos.

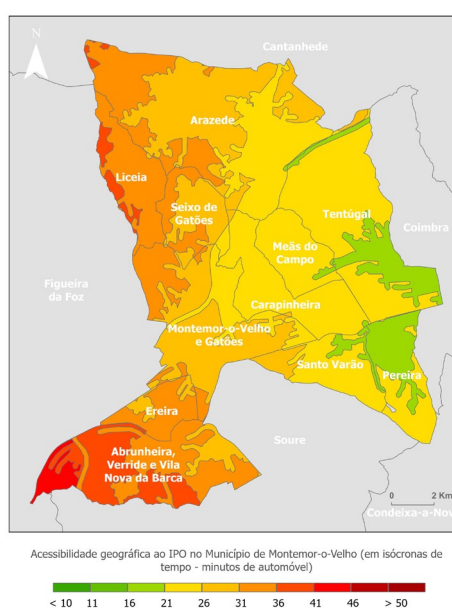
Em relação ao Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil (IPO de Coimbra), mais de metade da população (57,7%) está a menos de 25 minutos deste hospital (**Mapa 15**).

Quando se analisa a acessibilidade geográfica aos cuidados hospitalares materno-infantis, observa-se que cerca de 62% da população reside a menos de 25 minutos da Maternidade de Coimbra (**Quadro 21 e Mapa 16**) e cerca de 80% do serviço de Pediatria no Hospital Distrital da Figueira da Foz (**Mapa 17**).



Mapa 14. Acessibilidade geográfica ao Hospital Público mais próximo com Serviço de Urgência (Básica, Médico-cirúrgica ou Polivalente), no município de Montemor-o-Velho (minutos de automóvel), 2024.

Fonte: Cálculos próprios com base na ESRI Portugal, Rede viária; INE, População residente e DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP2013).

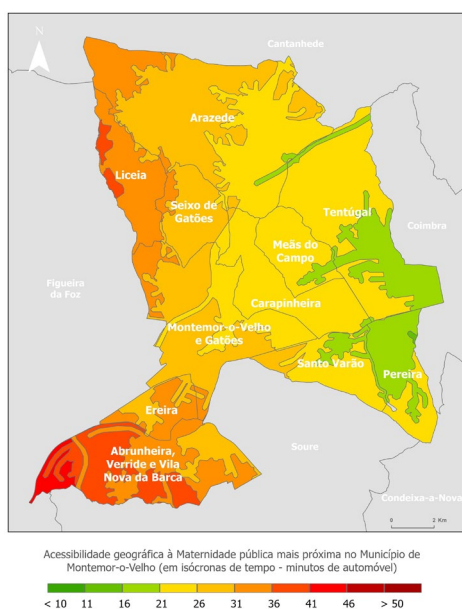


Mapa 15. Acessibilidade geográfica ao Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil (IPO), no município de Montemor-o-Velho (minutos de automóvel), 2024.

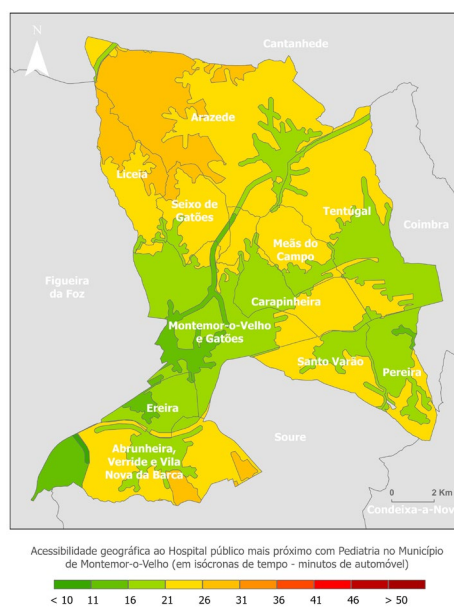
Quadro 21. População residente por intervalos de distância (em minutos de automóvel) à maternidade pública e hospital público com serviço de pediatria mais próximos, no município de Montemor-o-Velho (Nº e %), 2024.

Acessibilidade geográfica da população residente por intervalos de tempo				
Minutos de automóvel	Maternidade pública		Hospital Público com serviço de pediatria	
	Nº	%	Nº	%
≤15	2	0,0	2231	9,1
16-20	6035	24,6	12578	51,2
21-25	9275	37,7	7633	31,1
26-30	6064	24,7	2128	8,7
31-35	2995	12,2	0	0,0
≥36	201	0,8	0	0,0

Fonte: Cálculos próprios com base na ESRI Portugal, Rede viária; INE, População residente e DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP2013).



Mapa 16. Acessibilidade geográfica à Maternidade pública mais próxima, no município de Montemor-o-Velho (minutos de automóvel), 2024.



Mapa 17. Acessibilidade geográfica ao Hospital Público mais próximo com Serviço de Pediatria (consultas), no município de Montemor-o-Velho (minutos de automóvel), 2024.

Fonte: Cálculos próprios com base na ESRI Portugal, Rede viária; INE, População residente e DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP2013).

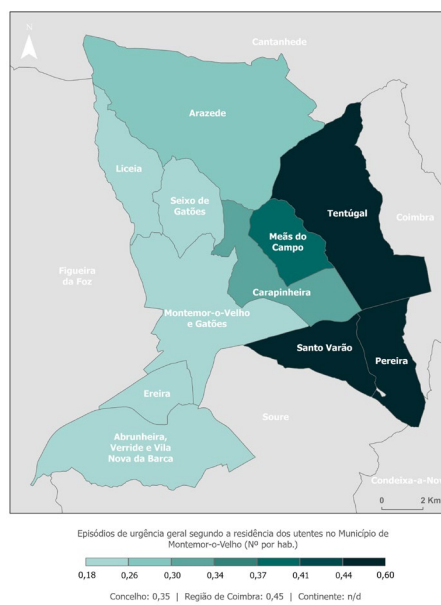
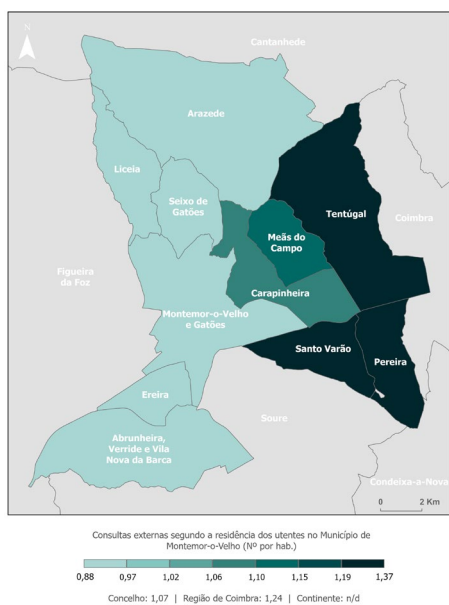
6.2.2 Utilização de cuidados hospitalares

Em 2023, a média de consultas externas realizadas no Hospital Distrital da Figueira da Foz pelos utentes residentes no município de Montemor-o-Velho foi de **1,07 consultas por habitante**.

Relativamente à utilização dos serviços de urgência, a média registada foi de **0,35 episódios de urgência geral por habitante**, no mesmo ano. Em ambos os indicadores o município apresenta rácios inferiores aos da Região de Coimbra (1,24 e 0,45, respetivamente). As Freguesias localizados no setor ocidental do território - Pereira, Santo Varão e Tentúgal apresentam os valores mais altos – entre 1,19 e 1,37 consultas externas – e entre 0,44 a 0,60 episódios de urgência geral por habitante (**Mapa 18 e Mapa 19**).

A razão entre o total de consultas externas e o número de urgências realizadas por utentes a residir no município revela que se registaram **3,2 consultas externas por cada episódio de urgência**. As freguesias da Ereira e Liceia são aquelas onde se verificaram maiores rácios (superiores a 4,7 consultas externas por urgência) (**Mapa 20**).

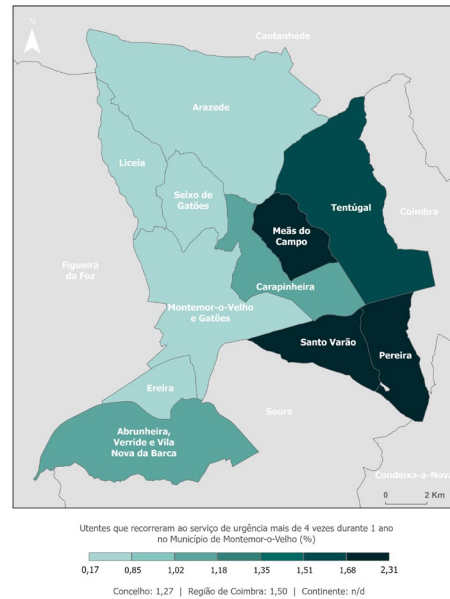
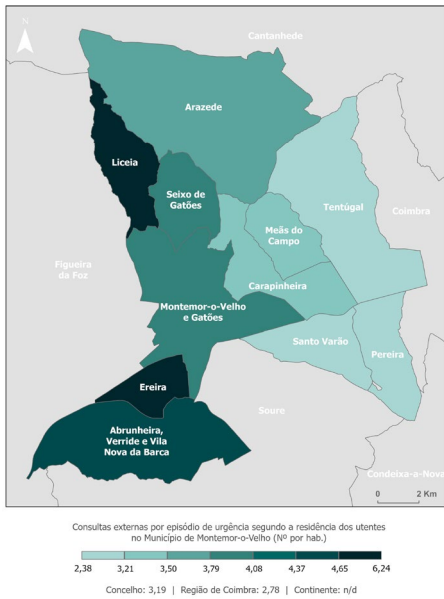
Verificou-se, ainda, que cerca de **1,27 em cada 100 utentes** residentes no município de Montemor-o-Velho **recorreram ao serviço de urgência do CHUC mais de quatro vezes no ano de 2023**, sendo os residentes das freguesias de Santo Varão, Pereira e Meãs do campo os que apresentam maior frequência de utilização (superior a 1,68%) (**Mapa 21**).



Mapa 18. Consultas externas segundo a freguesia de residência dos utentes no município de Montemor-o-Velho (Nº por habitante), 2023.

Mapa 19. Episódios de urgência geral segundo a freguesia de residência dos utentes no município de Montemor-o-Velho (Nº por habitante), 2023.

Fonte: Dados disponibilizados pela Unidade Local de Saúde de Coimbra (ULS Coimbra), Junho de 2024.



Mapa 20. Consultas externas por episódio de urgência segundo a freguesia de residência dos utentes no município de Montemor-o-Velho (Nº), 2023.

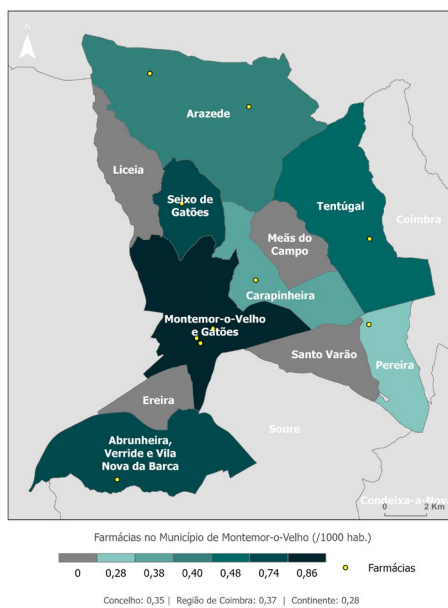
Mapa 21. Utentes que recorreram ao serviço de urgência mais de 4 vezes durante 1 ano segundo a freguesia de residência dos utentes no município de Montemor-o-Velho (%), 2023.

Fonte: Dados disponibilizados pela Unidade Local de Saúde de Coimbra (ULS Coimbra), Junho de 2024.

6.3 Farmácias

As farmácias e os farmacêuticos um importante papel, quer através da distribuição de medicamentos quer como agentes sanitários na prevenção da doença. As farmácias estabelecem, ainda, para muitas pessoas o primeiro nível de contato com o sistema de saúde.

No território do município de Montemor-o-Velho existem **10 farmácias (Mapa 22)**, distribuídas por sete freguesias, correspondendo, em média, a **0,35 farmácias por 1.000 habitantes**, valor superior ao valor do Continente (0,28) mas ligeiramente inferior ao da Região de Coimbra (0,37). A UF de Montemor-o-Velho e Gatões concentra o maior número (três), o que corresponde a um rácio de 0,9 farmácias por 1.000 habitantes.



Mapa 22. Farmácias no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (Nº por 1.000 habitantes), 2024.

Fonte: Cálculos próprios com base no Infarmed; INE, População Residente.

7 DETERMINANTES DA SAÚDE

Os determinantes da saúde representam os **fatores individuais**, definidos como as características dos indivíduos (e.g., educação, ocupação, rendimento) e as **condições do ambiente** que os rodeia (social, económico, físico e construído), isto é, as condições em que nascem, vivem, trabalham e envelhecem. Estes determinantes influenciam direta e/ou indiretamente os comportamentos e estilos de vida, os resultados em saúde, e a sua distribuição, bem como o acesso e utilização de cuidados de saúde.

No âmbito deste perfil, a análise dos determinantes da saúde no município irá integrar as seguintes dimensões, para as quais foi possível obter dados disponíveis: educação (ponto 7.1), condições económicas e sociais (ponto 7.2), habitação (ponto 7.3), mobilidade (7.4), espaços verdes (ponto 7.5), poluição e resíduos (ponto 7.6) e segurança (ponto 7.7).

7.1 Educação

A educação constitui reconhecidamente um fator basilar na função de produção de saúde, designadamente ao nível dos comportamentos e atitudes. É amplamente reconhecido que uma das medidas mais adequadas para reduzir as desigualdades em saúde, resultantes das desigualdades socioeconómicas, é a de garantir uma maior igualdade de acesso à educação.

O **nível de escolaridade** assume um papel fundamental no estado de saúde dos indivíduos e das comunidades onde vivem, verificando-se uma correlação positiva entre os níveis de educação e o estado de saúde: quanto mais elevado o nível de escolaridade, melhores são os indicadores de resultados em saúde. A educação capacita as pessoas a tomar decisões informadas sobre a sua saúde, a adotar comportamentos saudáveis e, conseqüentemente, a procurar cuidados de saúde adequados, nomeadamente cuidados de saúde primários e de prevenção e diagnóstico. O nível de escolaridade constitui-se, assim, como um indicador importante na análise do estado de saúde de uma comunidade e contribui significativamente para o bem-estar tanto a nível individual quanto coletivo.^{67,68,69,70}

⁶⁷ WHO-CSDH (2008). *Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. Final Report of the Commission on Social Determinants of Health*. Geneva: World Health Organization.

⁶⁸ Marmot, M., Allen, J., Bell, R., Bloomer, E., Goldblatt, P. (2012). WHO European review of social determinants of health and the health divide. *Lancet*. 380:1011–29.

⁶⁹ Zimmerman, E., Woolf, S.H. (2014). *Understanding the relationship between education and health*. Discussion Paper. Washington, DC: Institute of Medicine.

⁷⁰ OECD (2010). *Improving Health and Social Cohesion through Education, Educational Research and Innovation*. Paris: OECD Publishing. <<https://doi.org/10.1787/9789264086319-en>>

Nesta dimensão serão analisados indicadores relacionados com o nível de escolaridade da população residente (ponto 7.1.1.) e o analfabetismo e abandono escolar precoce (7.1.2.).

7.1.1 Nível de escolaridade da população residente

A análise do nível de escolaridade da população residente⁷¹ no município de Montemor-o-Velho, em 2021, é revelado na **Figura 18**, que compara com Portugal (Continente) e a Região de Coimbra.

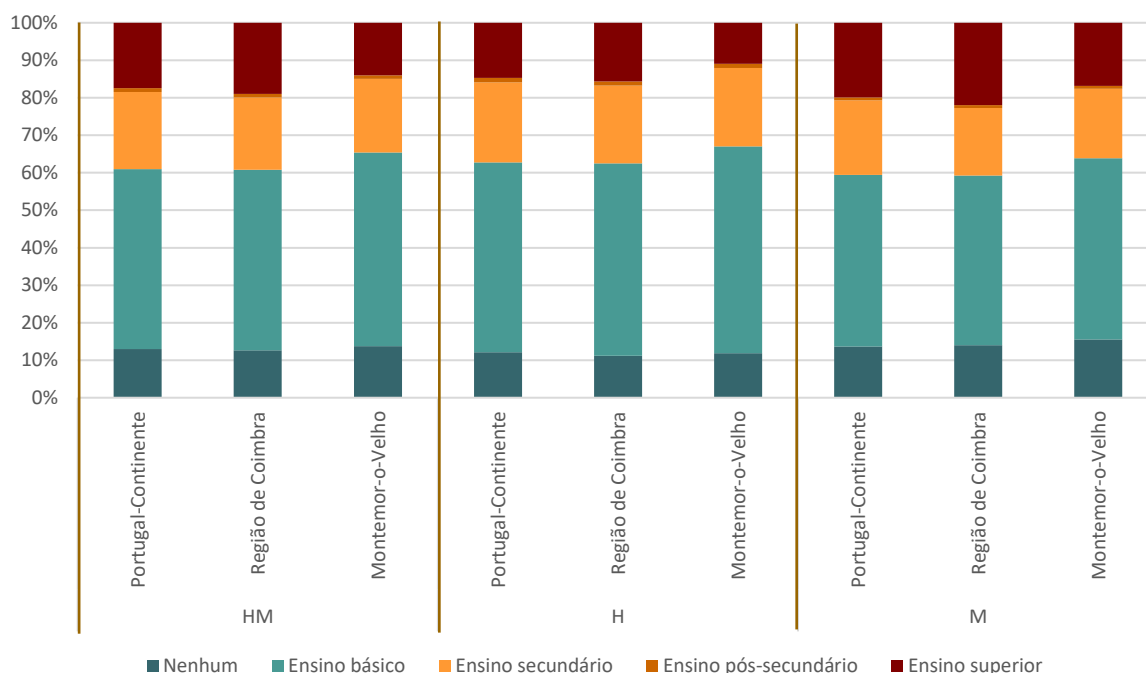


Figura 18. Nível de escolaridade da população residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continentes) e na Região de Coimbra, segundo o sexo (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.

Dessa análise, destacam-se as seguintes características:

- o **nível de escolaridade mais representativo** da população residente no município de Montemor-o-Velho é o **ensino básico** (52%) (contra 48% na Região de Coimbra e no Continente);
- a proporção da população com o Ensino Secundário e Pós-Secundário completo atingia os 21% (contra 20% na Região de Coimbra e 22% no Continente);

⁷¹ Considerou-se o nível de escolaridade mais elevado completo.

- o segmento da população com o **Ensino Superior** completo representava **14%** da população residente no município, valor inferior ao das unidades estatísticas de comparação - 19% na Região de Coimbra e 17% no Continente;
- a proporção da população com o Ensino Básico completo é superior nos homens (52% que compara com 48% nas mulheres);
- no caso do Ensino Superior observa-se o predomínio da população feminina face à masculina (17% e 11% respetivamente), valores inferiores aos observados nas unidades estatísticas de comparação.

A análise da **escolaridade nos diferentes escalões etários** revela uma maior presença de indivíduos nas faixas etárias mais avançadas (especialmente na faixa dos 65 e mais anos) com níveis de escolaridade mais baixos, enquanto os grupos etários mais jovens surgem com níveis de escolaridade mais elevados (**Figura 19**).

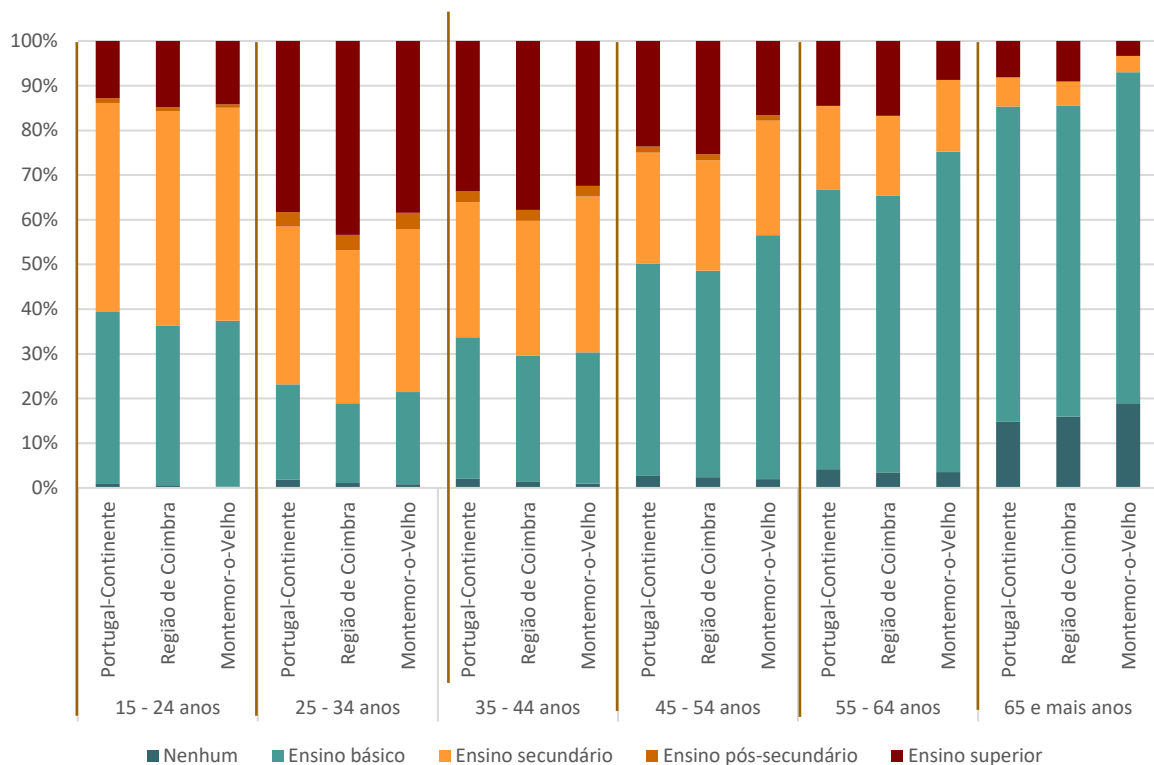


Figura 19. Nível de escolaridade da população residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o escalão etário (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.

Em relação ao município de Montemor-o-Velho, destaca-se:

- 74% da população com 65 e mais anos possuía o Ensino Básico completo (valor superior ao registado na Região de Coimbra – 70% e no Continente – 71%), proporção que se reduz para 29% na população com 35-44 anos e 21% na população com 25-34 anos;
- 40% da população com 25-34 anos possuía o Ensino Secundário completo (contra 38% na Região de Coimbra e 39% no Continente), proporção que se reduz para 16% na população com 55-64 anos e somente 4% na população com 65 e mais anos;
- 39% da população com 25-34 anos possuía habilitações ao nível do Ensino Superior (contra 43% na Região de Coimbra e 38% no Continente), proporção que se reduz para 9% na população com 55-64 anos e somente 3% na população com 65 e mais anos.

A proporção da população residente no município com o Ensino Superior completo apresenta variações segundo a freguesia de residência (**Mapa 23**), registando valores máximos na freguesia de Pereira (31%), seguida pela freguesia de Santo Varão e pela UF de Montemor-o-Velho e Gatões (ambas com 22%) e mínimos na freguesia de Liceia (9%).



Mapa 23. Proporção da população residente com 21 e mais anos com ensino superior completo, no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021

7.1.2 Analfabetismo e abandono escolar precoce

Apesar de ser um indicador que regista uma tendência de redução constante ao longo das últimas décadas, o analfabetismo persiste ainda em Portugal. Embora apresente valores reduzidos (cerca de 3% em Portugal Continental), verificam-se ainda bolsas de elevada persistência deste fenómeno, que atinge sobretudo mulheres mais idosas, tendo um importante impacto na prestação dos serviços nos territórios onde é mais elevado.

A **taxa de analfabetismo** registada no município de Montemor-o-Velho (4% da população residente) é diferenciada segundo o sexo considerado (2% nos homens que compara com 6% nas mulheres), verificando-se também acentuadas **diferenças segundo a freguesia de residência** (na freguesia de Ereira 9% das mulheres são analfabetas, enquanto na freguesia de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca essa proporção é de 8% e na freguesia de Tentúgal de 7%) (**Figura 20**).

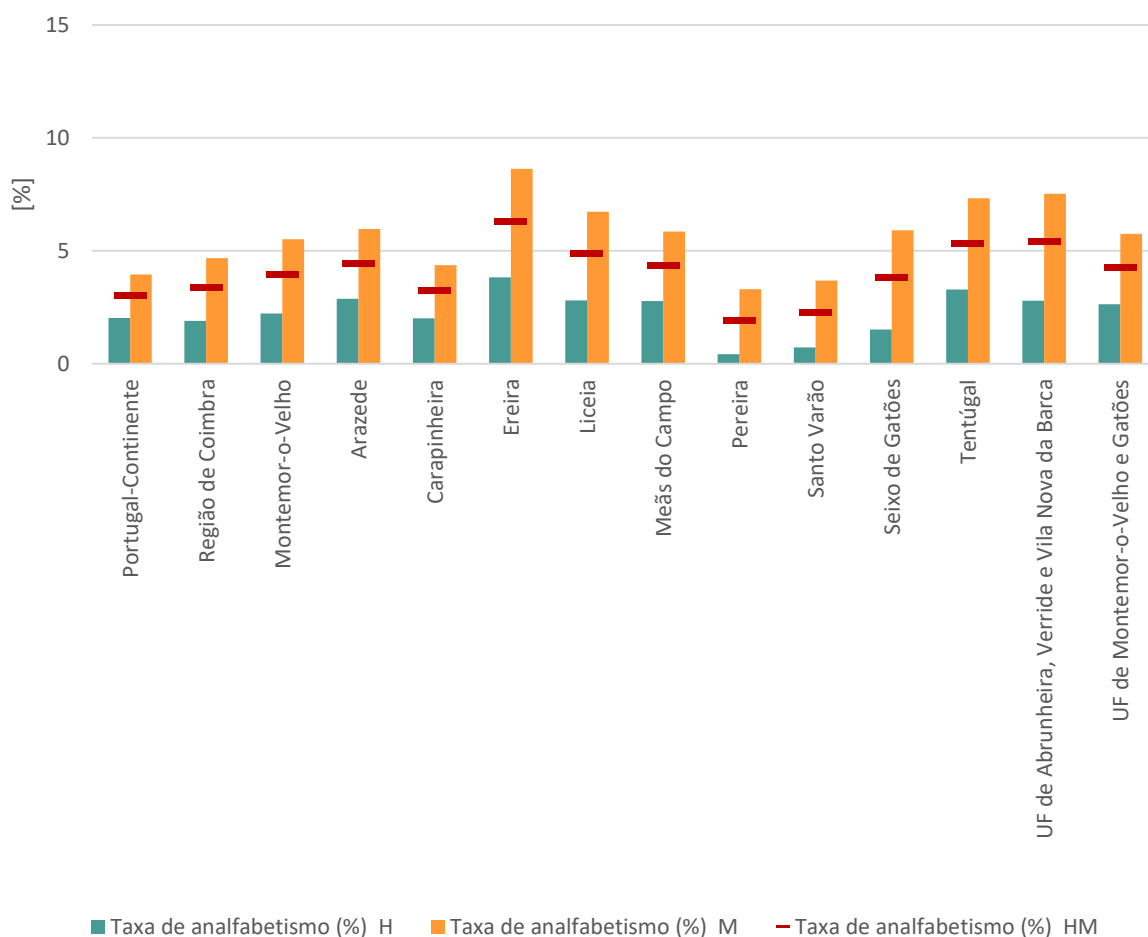


Figura 20. Taxa de analfabetismo da população residente (%) no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o sexo, 2021.

Fonte: INE, Censos 2021

O posicionamento do município de Montemor-o-Velho no que se refere ao **abandono precoce do sistema de educação/formação**⁷² por parte da sua população jovem revela uma situação diferenciada e intermédia relativamente às duas unidades estatísticas de comparação. Assim, os/as jovens residentes no município com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos com o máximo do 3º Ciclo do Ensino Básico e que não frequentavam o ensino em 2021 representavam **8,3%** do total deste grupo etário, que compara com 11,2% no Continente e 8,1% na Região de Coimbra.

Esta percentagem representa uma **redução substancial relativamente a 2011**, em que este valor era de 23,1%, ou seja, inferior ao registado no Continente (25,8%) mas superior ao registado na Região de Coimbra (20%).

Os valores deste indicador são muito variáveis segundo as diferentes freguesias, refletindo a estrutura etária da população residente e a respetiva representatividade do escalão etário em análise (**Figura 21**). Com valores mais elevados, destacam-se as freguesias de Linceia (15%) e de Arazede (13%) (**Mapa 24**).

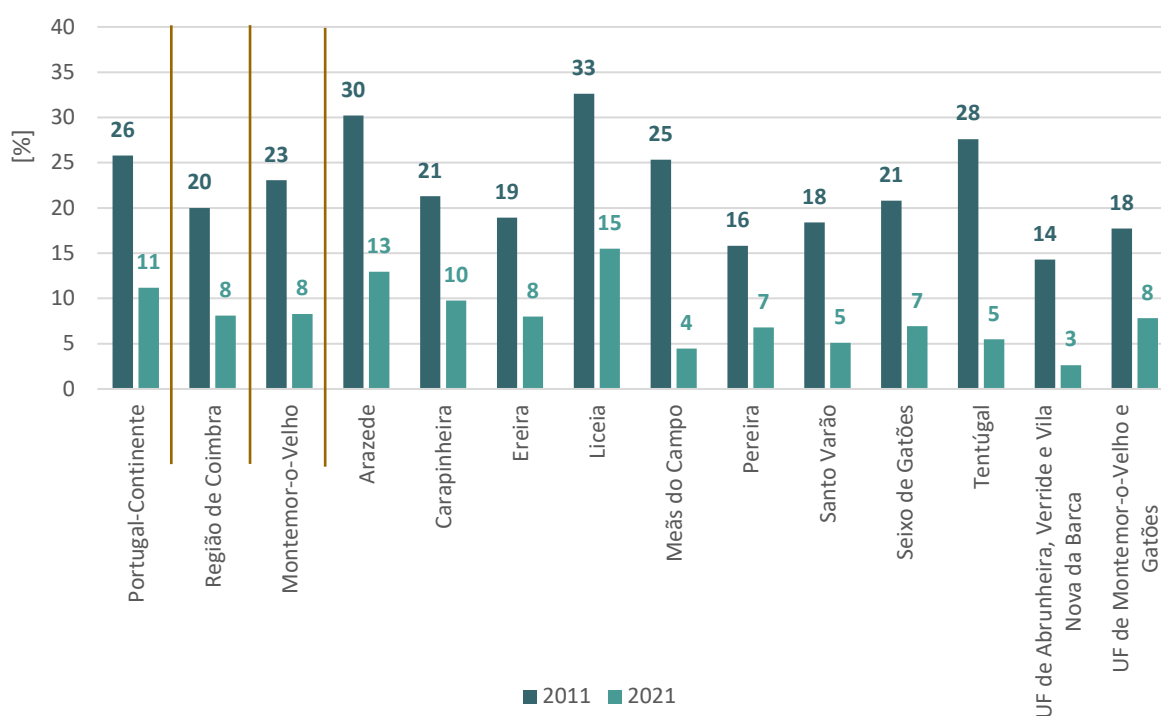
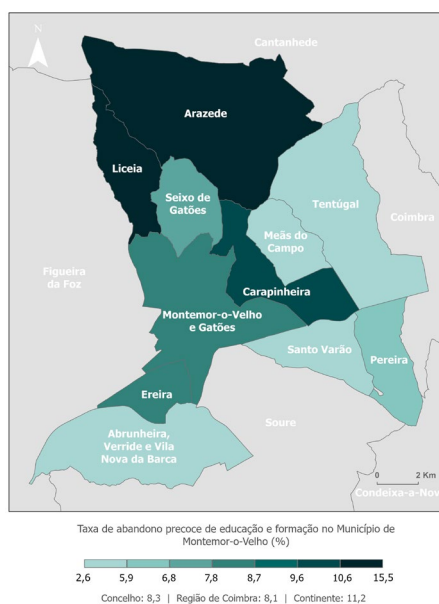


Figura 21. Taxa de abandono precoce de educação e formação, no município de Montemor-o-Velho (%), em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo a freguesia, 2011 e 2021.

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021.

⁷² População residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência / População residente com idade entre 18 e 24 anos] x 100.



Mapa 24. Taxa de abandono precoce de educação e formação, no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.

7.2 Condições económicas e sociais

As condições materiais e de subsistência em que vivem as populações, nomeadamente no que se refere às condições de vida e rendimento (e.g., acesso a emprego, bens e recursos), influenciam de forma expressiva o estado de saúde individual e das comunidades, resultando em desigualdades em saúde.

Populações com acesso a condições de vida saudáveis e a níveis elevados de educação apresentam globalmente melhor estado de saúde do que pessoas que vivem em situação de privação material. A relação entre a pobreza e a saúde está, aliás, bem estabelecida, tanto científica como empiricamente, sendo consensual a afirmação de que uma das principais causas da doença é a pobreza. Vários estudos revelam a existência de associações entre áreas de privação sociomaterial e os resultados em saúde. Genericamente, verifica-se uma degradação do estado de saúde ou um aumento da mortalidade com a diminuição do rendimento, sendo mais acentuado esse aumento nas pessoas

desempregadas e/ou na população com escolaridade mais baixa (incluindo os que não têm qualquer nível de escolaridade).^{73,74,75,76,77}

Outro aspeto importante da análise das condições económicas e sociais de um território é a equidade social que, de acordo com a literatura, é avaliada através de indicadores relativos à proteção social e apoios a grupos vulneráveis, economicamente e socialmente (e.g., beneficiários/as de subsídios, população adulta mais idosa em situação de isolamento). É, assim, fundamental, compreender o papel dos fatores económicos e sociais na saúde da população e avaliar o seu contributo para as variações em saúde, no tempo e no território.

Nesta dimensão, a saúde da população residente no município é avaliada por critérios relacionados com as determinantes económicas e sociais da saúde, nomeadamente a condição perante o trabalho, ocupação e rendimento (ponto 7.2.1) e a população em situação de carência social e económica (ponto 7.2.2.).

7.2.1 Emprego, ocupação e rendimento

Em 2021, as principais **fontes de rendimento** da população com idade igual e superior aos 15 anos e residente no município de Montemor-o-Velho eram o **trabalho (49%)** e a **reforma/pensão (32%)** (**Figura 22**). Estes valores apresentam similitudes com a situação verificada tanto em Portugal Continental (49% e 29%, respetivamente) como na Região de Coimbra, que tem 47% da sua população residente dependente do trabalho e 33% da reforma/pensão. Cerca de 12% da população residente em Montemor-o-Velho estava ainda a cargo da família, valor comparável às unidades estatísticas em análise (cerca de 13%).

A análise do **perfil setorial do emprego**, com base na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE-Rev3), revela como traço mais saliente em Montemor-o-Velho que da estrutura do mercado de trabalho local é marcada pelo equilíbrio entre os três sectores mais representativos em

⁷³ WHO-CSDH (2008). Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. Final Report of the Commission on Social Determinants of Health. Geneva: World Health Organization.

⁷⁴ Marmot, M., Allen, J., Bell, R., Bloomer, E., Goldblatt, P. (2012). WHO European review of social determinants of health and the health divide. *Lancet*. 2012; 380:1011–29.

⁷⁵ WHO (2010). *Poverty, social exclusion and health systems in the WHO European Region*. Copenhagen: WHO European Office for Investment for Health and Development.

⁷⁶ Pickett, K.E., Wilkinson, R.G. (2015). Income inequality and health: A causal review. *Social Science and Medicine*; 128:316-326.

⁷⁷ Woolf, S.H., Simon, S.M., Aron, L., Zimmerman, E., Dubay, L., Luk, K.X. (2015). *How Are Income and Wealth Linked to Health and Longevity?*, 1-22.

termos da estrutura do emprego - a “Indústria Transformadora”, o “Comércio” e a “Saúde e Apoio Social”.

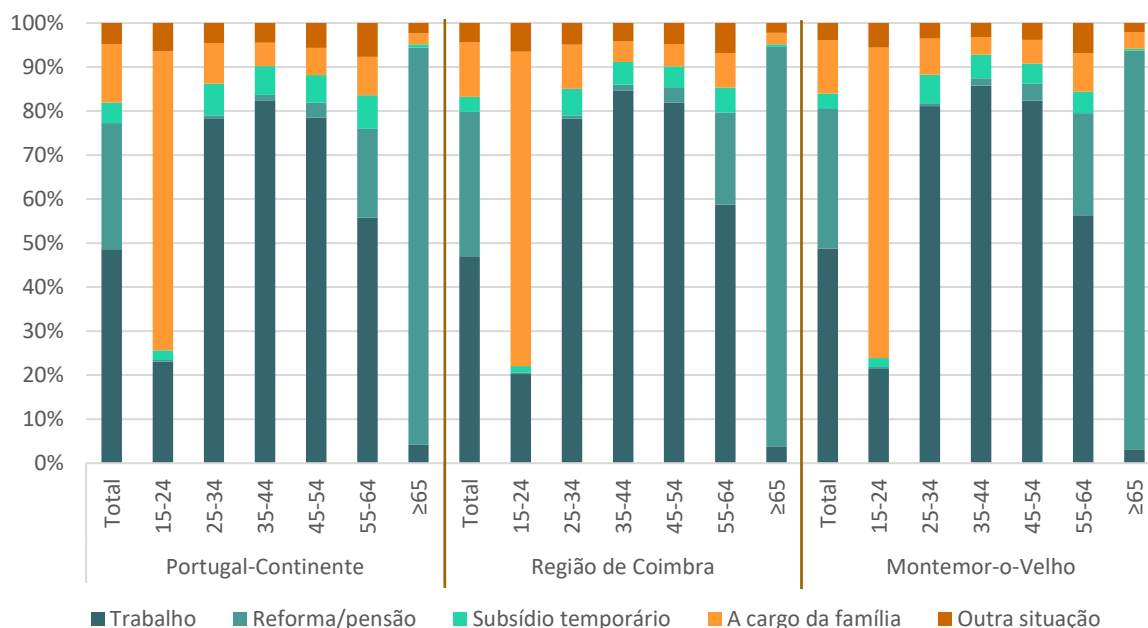


Figura 22. População residente com 15 e mais anos no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o grupo etário e a fonte de rendimento (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.

Conforme (Quadro 22) cada um deles (“Indústria Transformadora”, o “Comércio” e a “Saúde e Apoio Social”) representam 15% do volume total do emprego. Esta estrutura apresenta pontos de convergência com a estrutura sectorial do emprego nas unidades estatísticas de comparação – no caso da “Indústria Transformadora”, os 15% observados no município comparam com 16% na Região de Coimbra e 15% em Portugal Continental.

Quadro 22. População empregada segundo a atividade económica no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, (CAE Rev. 3) (Nº e %), 2021.

[Secção - CAE Rev. 3]	Portugal-Continente		Região de Coimbra		Montemor-o-Velho	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
[C] Indústrias transformadoras	682.498	16	27.645	15	1.588	15
[F] Construção	325.306	8	13.739	7	960	9
[G] Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	682.015	16	27.929	15	1.609	15
[O] Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	318.833	8	15.535	8	915	9
[P] Educação	308.475	7	16.524	9	732	7
[Q] Atividades de saúde humana e apoio social	422.078	10	28.861	16	1.559	15
Outra	1.481.218	35	54.509	30	3.347	31

Fonte: INE, Censos 2021.

Relativamente ao “Comércio”, os mesmos 15% do município comparam com 15% a nível regional e 16% no Continente e no que se refere à “Saúde e Apoio Social” o perfil apresenta valores intermédios relativamente aos referenciais de comparação (15% no município, que comparam com 16% na Região de Coimbra e 10% em Portugal Continental).

A análise dos dados relativos ao **perfil profissional da população empregada** residente no município de Montemor-o-Velho, segundo o respetivo género e com base na Classificação Portuguesa de Profissões (CPP)⁷⁸ (Figura 23),

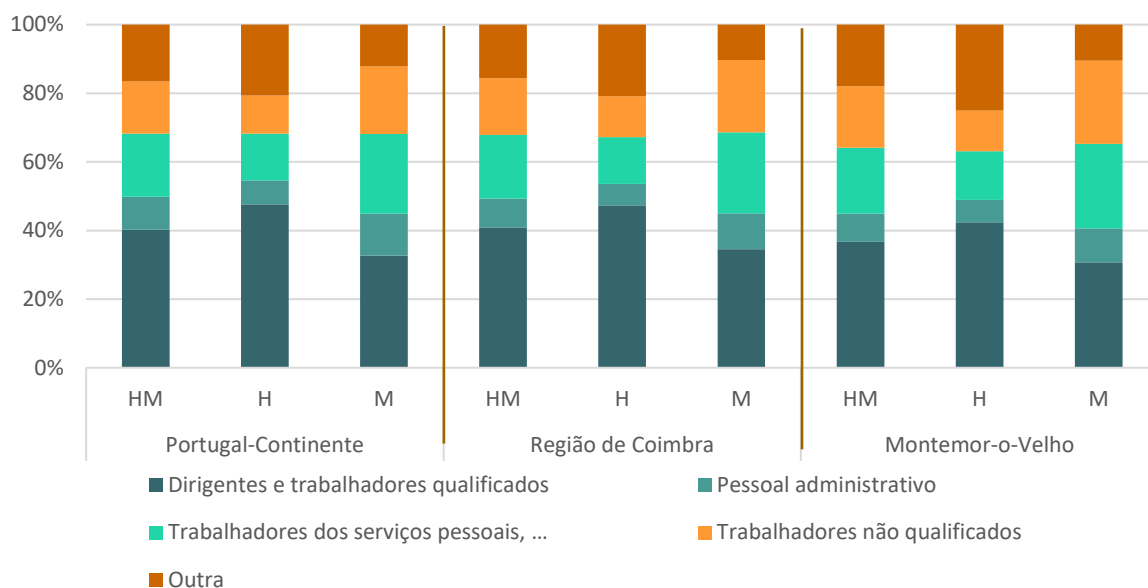


Figura 23. População empregada segundo a profissão e o sexo, de acordo com a CPP, no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.

A informação desta figura permite constatar algumas características diferenciadas entre categorias, destacando-se as seguintes:

- a preponderância dos “**Dirigentes e trabalhadores qualificados**” na estrutura do emprego (37%), que acompanha o que se observa nas unidades estatísticas de comparação (40% no Continente e 41% na Região de Coimbra);
- a preponderância do emprego masculino na categoria dos “Dirigentes e trabalhadores qualificados” na estrutura do emprego, que representando, como vimos, 37% do total do emprego, regista 42% do emprego masculino total;

⁷⁸ Dirigentes e trabalhadores qualificados: CPP1+CPP2+CPP6+CPP7; Pessoal administrativo: CPP4; Trabalhadores dos serviços pessoais: CPP5; Trabalhadores não qualificados: CPP9; Outra: CPP0+CPP3+CPP8.

- embora se verifique um predomínio do emprego feminino na mesma na categoria de “Dirigentes e trabalhadores qualificados” (31% do total do emprego feminino no município), regista-se uma concentração elevada de mulheres na estrutura do emprego nas categorias dos “Trabalhadores dos serviços pessoais” (25%) e dos “Trabalhadores não qualificados” (24%).

Uma das condições essenciais para a saúde da população são os **recursos económicos**, nomeadamente o **rendimento disponível para assegurar um conjunto de condições básicas**, como a habitação, alimentação, educação e acesso a serviços e cuidados de saúde. O rendimento mensal dos indivíduos/agregados familiares permite aferir o nível de disparidade social e económica existente num dado território e em alguns casos avaliar a existência de situações de pobreza e de maior vulnerabilidade social e habitacional.

A análise da evolução do **ganho médio mensal** da população empregada residente do município de Montemor-o-Velho revela uma **evolução positiva entre 2013 e 2021**, que se cifrou em 27% (de 818€ para 1.043€), evolução essa que foi superior à observada nas unidades estatísticas de comparação – 20% na Região de Coimbra e 18% em Portugal Continental (**Figura 24**). Assim, embora o ganho médio mensal em 2021 seja inferior no município (**1.043€** que compara com 1.168€ na Região de Coimbra e 1.294€ no Continente), a respetiva evolução tem sido no sentido de aproximar Montemor-o-Velho das unidades estatísticas de comparação.

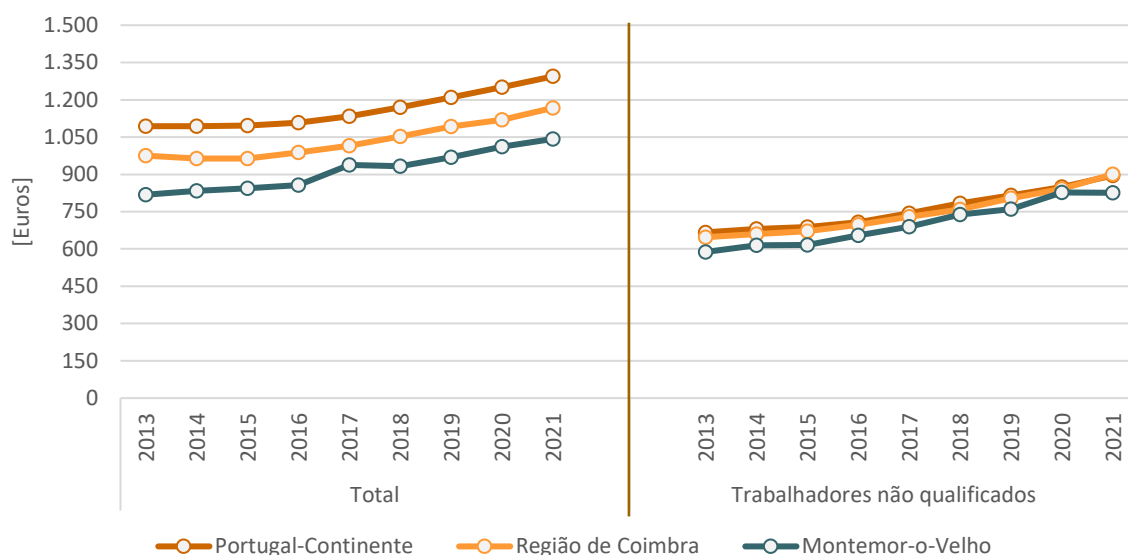


Figura 24. Evolução do ganho médio mensal, total e dos trabalhadores não qualificados (CPP9), no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (Euros), entre 2013 e 2021.

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Neste contexto de análise do rendimento, é importante destacar o grupo de “**trabalhadores não qualificados**”⁷⁹ uma vez que este grupo se relaciona, normalmente, com baixos níveis de rendimento e de educação e maior privação material e social. Relaciona-se ainda com maiores dificuldades na satisfação de necessidades básicas, nomeadamente o acesso a cuidados de saúde.

No que se refere à evolução do **salário médio mensal** dos “trabalhadores não qualificados”, o montante tem sido sempre inferior em Montemor-o-Velho em comparação com as unidades estatísticas de referência no período em análise, apesar de esta evolução ter sido superior no município (41% em Montemor-o-Velho, que compara com 39% na Região de Coimbra e 34% no Continente) (Figura 24). No entanto, este posicionamento relativo tem vindo a manter-se ao longo do período em análise, culminando, em 2021, num valor médio mensal de **826€** no município, que compara com 901€ na Região de Coimbra e 896€ no Continente.

No que concerne aos **rendimentos das pensões**, os 8.010 pensionistas⁸⁰ residentes no município de Montemor-o-Velho que, em 2022, eram titulares de pensões da Segurança Social, auferiam um **valor médio anual** na ordem dos **5.531€**, valor esse que se encontrava ligeiramente acima do valor médio registado na Região de Coimbra (5.525€) mas abaixo do registado no Continente (6.215€) (Figura 25).

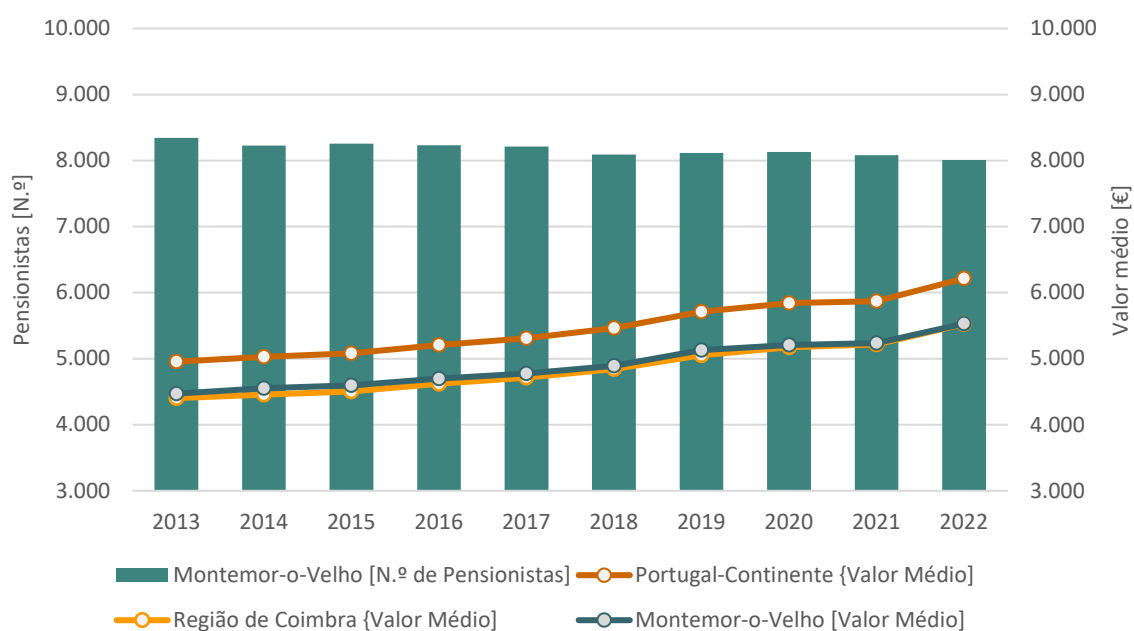


Figura 25. Pensionistas (Nº) e valor médio anual das pensões da Segurança Social (Euros) no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, entre 2013 e 2022.

Fonte: INE, Instituto de Informática.

⁷⁹ Estes trabalhadores executam tarefas simples e auxiliares para as quais é requerido esforço físico assim como a utilização de ferramentas e processos manuais.

⁸⁰ Titulares de uma prestação pecuniária nas eventualidades de invalidez, velhice, doença profissional ou morte.

Outro fator socioeconómico relevante para avaliar a saúde da população é relativo ao desemprego. A **situação de desemprego** pode pôr em causa a satisfação de necessidades básicas, não só do indivíduo desempregado como do seu agregado familiar, nomeadamente o acesso a alimentos e cuidados de saúde. O **desemprego de longa duração** produz ainda alterações significativas na qualidade de vida, nomeadamente ao nível dos recursos emocionais, da satisfação com a vida e dos níveis de *stress* e ansiedade, podendo provocar mudanças no estilo de vida, alterações nas relações sociais e piores resultados em saúde, como o surgimento de doenças cardíacas e/ou perturbações mentais, como a depressão e o suicídio.

O período 2014-2023 foi marcado por uma **diminuição muito expressiva** do número de pessoas desempregadas registadas⁸¹ no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) em todas as unidades estatísticas em análise, tendo essa redução registado uma maior intensidade no município de Montemor-o-Velho (**-60%**), que compara com -48% na Região de Coimbra e -46% em Portugal Continental (**Figura 26**).

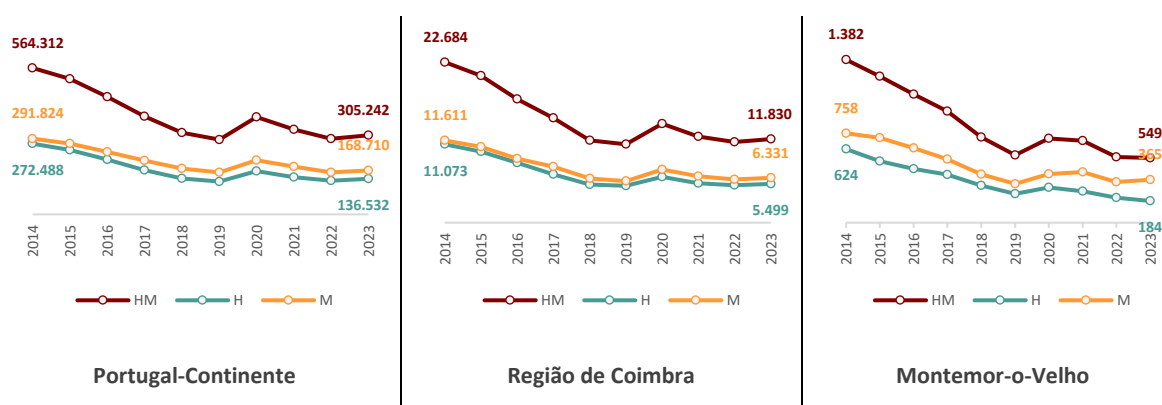


Figura 26. Evolução do desemprego registado no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o sexo (N.º), entre 2014 e 2023.

Fonte: IEFP, Desemprego Registado por Concelho - Estatísticas Mensais.

De acordo com os dados disponíveis para 2023, existiam no município de Montemor-o-Velho **549 pessoas desempregadas registadas**, das quais 67% eram do sexo feminino. Também o número de **pessoas desempregadas de longa duração**, ou seja, pessoas inscritas há um ano ou mais, registou uma acentuada redução no período em análise, mais intensa no município de Montemor-o-Velho onde atingiu uma **diminuição de 73%** (de 686 indivíduos em 2014 para 187 em 2023), que compara com -62% e -60%, respetivamente na Região de Coimbra e no Continente (**Figura 27**).

⁸¹ Os dados do desemprego registado referem-se ao mês de dezembro de cada ano.

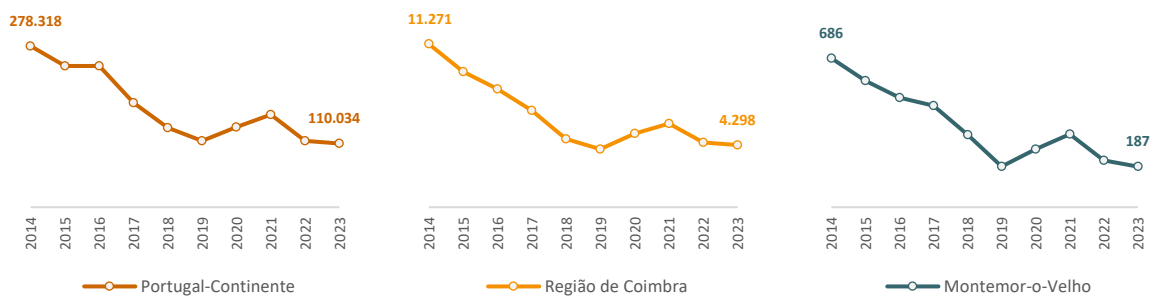


Figura 27. Evolução do desemprego registado com tempo de inscrição igual ou superior a 1 ano no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (N.º), entre 2014 e 2023.

Fonte: IEFP, Desemprego Registado por Concelho - Estatísticas Mensais.

De idêntica forma, a evolução dos números do **desemprego jovem** (o que atinge os indivíduos com idade inferior aos 25 anos), demonstra uma **redução** particularmente acentuada no município (-58%) em comparação com a Região de Coimbra (-52%) e Portugal Continental (-51%), atingindo 71 indivíduos no município em 2023 (**Figura 28**).

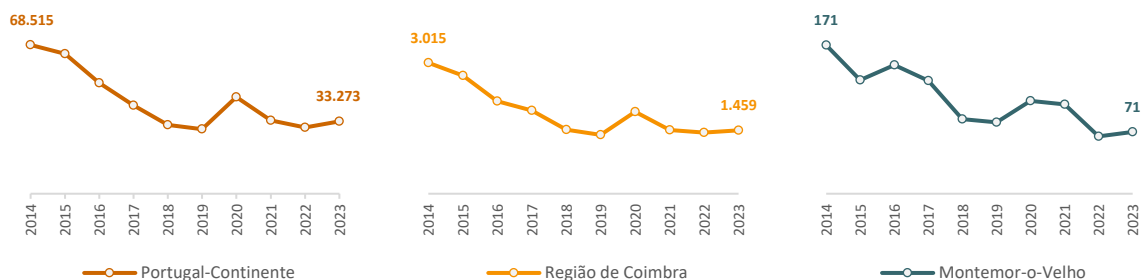


Figura 28. Evolução do desemprego registado no grupo etário com menos de 25 anos no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (N.º), entre 2014 e 2023.

Fonte: IEFP, Desemprego Registado por Concelho - Estatísticas Mensais.

7.2.2 População em situação de carência social e económica

O sistema de proteção social é fundamental para garantir a segurança e o bem-estar da população, sendo conhecido o seu papel na prevenção e mitigação da pobreza num país com as características de Portugal.

7.2.2.1 Beneficiários de subsídio de desemprego

O número de **beneficiários/as do subsídio de desemprego da Segurança Social**⁸² no município de Montemor-o-Velho em 2022 atingia os 658 indivíduos, representando um **decréscimo** de 53% relativamente a 2014, evolução mais intensa do que a verificada tanto na Região de Coimbra (-48%) como no Continente (-43%) (Figura 29).

A análise segundo o género das pessoas que beneficiam desta prestação releva uma crescente importância da **representatividade feminina** ao longo do período analisado, sobretudo no município de Montemor-o-Velho, onde entre 2014 e 2022 a proporção de beneficiárias do género feminino passou de 47% para 66% do total.

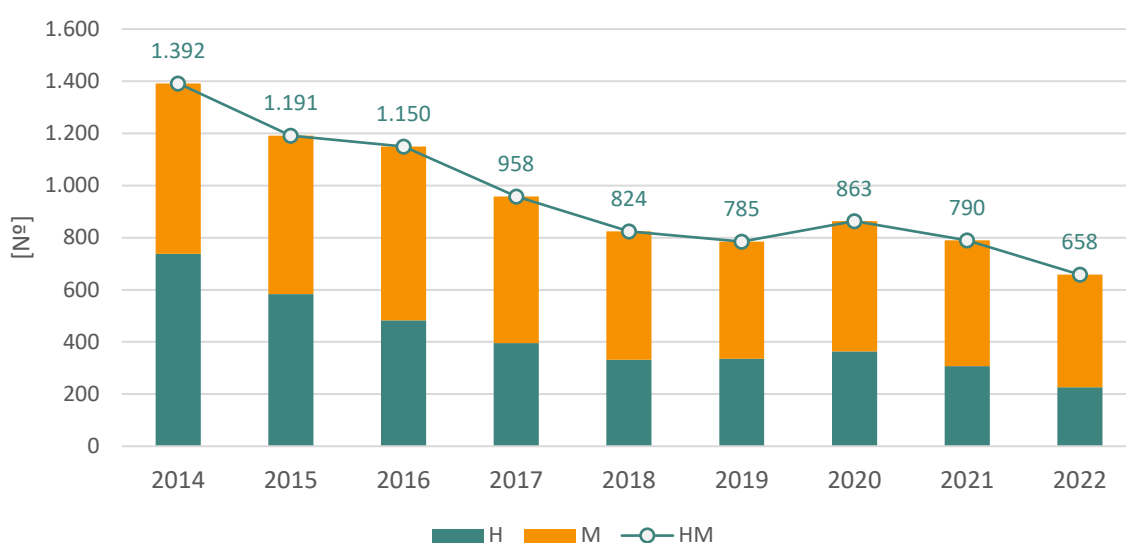


Figura 29. Beneficiários/as de subsídio de desemprego da Segurança Social no município de Montemor-o-Velho, segundo o sexo (N.º), entre 2014 e 2022.

Fonte: INE, Instituto de Informática.

7.2.2.2 Beneficiários de Rendimento Social de Inserção

Em relação ao **Rendimento Social de Inserção (RSI)**⁸³, ao longo do período entre 2014 e 2022, o número de beneficiários/as no município de Montemor-o-Velho seguiu uma **tendência de decréscimo**, embora mais acentuada (-39% de beneficiários) do que a que se verificou a nível regional (-18%) e do Continente (-16%) (Figura 30).

⁸² Inclui beneficiários(as) de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial e subsequente, prolongamento de subsídio social de desemprego e medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração. Os beneficiários(as) são contados tantas vezes quantas os subsídios que recebem.

⁸³ O RSI é o montante que a Segurança Social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o Rendimento Mínimo Garantido.

A maioria dos/as beneficiários/as do RSI no município situava-se no **escalão etário inferior aos 25 anos**, correspondendo a **40% do total dos/as beneficiários/as**, de forma idêntica ao que se verifica nas unidades estatísticas de comparação – 33% na Região de Coimbra e 41% no Continente (**Quadro 23**).

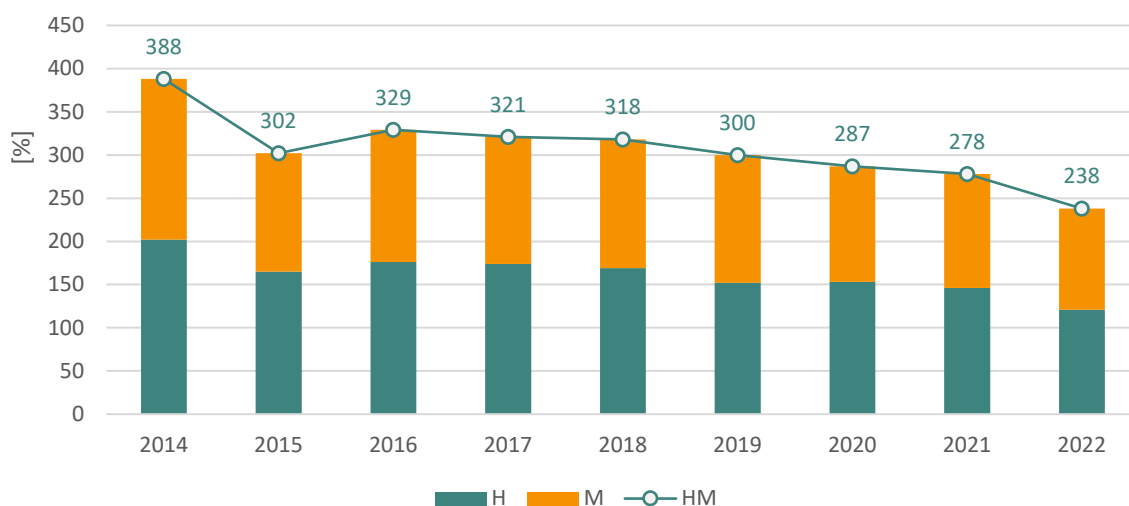


Figura 30. Beneficiários/as do RSI da Segurança Social no município de Montemor-o-Velho, segundo o sexo (N.º), entre 2014 e 2022.

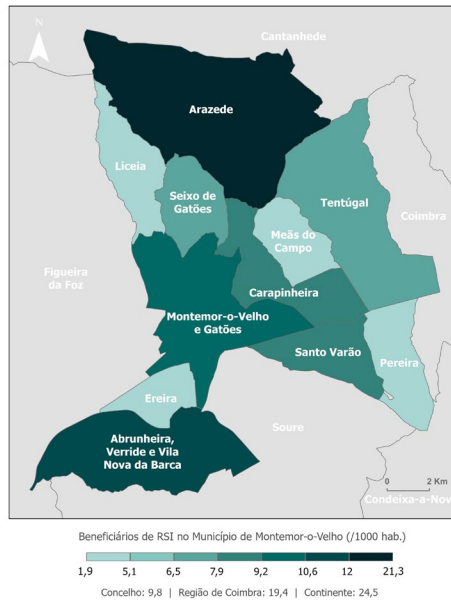
Fonte: INE, Instituto de Informática.

Quadro 23. Beneficiários/as do RSI da Segurança Social, no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o grupo etário (N.º e %), 2022.

Grupo Etário	Portugal-Continente		Região de Coimbra		Montemor-o-Velho	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
< 25 anos	99.275	41	2.779	33	96	40
25 a 39 anos	39.540	16	1.445	17	35	15
40 a 54 anos	48.932	20	1.912	23	50	21
≥ 55 anos	53.696	22	2.346	28	57	24
Total	241.443	100	8.482	100	238	100

Fonte: INE, Instituto de Informática.

No que diz respeito à distribuição das pessoas beneficiárias deste apoio social pelas diferentes freguesias do município de Montemor-o-Velho, verifica-se uma enorme desigualdade, com valores a variar entre 1,9 e 21,3 beneficiários/as por 1.000 habitantes. A **freguesia de Arazede** apresenta a maior concentração, com 98 beneficiários/as em 2022, que correspondem a **41% do total dos/as beneficiários/as de RSI** nesse ano (**Mapa 25**).



Mapa 25. Beneficiários/as do RSI da Segurança Social no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (Nº por 1.000 habitantes), 2022.

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P. - Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI).

7.2.2.3 Beneficiários de Complemento Solidário para Idosos

No que se refere ao **Complemento Solidário para Idosos (CSI)**⁸⁴ verifica-se uma **tendência de queda** global no número de pessoas beneficiárias deste apoio em todas as unidades estatísticas em análise entre 2014 e 2023, que se cifrou em -21% em Portugal Continental, -28% na Região de Coimbra e -31% no município de Montemor-o-Velho (**Figura 31**).

Entre 2022 e 2023 registou-se, no entanto, uma ligeira recuperação no número de beneficiários/as apoiados em Portugal Continental (4%) e na Região de Coimbra (2%), tendo este número persistido a sua tendência de descida no município de Montemor-o-Velho (-1%), contabilizando-se, em 2023, **475 beneficiários/as** deste apoio, o que corresponde a **10% da população residente com mais de 66 anos** recebe o CSI.

⁸⁴ O CSI é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, atualmente 66 anos e 5 meses e residentes em Portugal.

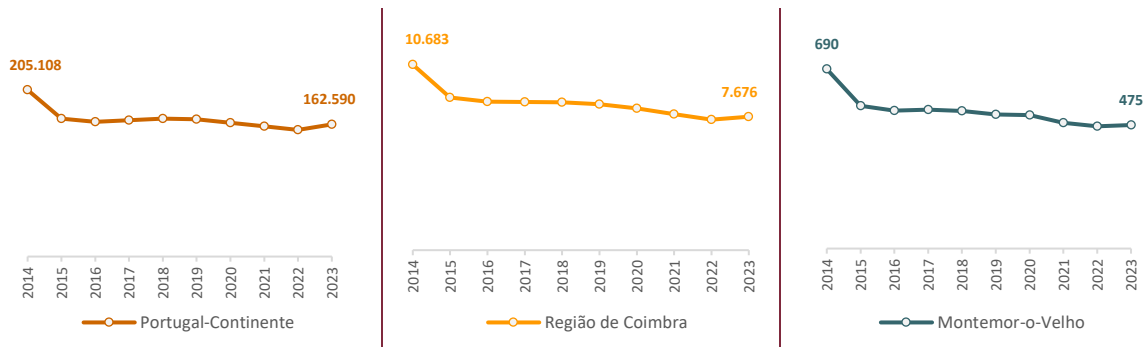
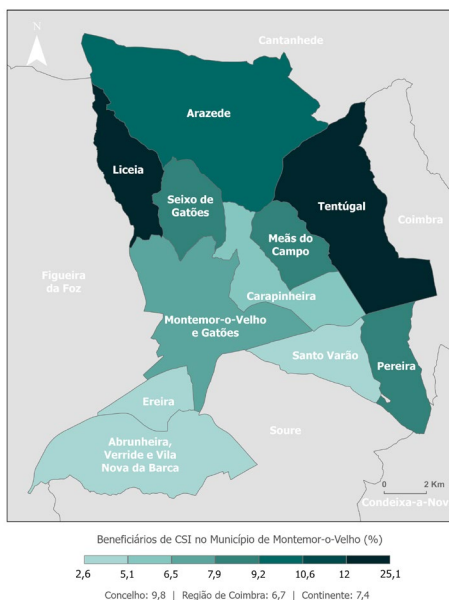


Figura 31. Evolução do número de beneficiários/as com prestações de CSI processadas no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (N.º), entre 2014 e 2023.

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P. - Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/CSI)

Do total de beneficiários/as do município, 143 residem na freguesia de Arazede, correspondendo a quase um terço do total. No entanto, a análise do peso dos beneficiários/as em relação à população residente segundo as diferentes freguesias revela uma **grande variação**: entre os **2,6% na freguesia de Ereira** e os 25,1%, na **freguesia de Liceia** (**Mapa 26**).

Analisando a distribuição destes beneficiários/as pelas freguesias, verifica-se que é no sector Norte do território onde o peso é maior em relação à população residente com mais de 66 anos. Nestes territórios, mais de 8% deste grupo de população recebe o CSI, atingindo os 12% na freguesia de Moinhos da Gândara (**Mapa 26**).



Mapa 26. Beneficiários/as do CSI da Segurança Social no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2022.

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P. - Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI).

7.2.2.4 Beneficiários de Ação Social Escolar

Também relevante para a apreciação do nível do rendimento das famílias residentes no município é a análise do número de alunos/as **beneficiários/as de Ação Social Escolar (ASE)**⁸⁵. No município de Montemor-o-Velho o número de beneficiários/as desta medida de apoio registou uma **acentuada descida** entre os anos letivos de 2014/2015 e 2023/2024, que atingiu os -40% (de 443 para 268 alunos/as), num contexto em que o número de alunos/as registou uma redução na ordem dos -12% (de 2.564 para 2.270). Estes números significam que no **ano letivo de 2023/2024** a proporção de beneficiários/as de ASE no município representava **12%** do total, enquanto em 2014/2015 essa percentagem atingia os 17% (**Figura 32**).

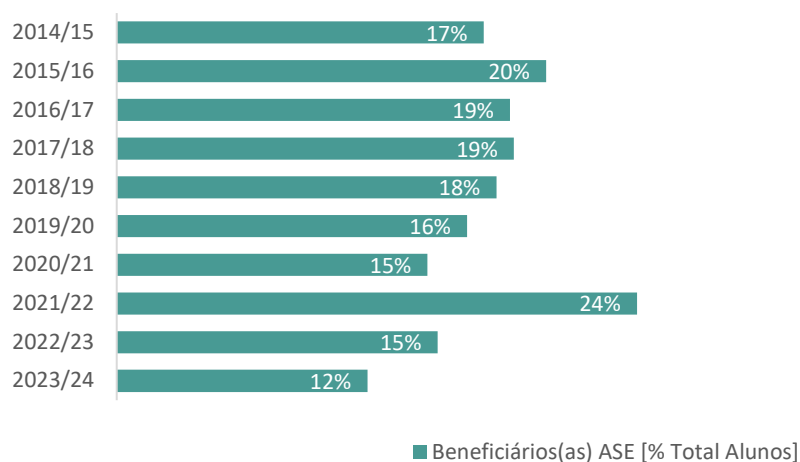


Figura 32. Beneficiários/as de Ação Social Escolar (Escalões A e B), no município de Montemor-o-Velho (%), entre os anos letivos 2014/2015 e 2023/24.

Fonte: Município de Montemor-o-Velho.

⁸⁵ A ASE é um programa de apoios assegurado pelo Estado através do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios, destinado a alunos cujas famílias tenham baixos rendimentos. O seu objetivo é o de garantir que todos os alunos conseguem frequentar a escolaridade obrigatória. Estão abrangidos por este apoio os alunos que frequentem o ensino público pré-escolar, básico e secundário. Os seus três escalões da ASE – A, B e C – são calculados com base nos escalões do abono de família e os apoios destinam-se a alimentação, aquisição de material escolar, financiar visitas de estudo e transporte para a escola: (i) Escalão 1, para agregados familiares com rendimentos anuais até 3.102,40€ (escalão A da ASE); (ii) Escalão 2, para agregados familiares com rendimentos anuais entre 3.102,41€ e 6.204,80€ (escalão B da ASE); e (iii) Escalão 3, para alunos provenientes de agregados familiares com rendimentos anuais entre 6.208,81€ e os 9.307,20€ (escalão C da ASE).

7.2.2.5 Tarifas sociais de energia

Um outro domínio de análise refere-se à pobreza energética, cujas consequências para a saúde foram já referidas. A fim de mitigar as causas subjacentes à **pobreza energética**⁸⁶, foi implementada a **tarifa social de energia**, com o objetivo de apoiar famílias em situação de vulnerabilidade económica. Essa tarifa oferece descontos nas tarifas de eletricidade e gás natural. Essa tarifa oferece descontos nas tarifas de eletricidade e gás natural.

No caso específico do município de Montemor-o-Velho, onde o fornecimento doméstico de gás natural é limitado, o apoio por meio da **tarifa social para gás natural** é também bastante limitado, beneficiando 42 consumidores em abril de 2024, o que correspondia a cerca de **0,4% dos agregados domésticos privados do município**. Já em relação à **tarifa social de energia elétrica**, na mesma data contabilizavam-se **1.333 consumidores**, o que corresponde a cerca de **14% do total de agregados domésticos privados** existentes no município.

As medidas descritas têm como objetivo proporcionar algum alívio às famílias em situação de vulnerabilidade e contribuir para reduzir a pobreza energética, melhorando assim as condições de vida e saúde da população. No entanto, ainda é necessário um esforço contínuo para abordar de forma abrangente os desafios relacionados à pobreza energética e ao desconforto térmico, a fim de garantir um ambiente seguro e saudável para todos os/as residentes.

7.2.2.6 Beneficiários de programas municipais de apoio social

No sentido de mitigar as carências económicas e sociais identificadas e apoiar os/as **munícipes em situação de maior vulnerabilidade**, o município de Montemor-o-Velho desenvolve um conjunto de **programas e projetos de iniciativa municipal** que visam o auxílio em situações concretas e diversificadas (**Quadro 24**).

Aos beneficiários/as indicados/as crescem cerca de 174 munícipes que beneficiam de tarifários sociais da água e aproximadamente 79 destinatários de bolsas académicas.

⁸⁶ Segundo a [Diretiva \(UE\) 2023/1791](#), do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 13 de setembro, relativa à Eficiência Energética, é estabelecida pela primeira vez uma definição comum de Pobreza Energética, que a determina, como sendo: “a falta de acesso de um agregado familiar a serviços energéticos essenciais, quando tais serviços proporcionam níveis básicos e dignos de vida e de saúde, nomeadamente aquecimento, água quente, arrefecimento e iluminação adequados e a energia necessária para os eletrodomésticos, tendo em conta o contexto nacional, a política social e outras políticas nacionais pertinentes, causada por uma combinação de fatores, incluindo, pelo menos, a falta de acessibilidade dos preços, um rendimento disponível insuficiente, elevadas despesas energéticas e a fraca eficiência energética das habitações.”

Quadro 24. Beneficiários/as dos programas municipais de apoio à população residente em situação de carência no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (Nº), entre 2022 e 2024.

Freguesia	Montemor-o-Velho (Nº beneficiários/as)		
	2022	2023	2024
Arazede	111	351	538
Carapinheira	33	163	255
Ereira	1	15	20
Liceia	16	95	120
Meãs do Campo	22	58	69
Pereira	22	90	126
Santo Varão	24	134	168
Seixo de Gatões	16	54	91
Tentúgal	31	122	139
UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	39	84	111
UF de Montemor-o-Velho e Gatões	68	174	272
Total	383	1.340	1.909

Fonte: Município de Montemor-o-Velho.

7.2.2.7 População mais velha em situação de isolamento

A solidão está associada a piores resultados em saúde, nomeadamente a maior prevalência de doença mental e depressão e ainda a menor longevidade, pior estado imunológico, maior risco cardiovascular, consumo de álcool, menor atividade física e maior tendência para a obesidade, hipertensão arterial e níveis altos de colesterol. A população idosa que vive sozinha pode, por este motivo, apresentar maior vulnerabilidade a situações de insegurança e isolamento social.

A conjugação de uma elevada proporção de população residente de **peças com 65 ou mais anos e a viverem sós**⁸⁷ possui um forte impacto na adequação e dimensionamento das respostas sociais e dos cuidados de saúde necessários num determinado território.

O município de Montemor-o-Velho regista uma percentagem de **adultos mais idosos que vivem sós** idêntica às unidades estatísticas de referência – cerca de **20% em 2021**, que compara com 21% tanto no Continente como na Região de Coimbra –, tendo essa percentagem subido relativamente a 2011 (ano em que era de 18%). Este valor global para o município cobre uma relativa dispersão segundo as freguesias consideradas (variando entre um máximo de 25% nas freguesias de Ereira e de Santo Varão e um mínimo de 16% na freguesia de Liceia) e, sobretudo, o género dos/as residentes, verificando-se uma **predominância de mulheres adultas mais idosas que vivem sós** (26%, que

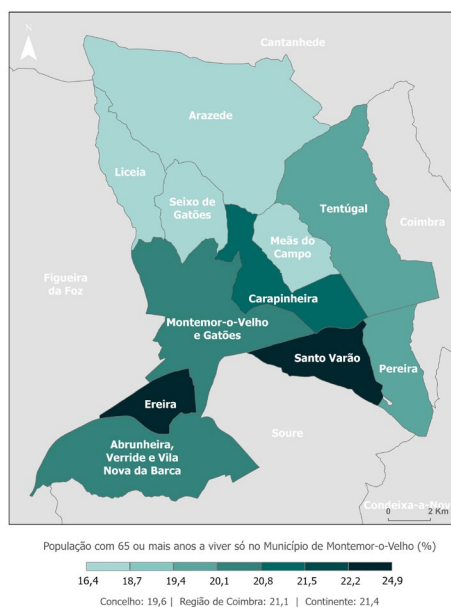
⁸⁷ Relação entre o número de agregados domésticos privados unipessoais constituídos por uma pessoa com 65 ou mais anos e a população residente com 65 ou mais anos (expressa por 100 pessoas com 65 ou mais anos).

compara com apenas 12% de homens) (**Quadro 25**). A análise segundo a freguesia de residência revela que **33% das mulheres com 65 e mais anos** que residem na **freguesia de Santo Varão vivem sós**, na freguesia de Liceia são 32% e nas freguesias de Carapinheira e de Tentúgal cerca de 28% (**Mapa 27**).

Quadro 25. População com 65 ou mais anos a viver só no município de Montemor-o-Velho (freguesias), em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%), segundo o sexo, 2011 e 2021.

	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal – Continente	20,3	11,1	27,0	21,4	13,3	27,5
Região de Coimbra	20,0	10,7	26,7	21,1	12,9	27,1
Montemor-o-Velho	18,0	9,6	24,3	19,6	11,6	25,7
Arazede	15,5	10,0	19,9	17,4	11,5	22,3
Carapinheira	18,5	12,2	23,1	21,3	11,7	28,0
Ereira	22,9	14,9	28,6	24,9	16,5	32,1
Liceia	18,3	7,2	27,0	16,4	8,0	22,3
Meãs do Campo	17,1	8,3	23,9	17,1	11,2	21,4
Pereira	19,9	10,7	27,3	19,6	9,3	28,2
Santo Varão	17,9	5,9	26,4	24,7	12,9	33,0
Seixo de Gatões	14,8	6,5	21,2	18,2	15,0	20,7
Tentúgal	19,0	9,3	25,7	19,8	8,8	27,9
UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	22,3	10,3	30,8	20,7	13,6	25,7
UF de Montemor-o-Velho e Gatões	17,8	9,3	24,1	20,8	12,7	26,9

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021.



Mapa 27. População com 65 ou mais anos a viver só no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.

O município desenvolve ainda **medidas e programas de apoio** especificamente destinados à população adulta mais idosa a viver sozinha e/ou em situação de isolamento, cobrindo diversas áreas identificadas como relevantes, nomeadamente os Programas “Séniore em Movimento” e “Teleassistência”.

7.3 Habitação

Há um conjunto de características do ambiente construído local que têm um papel fulcral no estado de saúde da população, seja através da promoção de oportunidades que induzem melhores resultados em saúde, ou, em oposição, de vulnerabilidade e risco que resultam em maior morbidade. Neste domínio, a habitação, nomeadamente a qualidade e as **condições de habitabilidade**, desempenha um papel muito importante na promoção da saúde da população. Diferentes condições de habitação e edificado podem revelar desigualdades sociais e espaciais no município, sublinhando a necessidade de intervenções territoriais.

Condições de habitabilidade inadequadas, como o desconforto térmico devido a temperaturas extremas, a falta de ventilação, a presença de humidade, a ausência de acesso a água potável ou um sistema de saneamento deficiente, estão frequentemente associadas ao aparecimento de problemas de saúde, como doenças infecciosas e parasitárias, alergias, doenças respiratórias, doenças cardiovasculares, certos tipos de cancro e até mesmo questões relacionadas com a saúde mental. Por outro lado, habitações seguras e bem conservadas contribuem para promover a saúde e melhorar a qualidade de vida das comunidades.^{88,89,90,91}

Nesta dimensão são analisadas a **oferta, condições e o estado de conservação** do parque habitacional, incluindo aspetos de **acessibilidade** para a população com mobilidade condicionada (ponto 7.3.1) e o **conforto térmico** (ponto 7.3.2).

7.3.1 Condições do edificado e alojamentos

Os 13.295 alojamentos que constituíam o parque habitacional existente em 2021 no município de Montemor-o-Velho destinavam-se, maioritariamente, a residência habitual (72%), sendo que 12%

⁸⁸ WHO-CSDH (2008). *Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. Final Report of the Commission on Social Determinants of Health*. Geneva: World Health Organization.

⁸⁹ Marmot, M., Allen, J., Bell, R., Bloomer, E., Goldblatt, P. (2012). WHO European review of social determinants of health and the health divide. *Lancet*. 380:1011–29.

⁹⁰ EUROFOUND (2016). *Inadequate Housing in Europe: Costs and Consequences*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

⁹¹ Rehill, N., Armstrong, B., Wilkinson, P. (2015). Clarifying life lost due to cold and heat: a new approach using annual time series. *BMJ Open*. 5(4):e005640-e005640.

eram utilizadas como residências secundárias e 16% se encontravam vagos. Ainda relativamente ao parque edificado, **23% dos edifícios foram construídos antes da década de 60**, sendo que no último período intercensitário apenas foram construídos 2% do total de edifícios no município (243 edifícios), acompanhando a tendência geral de estagnação que caracterizou a dinâmica do imobiliário ao longo da última década.

Atendendo a que 83% dos edifícios têm mais de 20 anos, importa analisar o **estado de conservação** do parque edificado. No município de Montemor-o-Velho, a parcela do edificado que, em 2021, se apresentava **em situação muito degradada ou com necessidade de intervenções** com algum significado, representava cerca de **18% do total dos edifícios** existentes no município (valor semelhante à média regional e superior à média do Continente, 18% e 14%, respetivamente) (**Figura 33**). De acordo com a informação disponível para esse ano, contabilizavam-se 786 edifícios em situação muito degradada (i.e., 7% do *stock* total de edifícios), sendo que a análise deste parâmetro nas diferentes freguesias do município, demonstra acentuadas diferenças entre elas, com a **freguesia de Linceia** a posicionar-se mais desfavoravelmente, com 21% do seu *stock* a necessitar de reparações profundas e 40% a necessitar de reparações médias e profundas (**Mapa 28**).

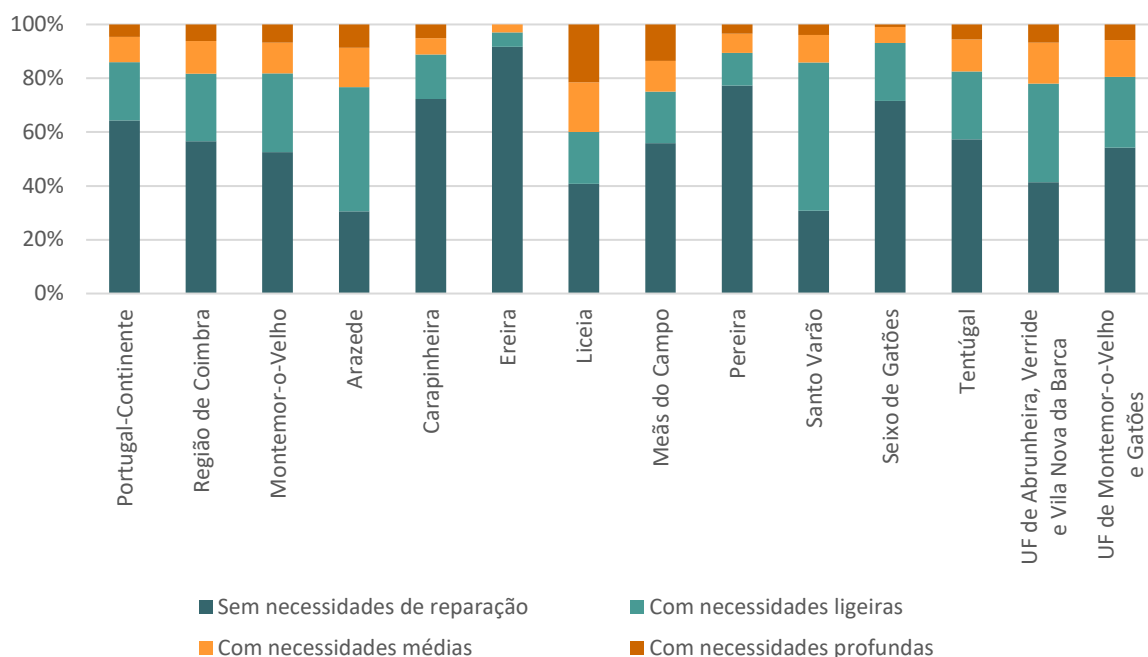
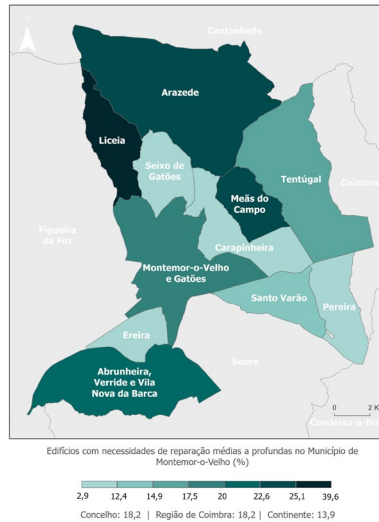


Figura 33. Edifícios segundo a dimensão da necessidade de reparação no município de Montemor-o-Velho (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.



Mapa 28. Edifícios com necessidades de reparação médias e profundas no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.

Outro aspeto relacionado com as condições de habitabilidade diz respeito à **acessibilidade**, nomeadamente para pessoas que necessitam de cadeira de rodas, o que é particularmente relevante em populações envelhecidas com incapacidade e mobilidade crescentemente limitada. Consta-se que no município de Montemor-o-Velho **a maioria dos alojamentos, cerca de 52%, não é acessível a cadeiras de rodas**, que compara com a realidade tanto da Região de Coimbra (com 61%) como de Portugal Continental (com 66%). A análise por freguesia evidencia que o défice de acessibilidade a cadeiras de rodas é particularmente acentuado nos alojamentos localizados nas **freguesias de Pereira (73%) e Ereira (67%) (Figura 34)**.

Também relevante para a análise da acessibilidade às habitações é a questão a **(in)existência de elevadores nos edifícios com mais de 3 andares**, que constitui um obstáculo à mobilidade das pessoas com dificuldades neste domínio. Este aspeto é particularmente preocupante para a população adulta mais velha que, vivendo nestes edifícios, apresenta potencialmente maiores dificuldades em realizar determinadas atividades pessoais e sociais relacionadas com a vida diária, afetando por exemplo a capacidade de ir às compras e o acesso a serviços, equipamentos e cuidados de saúde. No município de Montemor-o-Velho verifica-se que **8%** da sua **população residente** habitava, em 2021, em edifícios com mais de 3 andares e sem elevador, proporção que compara com 14% no Continente e 9% na Região de Coimbra. A variação da proporção de pessoas nestas condições segundo a freguesia de residência varia entre os 0% nas freguesias de Arazede, Ereira, Liceia, Seixo de Gatões, Tentúgal e na UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, e os **11%** nas **freguesias de Meãs do Campo e de Santo Varão (Mapa 29)**

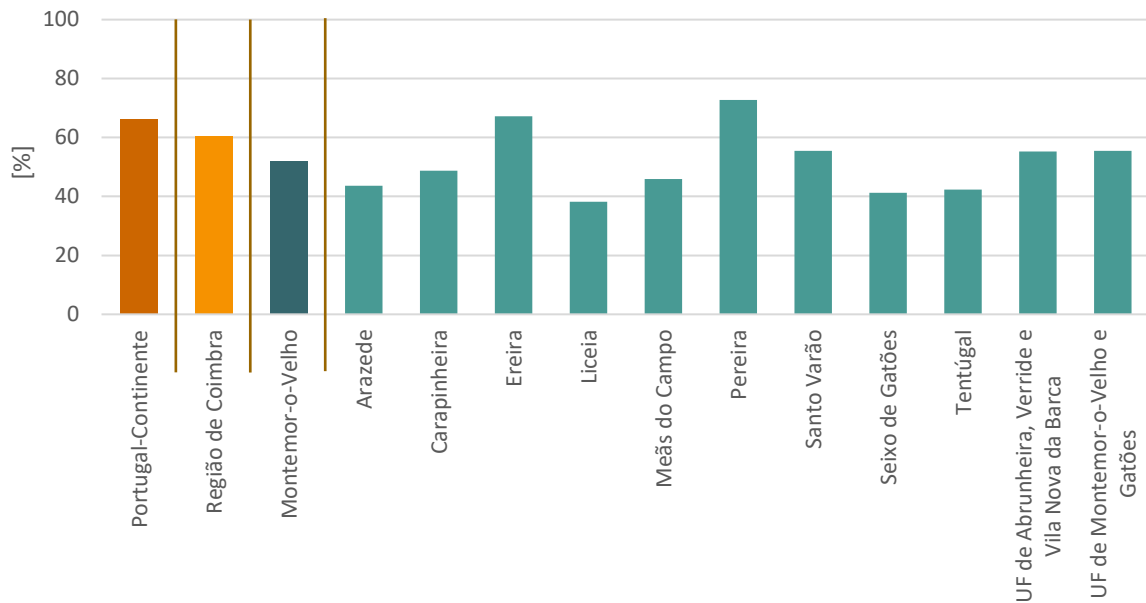
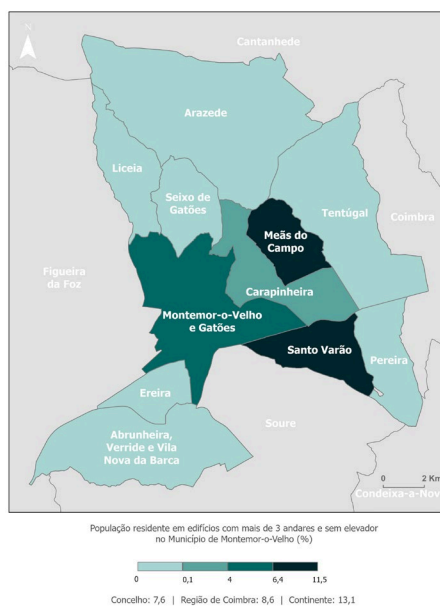


Figura 34. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com entrada não acessível a cadeira de rodas no município de Montemor-o-Velho (freguesias), em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021



Mapa 29. População residente em edifícios com mais de 3 andares e sem elevador no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

7.3.2 Conforto térmico

É amplamente aceite que o desconforto térmico exerce um impacto significativo na incidência de doenças respiratórias e circulatórias, sobretudo em idosos/as e crianças. Adicionalmente, afeta negativamente a produtividade no trabalho e o desempenho escolar. A confluência da **pobreza energética** com o **desconforto térmico** está correlacionada com elevadas taxas de mortalidade por pneumonia em Portugal, colocando-nos numa posição preocupante a nível europeu nesse aspeto. A energia é um bem fundamental, do qual dependemos para cozinhar, aquecer e arrefecer a casa, ou aquecer água para a higiene pessoal. Nesse sentido, é um dos elementos essenciais de qualquer análise de privação material.

Apesar da evolução positiva na melhoria das condições da habitação na última década, Portugal continua a ser um dos países da UE em que a proporção de população exposta ao frio ou calor em casa é das mais altas. De acordo com o último Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – ICOR europeu (EU-SILC, 2023)⁹², **20,8% da população portuguesa declara não ter capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida no Inverno**, quase o dobro da média da UE (10,6%). Um estudo recentemente publicado sobre a pobreza energética em Portugal (Carvalho et al., 2023)⁹³, posiciona o município de Montemor-o-Velho numa posição favorável em termos de pobreza energética a nível nacional, com um valor do **Índice de Vulnerabilidade Energética Municipal (IVEM)**⁹⁴ de 0,173.

No entanto, os dados censitários realçam a gravidade da situação relacionada com o conforto térmico das habitações. Em primeiro lugar, é notório o **reduzido uso de sistemas de aquecimento central**, uma vez que apenas 12% dos alojamentos familiares do município estão equipadas com este sistema (valor inferior ao observado na Região de Coimbra e em Portugal Continental, 18% e 14%, respetivamente). O aquecimento não central é o tipo mais comum em Portugal e, no caso do município de Montemor-o-Velho, o sistema de aquecimento mais frequentemente utilizado é a lareira, com 28% do total (**Figura 35**). Acresce que **23% dos alojamentos familiares não possuem**

⁹² European Union (2023). *European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC)*. <<https://ec.europa.eu/eurostat/web/income-and-living-conditions/overview>>

⁹³ Carvalho, B., Fonseca, M., Peralta, S. (2023). Pobreza Energética em Portugal: Uma análise municipal. Relatório Anual “Portugal, Balanço Social. Fundação “la Caixa”, BPI e Nova SBE. <https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/2023/Nota_BS_Energy_dez_2023.pdf>

⁹⁴ O IVEM é um índice que permite aferir a vulnerabilidade energética ao nível municipal, através de um método estatístico de regressão, que combina os dados do ICOR, ao nível individual, com dados dos Censos do INE e da DGEG, ao nível municipal. Varia entre 0 - menor vulnerabilidade e 1 - maior vulnerabilidade. Os detalhes técnicos da construção do IVEM estão disponíveis em Carvalho et al. (2023):

< https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/2023/Nota_BS_Energy_dez_2023.pdf>

qualquer tipo de sistema de aquecimento, posição intermédia relativamente às unidades estatísticas de comparação (Região de Coimbra com 20% e Portugal Continental com 28%).

Para o conforto térmico é também relevante considerar o **sistema de arrefecimento das habitações**, principalmente nas estações mais quentes. Segundo os Censos 2021, no caso do município de Montemor-o-Velho, apenas **9% dos alojamentos têm ar condicionado**, valor inferior aos observados na Região de Coimbra e no Continente (12% e 17%, respetivamente).



Figura 35. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual segundo o tipo de aquecimento no município de Montemor-o-Velho (segundo a freguesia), em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.

Esta questão assume uma crescente relevância, uma vez que os cenários climáticos futuros colocam Portugal em elevado risco relativamente às ondas de calor e respetivas consequências, nomeadamente ao nível do acréscimo de mortalidade, particularmente preocupante num contexto de envelhecimento da população.

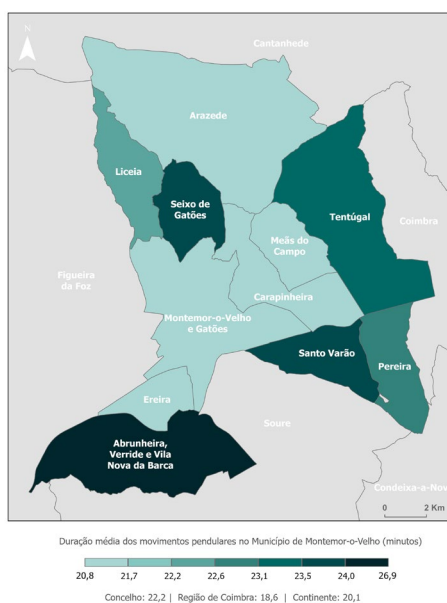
7.4 Mobilidade

A mobilidade das populações é uma componente essencial das sociedades atuais, com impactos tanto ao nível ambiental como da saúde individual e coletiva. Os movimentos pendulares podem estar associados ao sedentarismo e a um estilo de vida menos saudável, sem atividade física regular, quando o automóvel representa o principal meio de deslocação diária.

Movimentos pendulares longos constituem um fator de risco para o desenvolvimento de excesso de peso e obesidade e de várias doenças crónicas, como as doenças cardiovasculares e diabetes. Causam, ainda, níveis elevados de stress e ansiedade com consequências negativas para o bem-estar e saúde mental.

Neste ponto serão analisados diversos indicadores relacionados com os movimentos pendulares da população residente no município, que trabalha ou estuda: duração média desses movimentos e o modo de deslocação (automóvel ligeiro, transportes públicos e modos suaves, nomeadamente bicicleta ou modo pedonal).

Considerando a **duração dos movimentos pendulares**, a população residente demora, em média, cerca de **22 minutos** nas suas deslocações diárias para trabalhar ou estudar, sendo superior, quer ao tempo médio registado em Portugal Continental (20,1), quer à média da Região de Coimbra (18,7). Analisando o território municipal, o tempo médio de deslocação mais elevado é de 27 minutos, registado na UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca (**Mapa 30**).



Mapa 30. Duração média dos movimentos pendulares da população empregada ou estudante residente no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (minutos), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.

Tal como se observa a nível nacional, **a grande maioria dos habitantes no município de Montemor-o-Velho desloca-se de automóvel** (veículo próprio), quer como condutor, quer como passageiro. Em 2021, são **80%**, proporção que aumentou consideravelmente em relação a 2011, acompanhando o contexto regional e nacional (**Figura 36**).

Considerando os modos suaves, observa-se que apenas **7,6%** da população residente **desloca-se a pé ou de bicicleta para o trabalho ou para a escola**, uma proporção mais baixa comparativamente à Região de Coimbra (12%) e ao Continente (14%). O mesmo se verifica na **deslocação em transporte público** (autocarro ou comboio), onde apenas **8%** dos habitantes utiliza esse meio de transporte.

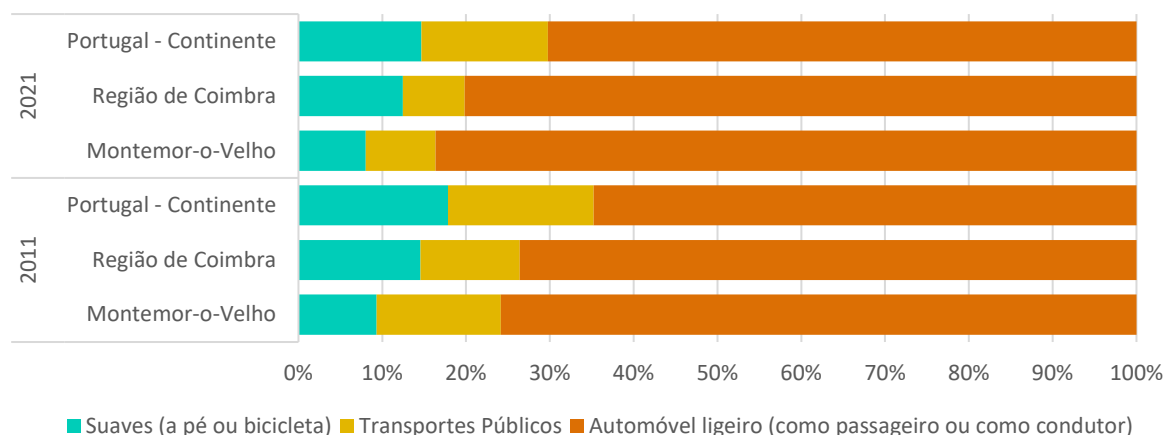


Figura 36. Meio de transporte principal utilizado nos movimentos pendulares no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%) 2011 e 2021.

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021.

Territorialmente, e apesar dos valores bastante elevados em todas as freguesias no que concerne ao uso do automóvel, observam-se **variações geográficas**. Nas freguesias de Meãs do Campo e de Pereira, mais de 81% da população que trabalha ou estuda utiliza com mais frequência o automóvel nas suas deslocações diárias (**Mapa 31**), em oposição ao uso de modos suaves e do transporte público, que apresentam valores muito mais baixos. Por outro lado, a UF de Montemor-o-Velho e Gatões, a sede do município, é uma das freguesias onde a população utiliza mais os modos suaves nas suas deslocações (superior a 9%), sendo a utilização do transporte público mais elevada, genericamente, nas freguesias situadas no setor sul do território, nomeadamente na UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca e freguesia de Santo Varão (**Mapa 32**).

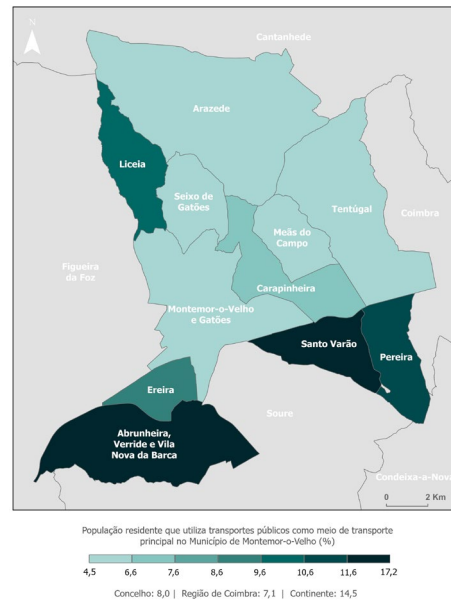
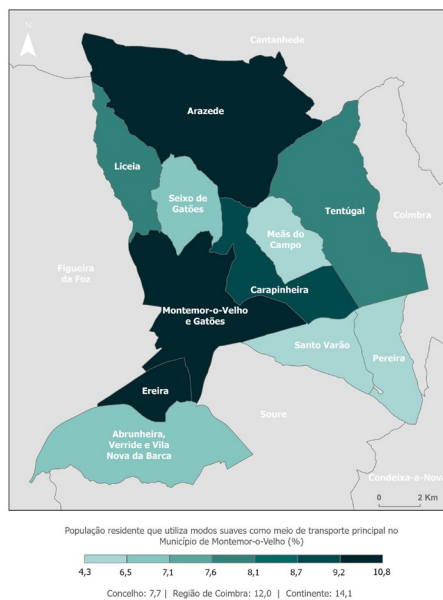


Mapa 31. População residente que utiliza o automóvel como meio de transporte principal nas deslocações casa-trabalho ou casa/local de estudo no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.

Fonte: INE, Censos 2021.

A. População que utiliza modos suaves como meio de transporte principal (%)

B. População que utiliza transportes públicos (autocarro, metro, comboio) como meio de transporte principal (%)



Mapa 32 [A-B]. População residente que utiliza modos suaves [A] e transportes públicos [B] como meios de transporte principais nas deslocações casa-trabalho ou casa/local de estudo no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.

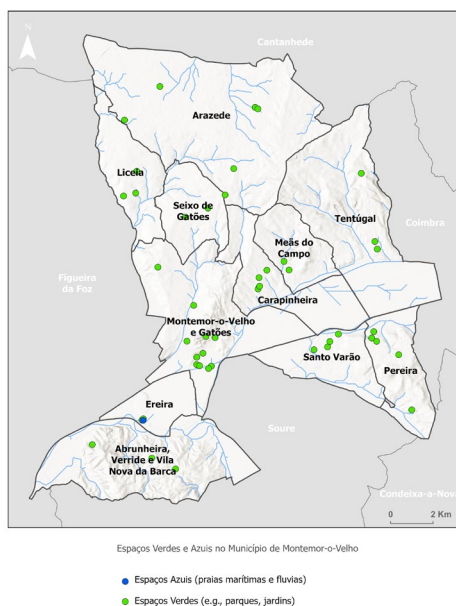
Fonte: INE, Censos 2021.

7.5 Espaços verdes e azuis de fruição

Os espaços verdes e azuis são elementos muito importantes para avaliar a qualidade ambiental e sustentabilidade de um dado território, mitigando por exemplo os efeitos da poluição e contribuindo para o equilíbrio do sistema ecológico. A proximidade a estes espaços também pode promover o **contacto com a Natureza**, proporcionando à população residente um ambiente físico com **efeitos benéficos na saúde mental, física e bem-estar geral** ⁹⁵.

No âmbito da análise desta dimensão, são considerados os parques verdes e jardins (espaços verdes) e praias em zonas costeiras ou interiores (e.g., praias fluviais e marítimas; espaços azuis) ou seja, espaços que proporcionam não só o **contacto com a natureza**, mas também **permitem a realização de atividades ao ar livre, para lazer e atividade física**.

O município de Montemor-o-Velho tem no seu território **46 espaços verdes** e de lazer (parques e jardins) distribuídos por todas as freguesias. Destacam-se a UF de Montemor-o-Velho e Gatões, com 11 espaços verdes, e as freguesias de Arazede e de Pereira, ambas com seis cada uma. Em relação a **espaços azuis**, existe uma praia fluvial – a **Praia Fluvial de Ereira**, na freguesia com o mesmo nome (**Mapa 33 e Quadro 26**).



Mapa 33. Localização dos espaços verdes e azuis de fruição no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia, 2024.

Fonte: Município de Montemor-o-Velho.

⁹⁵ Hunter, F., Nieuwenhuijsen, M., Fabian, C., Murphy, N., O'Hara, K., Rappe, E., Sallis, J. F., Lambert, E. V., Duenas, O. L. S., Sugiyama, T., & Kahlmeier, S. (2023). Advancing urban green and blue space contributions to public health. *The Lancet Public Health*, 8(9), e735–e742. <[https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(23\)00156-1](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(23)00156-1)>

Quadro 26. Espaços verdes e azuis de fruição no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia, 2024.

Freguesia	Espaços verdes	Espaços azuis
Arazede	Parque infantil do Largo Arminda Baía	-
	Parque infantil e geriátrico do Tojeiro	
	Parque Verde do Mato Povo	
	Jardim do Cruzeiro do Amieiro	
	Largo da Lagoa do Torrão	
	Parque infantil Dr. Fernando Grilo	
Carapinheira	Parque Nossa Senhora das Dores	-
	Lavadouro dos Nobrezos	
	Praça de São Pedro	
	Cruzeiro do Largo do Alhastro	
Ereira	Parque de Merendas da Ereira	Praia Fluvial de Ereira
	Parque infantil e geriátrico do Jardim do Largo do Rossio	
Liceia	Parque de Merendas da Fonte das Freiras	-
	Parque geriátrico do Viso	
	Parque geriátrico de Liceia	
Meãs do Campo	Jardim do Largo Sagrado Coração de Jesus	-
	Parque infantil do Largo José da Silva Cavaleiro	
Pereira	Paul de Arzila	-
	Parque infantil da Urbanização Quinta de São Luíz	
	Parque infantil da Urbanização Quinta de São Luíz	
	Parque infantil e geriátrico dos Casais Velhos	
	Parque geriátrico do Campo de Futebol do ADCRP	
	Jardim Doutor João Maria Magalhães Mexia	
Santo Varão	Parque infantil de Santo Varão	-
	Parque de merendas	-
	Jardim das Oliveiras	-
	Parque infantil de Formoselha	-
Seixo de Gatões	Parque infantil e geriátrico do Seixo de Gatões	-
	Jardim Pedra Branca	
Tentúgal	Parque infantil e geriátrico de Tentúgal	-
	Praça do Rossio	
	Parque infantil e geriátrico da Portela	
UF de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	Parque de Merendas N.ª Sr.ª da Saúde	-
	Parque de merendas de Vila Nova da Barca	
	Jardim Largo José Pinto Coelho	
UF de Montemor-o-Velho e Gatões	Castelo de Montemor-o-Velho	-
	Paul do Taipal	
	Parque Municipal da Juventude e parque infantil	
	Pista de Atletismo e parque geriátrico	
	Parque Merendas de Montemor	
	Parque Ribeirinho de Montemor-o-Velho	
	Jardim da Urbanização Vinha da Parreira	
Miradouro de S. Gens		

Largo do Convento dos Anjos
Parque geriátrico do Moinho da Mata
Parque geriátrico de Gatões

Fonte: Município de Montemor-o-Velho.

7.6 Poluição e resíduos

Nesta dimensão é relevante considerar as características do ambiente físico relacionadas com a **poluição do ar** (emissões de poluentes atmosféricos) (ponto 7.6.1) e com a **gestão de resíduos** (destino e tratamento dos resíduos urbanos) (ponto 7.6.2), pela sua importância para avaliar a qualidade ambiental do território e potenciais impactos na saúde humana e ecossistemas locais.

7.6.1 Poluição do ar

A poluição do ar é atualmente o maior risco ambiental para a saúde humana. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que todos os anos a exposição à poluição do ar cause cerca de 7 milhões de mortes prematuras no mundo⁹⁶.

Na União Europeia (UE), de acordo com as mais recentes estimativas da Agência Europeia do Ambiente (EEA), pelo menos 238 000 pessoas morreram prematuramente em 2020 devido à exposição a **poluição por partículas em suspensão (inaláveis)** (PM_{2,5}) acima do nível de 5 microgramas por metro cúbico (µg/m³) recomendado pela OMS⁹⁷. Estas partículas constituem um dos poluentes atmosféricos mais graves em termos de saúde pública, particularmente as de menor dimensão que são inaláveis (com um diâmetro não superior a 10 µm), dado que conseguem penetrar profundamente ao nível dos pulmões e atingir os alvéolos pulmonares, causando perturbações no sistema respiratório. Podem ser emitidas diretamente para o ar (partículas primárias) ou serem formadas na atmosfera por gases como dióxido de enxofre, óxido de nitrogénio, amónia e componentes orgânicos não-metanos voláteis (partículas secundárias).

Para além das mortes prematuras, a poluição atmosférica causa múltiplas doenças e acarreta custos significativos para o setor dos cuidados de saúde⁹⁸. A exposição prolongada a vários poluentes tem

⁹⁶ World Health Organisation (WHO) (2023). Household air pollution. Fact sheet. Link: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/household-air-pollution-and-health>.

⁹⁷ European Environment Agency (EEA) (2022). Air quality in Europe 2022. Copenhagen: European Environment Agency. Link: <https://www.eea.europa.eu/publications/air-quality-in-europe-2022/air-quality-in-europe-2022>

⁹⁸ European Environment Agency (EEA) (2022). Air quality in Europe 2022. Copenhagen: European Environment Agency. Link: <https://www.eea.europa.eu/publications/air-quality-in-europe-2022/air-quality-in-europe-2022>

vindo a ser associada à mortalidade por várias causas de morte, incluindo doenças respiratórias, cardiovasculares e cancro do pulmão assim como a problemas de saúde, como agravação da asma, aterosclerose e doenças respiratórias infantis. Novas linhas de investigação têm ainda vindo a apresentar evidência sobre a associação entre a exposição a elevados níveis de poluição e o aumento da incidência de diabetes, obesidade, declínio cognitivo e demência.⁹⁹

Neste ponto é feita uma breve abordagem aos **principais poluentes atmosféricos** que afetam a qualidade do ar no município, tendo por base os dados disponíveis da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), para os anos de 2017 e 2019 (**Figura 37**)¹⁰⁰.

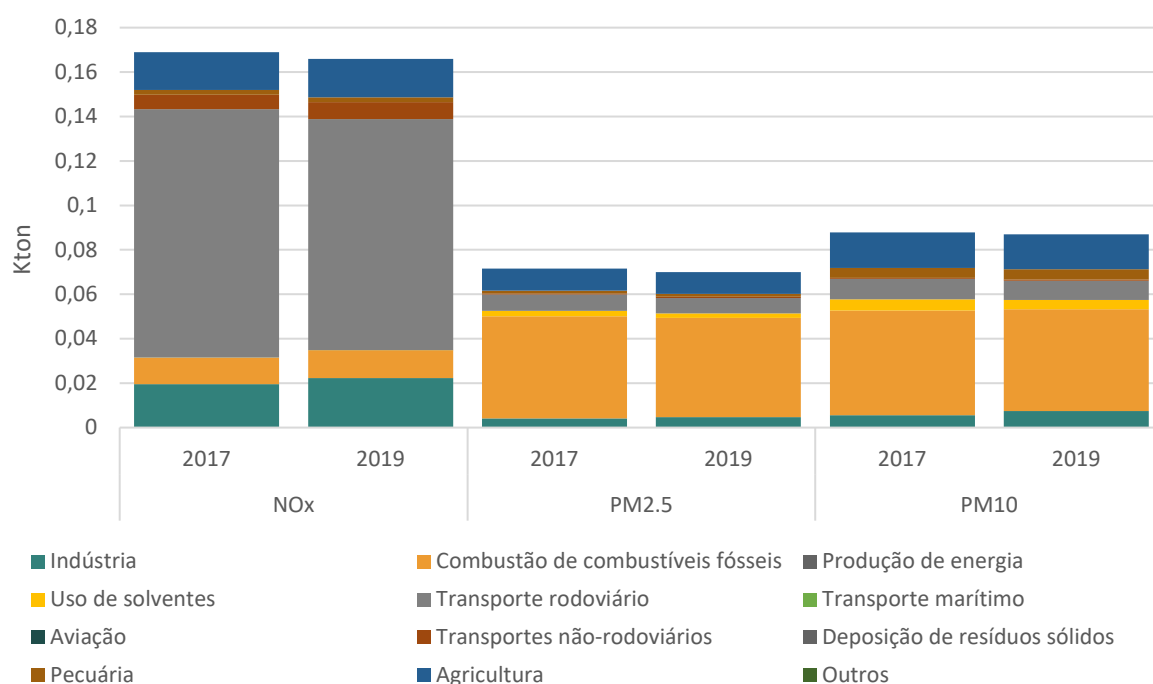


Figura 37. Emissão de gases para a atmosfera no município de Montemor-o-Velho, segundo o tipo de poluente e fonte de emissão (kton – quilotoneladas), 2017 e 2019.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, 2019. Emissões de Poluentes Atmosféricos por Município - 2017 e 2019.

Em termos temporais, o **município de Montemor-o-Velho diminuiu, muito ligeiramente, as emissões** dos principais gases poluentes em análise (NOx¹⁰¹, PM_{2.5} e PM₁₀).

⁹⁹ World Health Organisation (WHO) (2013). *Health Risks of Air Pollution in Europe – HRAPIE Project, Recommendations for Concentration–response Functions for Cost–benefit Analysis of Particulate Matter, Ozone and Nitrogen Dioxide*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.

¹⁰⁰ Os resultados apresentados na Figura, relativamente às fontes de emissões, não incluem os incêndios florestais, dado que em 2019 foram registados eventos de grandes dimensões, responsáveis por valores extraordinários de emissões (e.g., cerca de 6,6 Kton de PM_{2.5} foram emitidos para a atmosfera nestes incêndios).

¹⁰¹ Óxido de nitrogénio (NO_x): termo coletivo para óxidos de azoto, - uma família de gases altamente reativos e venenosos - que são produzidos quando os combustíveis fósseis são queimados. Compreende vários compostos de azoto e oxigénio

O primeiro poluente continua a ser o **óxido de nitrogénio (NO_x)**, e principal fonte de emissão o **transporte rodoviário**, seguida da **atividade industrial**. Em zonas urbanas com elevados níveis de tráfego, as concentrações de NO_x acompanham as variações do tráfego automóvel.

A principal **fonte de poluição por partículas** (PM₁₀ e PM_{2.5}) provém da **queima de combustíveis fósseis**, seguida da **agricultura**. A queima de combustíveis fósseis (setores residencial, comercial e institucional) tem um peso importante nas emissões de partículas, nomeadamente das PM_{2.5}, estando relacionada com a queima de combustíveis sólidos para, por exemplo, o aquecimento dos edifícios.

7.6.2 Resíduos

A gestão de resíduos, que visa simultaneamente a **redução da sua produção** e o seu **tratamento adequado**, constitui um desígnio das sociedades atuais, vertido numa das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 (ODS 12): “reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização”¹⁰². Quando os resíduos sólidos urbanos são recolhidos, depositados e tratados de forma inadequada, podem ter impactos negativos na saúde pública e no meio ambiente, nomeadamente através da contaminação dos solos e da água (ao nível superficial e freático)¹⁰³.

Atualmente, as metas a seguir passam pela redução da quantidade depositada de resíduos em aterro a par com a adoção de medidas para reduzir a sua geração, aumentando os níveis de reciclagem e valorização, operações “mais amigas do ambiente”.

como o monóxido de azoto (NO), o dióxido de azoto (NO₂), o óxido nitroso (N₂O), entre outros. Os NO e NO₂ são os mais relevantes como poluentes atmosféricos e o N₂O é mais conhecido por ser um gás com efeito de estufa. Os NO_x têm origem nos processos de combustão em que o ar é o comburente, isto é, combustão industrial, comercial, residencial e transportes (motores a combustão) tanto rodoviários como marítimos e também processos de fabrico que envolvam a utilização de azoto (N), como por exemplo a indústria química de produção de fertilizantes azotados. Os NO_x podem igualmente ter origem natural como resultado da atividade bacteriana e de trovoadas. Em Portugal, dando cumprimento à legislação comunitária, a concentração de óxidos de azoto no ar ambiente é objeto de regulamentação e controlo através do Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro (APA, 2021). Todos os novos produtos domésticos de aquecimento e canalização (classificados até 400 kw) têm que cumprir os níveis máximos de emissão de NO_x.

¹⁰² BCSD Portugal (2022). Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. <https://ods.pt/objectivos/12-producao-e-consumo-sustentaveis/>.

¹⁰³ Mattiello, A., Chiodini, P., Bianco, E., Forgione, N., Flammia, I., Gallo, C., Pizzuti, R., Panico, S. (2013). Health effects associated with the disposal of solid waste in landfills and incinerators in populations living in surrounding areas: a systematic review. *Int J Public Health*. 58(5).

O município de Montemor-o-Velho, em 2022, apresenta um sistema de gestão de resíduos assente na **deposição em aterro** (41,2%), **orgânica** (30,7%) e **valorização multimaterial**¹⁰⁴ (28,1%) (**Figura 38**).

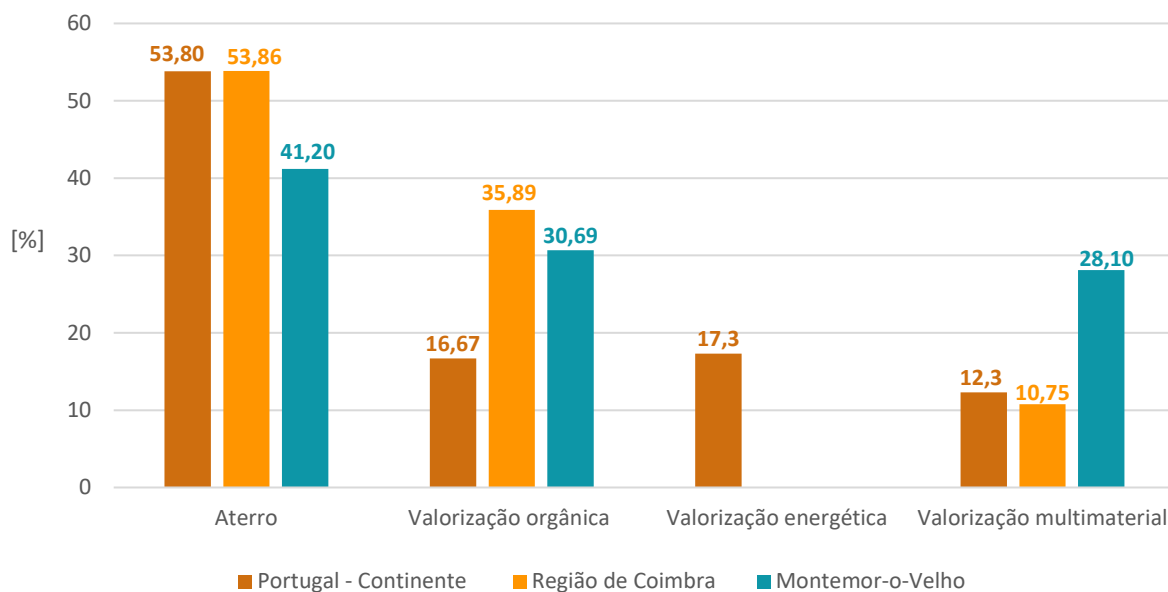


Figura 38. Resíduos urbanos geridos por tipo de destino no município de Montemor-o-Velho em comparação com a Região de Coimbra e Portugal-Continental (%), 2022.

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos.

Comparando com a Região de Coimbra e o Continente, o município apresenta um desempenho mais favorável no que concerne à deposição de resíduos em aterro (valores mais reduzidos) e valorização multimaterial (valores mais elevados). Relativamente à valorização energética¹⁰⁵ dos resíduos, é de salientar que ainda é inexistente tanto no município como na Região de Coimbra.

7.7 Segurança

A segurança é uma dimensão que tem implicações significativas na saúde das comunidades, com impactos em múltiplas dimensões da vida quotidiana, desde a promoção e/ou obstaculização da

¹⁰⁴ A valorização multimaterial resulta da triagem complementar, mais fina, dos materiais provenientes dos diferentes circuitos de recolha seletiva de materiais, nomeadamente os ecopontos, os ecocentros, os circuitos de recolha seletiva Porta-a-Porta e os circuitos especiais, de forma a poderem ser encaminhados para a reciclagem.

¹⁰⁵ A valorização energética é um processo controlado e automatizado que trata simultaneamente os resíduos indiferenciados termicamente, possibilitando adicionalmente a produção de energia elétrica, através do vapor gerado pela combustão.

mobilidade geral, nomeadamente a acessibilidade a serviços ou a prática de atividade física, entre muitas outras¹⁰⁶.

Perceções de insegurança elevadas, por exemplo aliadas ao medo da ocorrência de crime, **podem condicionar a utilização do espaço público** (e.g., andar a pé ou de bicicleta, realizar atividades de lazer ao ar livre) e ter consequências na **diminuição de contactos sociais**, com **repercussões na saúde mental**. Por outro lado, a **insegurança rodoviária e pedonal** é considerada como um dos mais importantes condicionantes da acessibilidade e mobilidade em ambiente urbano.

Deste modo, as intervenções no ambiente construído devem garantir as condições que assegurem ao peão o direito de transitar sem risco de atropelamento, tendo em conta as características e necessidades inerentes à circulação pedonal, em geral, e aos peões com mobilidade condicionada em particular.

Nesta dimensão são analisadas condições de **segurança rodoviária** (e.g., acidentes de viação com vítimas) (ponto 7.7.1) e de **segurança pública** (e.g., criminalidade) (ponto 7.7.2), por constituírem dimensões com impacto direto na saúde.

7.7.1 Segurança rodoviária

Num dado território onde exista uma elevada concentração de acidentes de viação aumenta o sentimento de insegurança entre a população, nomeadamente nos peões, sendo as crianças as vítimas mais frequentes de acidentes de viação que envolvem, por exemplo, atropelamento. Devido à falta de atenção às necessidades dos peões e à tendência para favorecer o transporte privado nas últimas décadas, os peões têm um risco acrescido de morte, lesão e incapacidade. É considerado um problema de saúde pública uma vez que se relaciona com a atuação de políticas públicas de prevenção.

No município de Montemor-o-Velho, entre 2014 e 2022, foram registados 786 acidentes de viação, dos quais resultaram 1.012 vítimas, incluindo 3,8% de feridos graves e 2% de vítimas fatais (correspondendo a 20 óbitos neste período). A maioria dos **acidentes de viação** e das vítimas mortais que ocorreram no território municipal, no período em análise, tiveram lugar em **vias secundárias** (69% do total de acidentes com vítimas e 63% do total de acidentes com vítimas mortais) (**Figura 39**).

A - Acidentes de viação (%)

B - Acidentes de viação com vítimas mortais (%)

¹⁰⁶ Jackson, J., Stafford, M. (2009). Public health and fear of crime: A prospective cohort study. *Br J Criminol*;49(6):832-847. doi:10.1093/bjc/azp033.

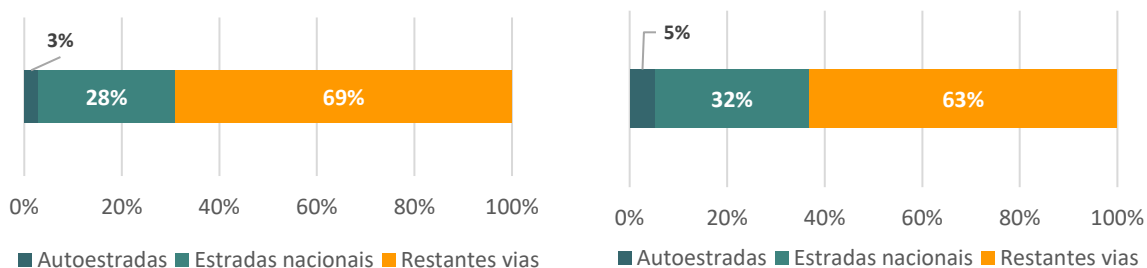


Figura 39 [A-B]. Acidentes de viação [A] e acidentes de viação com vítimas [B] no município de Montemor-o-Velho segundo o tipo de via (%), valores acumulados entre 2014 e 2022.

Fonte: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e INE.

O número de acidentes (expresso em número por 1.000 habitantes) nas **vias com maior sinistralidade** – "Restantes vias" –, que incluem as **vias de responsabilidade municipal**, revela que os valores registados no município de Montemor-o-Velho apresentam alguma variabilidade quando comparados tanto com a Região de Coimbra como com o Continente, embora não divirjam substancialmente destes. Em 2022, o valor registado no município de Montemor-o-Velho situou-se em 3,2‰, que compara com 3,0‰ na Região de Coimbra e 2,5‰ em Portugal Continental (**Figura 40**).

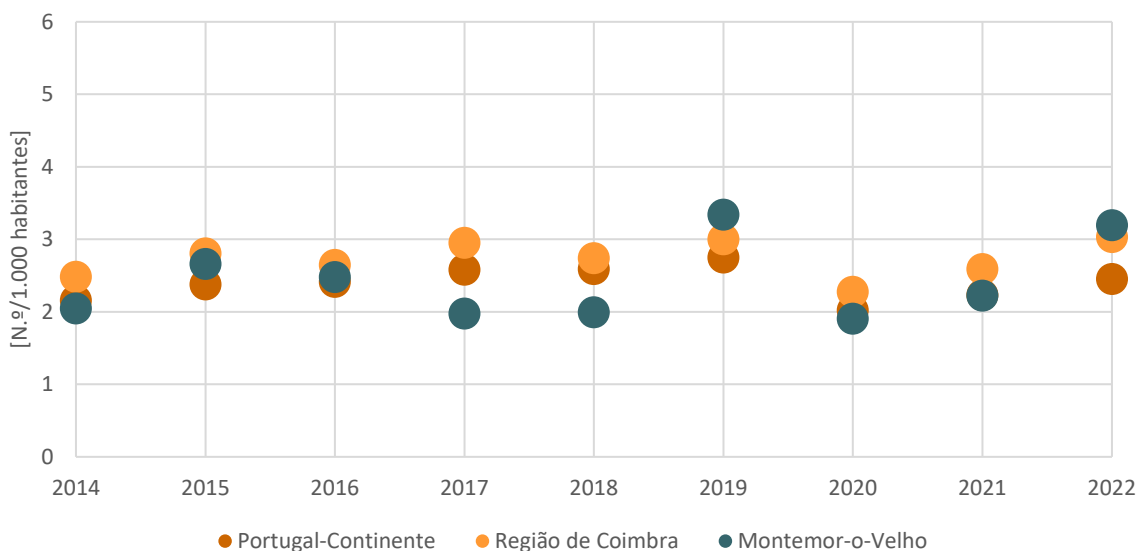


Figura 40. Acidentes de viação registados nas "Restantes vias" no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (N.º por 1.000 habitantes), entre 2014 e 2022.

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e INE, População residente.

A **gravidade dos acidentes de viação** ocorridos no município, entendida como a relação entre o número de vítimas mortais e o número total de acidentes com vítimas, revela um valor que aponta para uma maior gravidade dos acidentes neste território (2,5), quando comparado com os referenciais regional (2,2) e do Continente (1,9), no intervalo temporal observado (**Figura 41**).

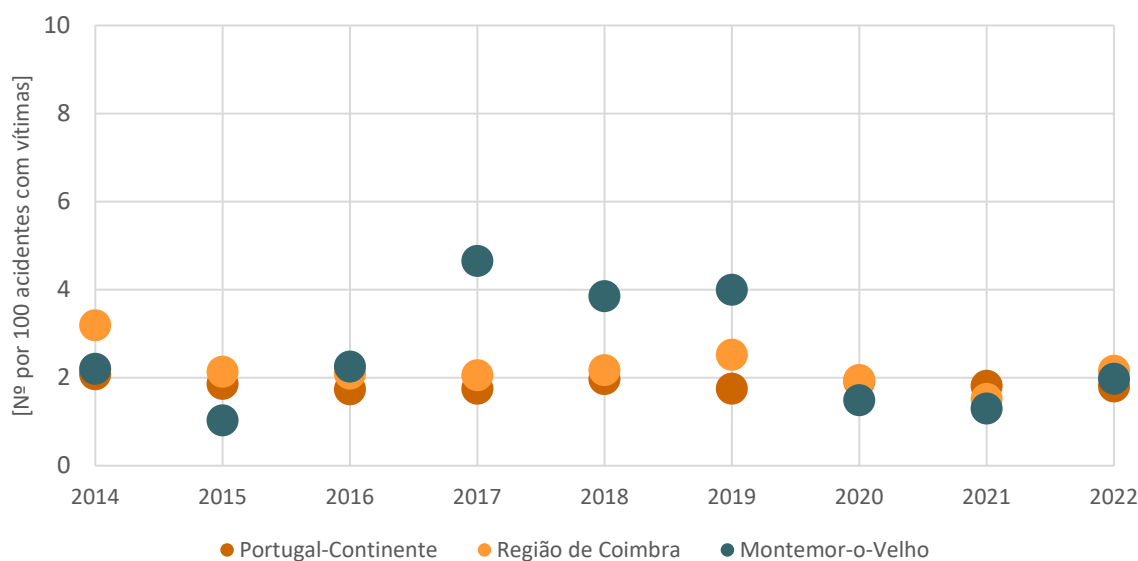


Figura 41. Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (Nº de mortes por 100 acidentes com vítimas), entre 2014 e 2022.

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e INE.

A **tipologia de acidentes com vítimas** mais comum no município entre 2021 e 2023 foi o “**despiste**” correspondendo a 49% do total deste tipo de acidentes, seguido pelas “**colisões**”, com 46% do total e os “**atropelamentos**” com 4%. A **maioria das ocorrências deste tipo de acidentes (atropelamentos)** registaram-se na **freguesia de Carapinheira** no triénio 2021-2023 (três ocorrências) e em vias classificadas como arruamentos (nove ocorrências). Destes atropelamentos, resultaram 11 feridos ligeiros e um ferido grave (**Figura 42**).

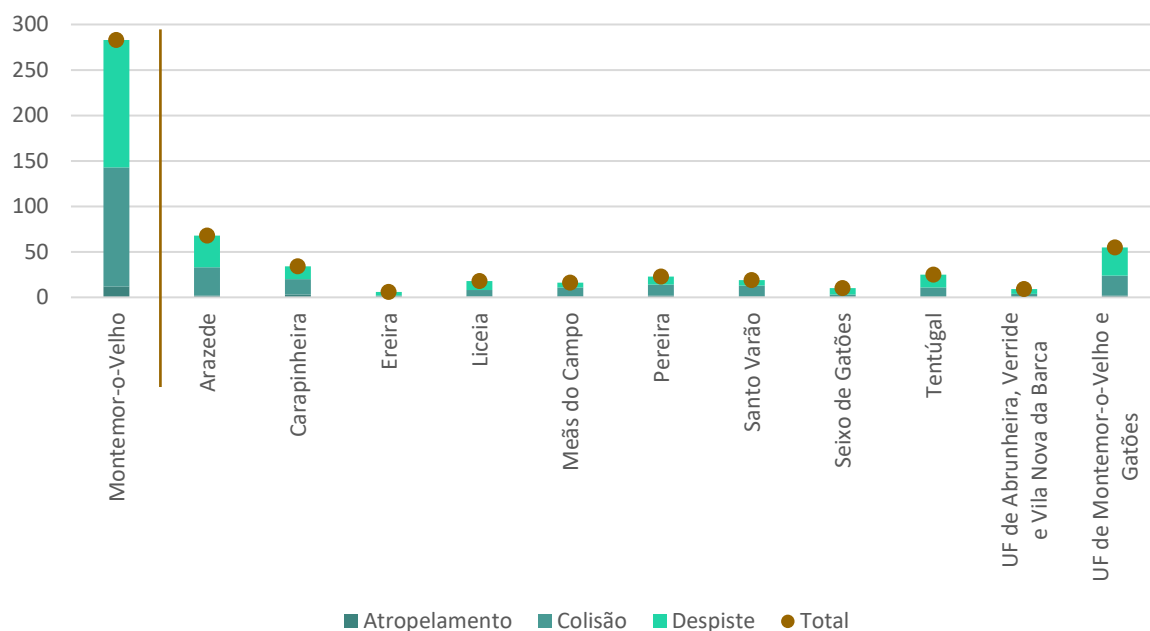


Figura 42. Acidentes de viação com vítimas no município de Montemor-o-Velho, segundo a natureza e freguesia (Nº), valores acumulados entre 2021 e 2023.

Fonte: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR).

7.7.2 Segurança pública

7.7.2.1 Criminalidade

No município de Montemor-o-Velho foram registados, em 2023, pelas autoridades policiais, um total de 422 crimes¹⁰⁷, valor que traduz um **decréscimo** de 20% face a 2014 e de 14% face a 2022 (**Figura 43**).

O registo histórico da taxa de criminalidade no território é marcado por valores geralmente inferiores tanto à média regional como do Continente. Com efeito, a taxa de criminalidade no município foi de 17 crimes por 1.000 habitantes em 2023, que compara com os 26,6 crimes por 1.000 habitantes registados na Região e os 33,1 crimes por 1.000 habitantes no Continente no mesmo ano.

¹⁰⁷ Os crimes registados correspondem às ocorrências criminais denunciadas aos órgãos de polícia criminal ou por outra forma levados ao seu conhecimento. Nos casos em que na mesma ocorrência são referidos vários crimes, é contabilizado apenas aquele que se revela mais grave. Incluem as ocorrências em que os suspeitos são menores de 16 anos ou incapazes.

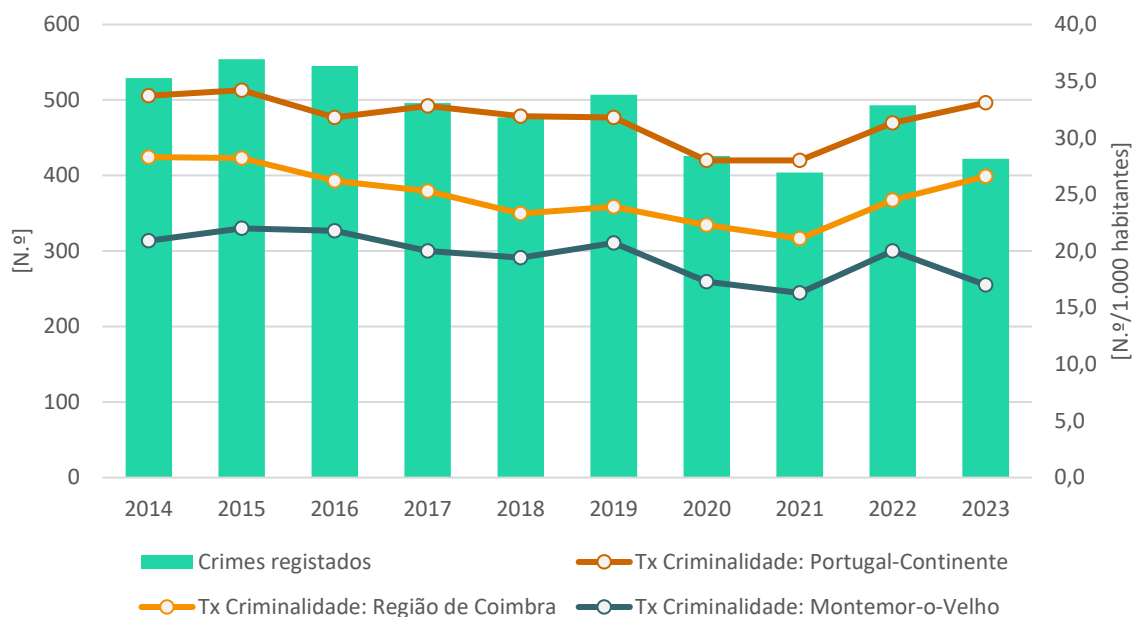


Figura 43. Evolução comparativa dos crimes registados (N.º) e da taxa de criminalidade (N.º por 1.000 habitantes) no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, entre 2014 e 2023.

Fonte: INE, Direcção-Geral da Política de Justiça.

Em termos da **tipologia da criminalidade** registada no município de Montemor-o-Velho, verifica-se que, em 2023, os **crimes contra o património** e os **crimes contra pessoas** correspondem aos tipos de crimes com maior representatividade no total de crimes registados (46% e 28%, respetivamente), seguidos pelos crimes contra a vida em sociedade (16%). A análise da evolução da tipologia da criminalidade registada observada entre 2021 e 2023 permite constatar que:

- os crimes contra as pessoas registaram um aumento relevante no município (+12%), superior ao verificado na Região de Coimbra (+9%) mas inferior ao observado no Continente (+18%);
- os crimes contra o património registaram um decréscimo no município (-17%), em sentido inverso tanto à evolução registada na Região de Coimbra (que registou um acréscimo de 11%), como no Continente (aumento de 21%);
- os crimes contra a vida em sociedade registados no município de Montemor-o-Velho demonstram uma acentuada subida, na ordem dos 45%, enquanto as unidades estatísticas de referência registaram subidas na ordem dos 33% na Região de Coimbra e dos 27% no Continente.

Ainda no que se refere à tipologia de crimes no município de Montemor-o-Velho, importa destacar que os valores reportados, expressos por 1.000 habitantes, são significativamente inferiores aos verificados nos referenciais de comparação nos intervalos temporais analisados (**Quadro 27**). No

último triénio (2021-2023), registaram-se no município de Montemor-o-Velho cerca de 14‰ crimes contra as pessoas, valor que compara com 20‰ na Região de Coimbra e 23‰ em Portugal Continental. Relativamente aos crimes contra o património, Arganil reportou, no mesmo período, 26‰ crimes, face a 34‰ na Região de Coimbra e 46‰ em Portugal Continental.

Quadro 27. Crimes reportados pelas autoridades policiais no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o tipo de crime (Nível 1) (Nº por 1.000 habitantes), 2015-2017, 2018-2020 e 2021-2023.

	Portugal -Continente			Região de Coimbra			Montemor-o-Velho		
	2015-17	2018-20	2021-23	2015-17	2018-20	2021-23	2015-17	2018-20	2021-23
Contra as pessoas ⁽¹⁾	22,9	22,9	23,4	21,2	20,2	19,6	20,0	15,5	13,7
Contra o património ⁽²⁾	51,4	47,4	46,2	40,3	33,2	33,5	36,9	29,1	25,8
Contra identidade cultural/ integridade pessoal ⁽³⁾	0,0	0,0	0,1	-	-	0,0	-	0,0	0,0
Contra vida em sociedade ⁽⁴⁾	14,0	11,5	11,4	11,5	9,8	9,5	8,3	8,1	9,5
Contra o Estado ⁽⁵⁾	1,7	1,6	1,9	1,6	1,6	1,6	1,3	1,0	-
Contra animais companhia ⁽⁶⁾	0,5	0,6	0,5	0,3	0,5	0,4	-	-	-
Legislação avulsa ⁽⁷⁾	8,3	7,7	8,8	4,8	4,3	4,6	5,7	3,4	3,4

Notas:

1) Inclui homicídios, ofensa à integridade física, violência doméstica, violação, difamação, devassa da vida privada ou omissão de auxílio.

2) Inclui furto de bens, roubo por esticção, roubo na via pública, burla ou extorsão.

3) Inclui discriminação e tortura.

4) Inclui contrafação ou falsificação de bens, incêndio ou fogo posto, poluição, tráfico de armas, pirataria, condução perigosa ou com taxa de álcool igual/superior a 1,2g/l, embriaguez, utilização de menor na mendicidade, instigação ao crime e associação criminosa.

5) Inclui crimes contra a soberania nacional, tráfico de influências, desobediência, corrupção, peculato e abuso de autoridade.

6) Inclui maus tratos e abandono de animais.

7) Inclui tráfico, consumo ou cultivo de estupefacientes, terrorismo, auxílio à imigração ilegal, angariação de mão-de-obra ilegal, emissão de cheque sem provisão, burla fiscal, contrabando, crimes contra a saúde pública, segurança social ou a economia, crimes de jogo e condução sem habilitação legal.

Fonte: Cálculos próprios a partir do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça, da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça e INE, Estimativas da População Residente.

Considerando a desagregação por tipo de crime, verifica-se que, no mesmo período, o crime mais reportado foi o da “Violência doméstica cônjuge/análogo” (126 crimes) “Condução com taxa de álcool $\geq 1,2\text{g/l}$ ” (120 crimes), seguindo-se a categoria “Furto em veículo motorizado” (95 crimes) e a “Ofensa à integridade física” (82 crimes) (Figura 44).

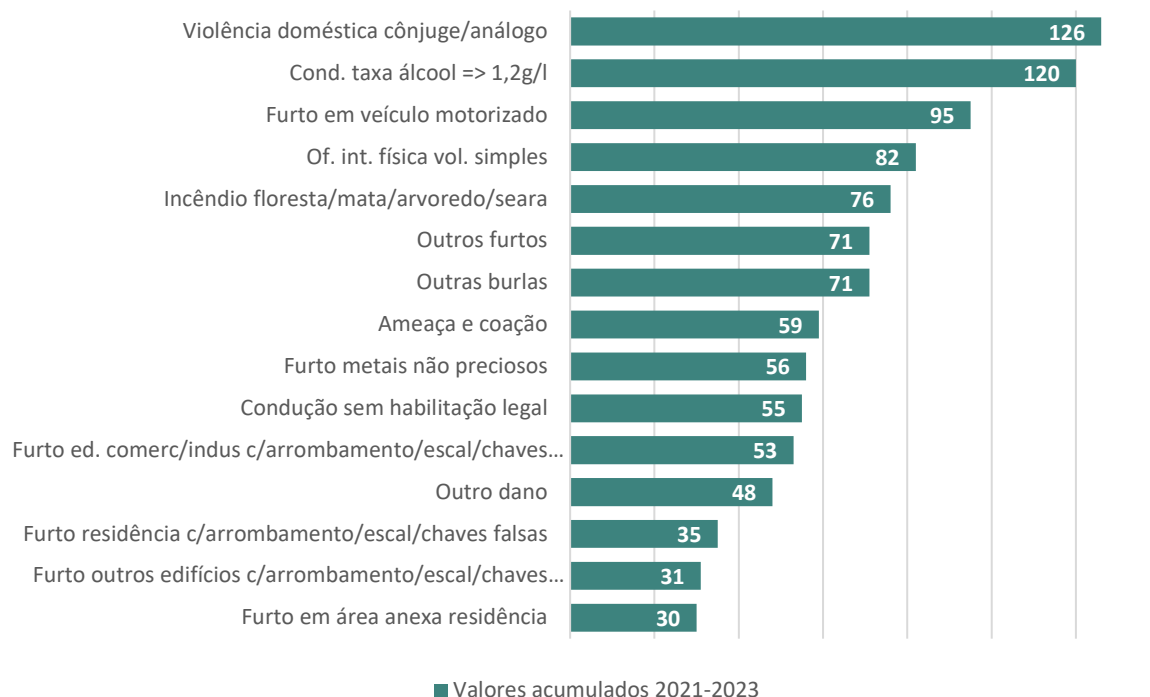


Figura 44. Crimes reportados pelas autoridades policiais no município de Montemor-o-Velho (Top 15), segundo o tipo de crime (Nível 3) (Nº), valores acumulados 2021-2023.

Fonte: Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça, da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

7.7.2.2 Violência contra crianças e jovens

A violência contra crianças e jovens diz respeito a qualquer ação ou omissão não acidental, praticada pelos pais e mães, cuidadores ou outrem, que ameace a segurança, dignidade e desenvolvimento biopsicossocial e afetivo da criança ou jovem. Existem várias formas de violência, nomeadamente: **negligência, maus-tratos físicos, maus-tratos psicológicos/emocionais, abuso sexual** e Síndrome de Münchhausen por Procuração.¹⁰⁸

As crianças e jovens vítimas de violência são sempre afetadas negativamente no seu desenvolvimento, saúde e bem-estar. As **consequências** podem ser variadas e podem surgir de imediato e/ou refletirem-se **ao longo da vida**: (i) **físicas** (lesões abdominais, torácicas, cerebrais, no sistema nervoso central, oculares, fraturas, feridas, hematomas, cortes, arranhões, escaldões e queimaduras, incapacidade física); (ii) **sexuais e reprodutivas** (problemas sexuais e reprodutivos, disfunções sexuais, infeções de transmissão sexual, gravidez indesejada); (iii) **psicológicas e comportamentais** (abuso de substâncias tóxicas, como o álcool, o tabaco e as drogas, défice cognitivo

¹⁰⁸ SNS 24 (2023). Guia de Prevenção da violência contra crianças e jovens. < <https://www.sns24.gov.pt/guia/prevencao-da-violencia-contra-criancas-e-jovens/#o-que-e-considerada-violencia-contra-criancas-e-jovens> >

ou atrasos no desenvolvimento, depressão e ansiedade, perturbações alimentares e do sono, baixo rendimento escolar, sentimentos de vergonha e culpa, comportamentos delinquentes, agressivos, suicidas ou automutilação). Importa, por este motivo, analisar este problema à escala local para definir estratégias específicas e adequadas de prevenção.

A nível municipal, a **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** tem tido um papel fundamental neste âmbito, ao promover os direitos das crianças e dos jovens e a criar condições de prevenção e intervenção relativamente a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral das crianças e jovens.

No município de Montemor-o-Velho, é possível observar que o movimento processual da CPCJ operado nos últimos anos tem apresentado valores crescentes entre 2019 e 2024 (**Quadro 28**).

Quadro 28. Caraterização processual da atividade da CPCJ do município de Montemor-o-Velho (Nº), entre 2019 e 2024.

	Montemor-o-Velho (Nº de processos)					
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
N.º total de processos	75	66	80	78	80	99
N.º de processos ativos a 31.12	42	33	60	44	59	47
N.º de processos transitados do ano anterior	34	41	30	60	44	46
N.º de processos reabertos	8	9	9	8	1	-
N.º de processos arquivados	24	34	18	45	16	54

Fonte: Município de Montemor-o-Velho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Barton, H., Grant, M. (2006). A health map for the local human habitat. *Journal of the Royal Society for the Promotion of Public Health*, 126 (6):252-3. <https://doi.org/10.1177/1466424006070466>
2. BCSD Portugal (2022). Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Link: <https://ods.pt/objectivos/12-producao-e-consumo-sustentaveis/>.
3. Braveman, P. (2003). Defining equity in health. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 57(4):254-8. <https://doi.org/10.1136/jech.57.4.254>
4. Braveman, P. (2014). What are health disparities and health equity? We need to be clear. *Public Health Reports*, 129(1_suppl2):5-8. <<https://doi.org/10.1177/003335491412915203>>
5. Carvalho, B., Fonseca, M., Peralta, S. (2023). Pobreza Energética em Portugal: Uma análise municipal. Relatório Anual “Portugal, Balanço Social. Fundação “la Caixa”, BPI e Nova SBE. <https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/2023/Nota_BS_Energy_dez_2023.pdf>
6. Costa, C., Tenedório, J., Santana, P. (2020). Disparities in Geographical Access to Hospitals in Portugal. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 9(10) 567 <<https://doi.org/10.3390/ijgi9100567>>
7. Daalen, K. et al. (2024). The 2024 Europe report of the Lancet Countdown on health and climate change: Unprecedented warming demands unprecedented action. *The Lancet Public Health*, 9(7), e495–e522. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(24\)00055-0](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(24)00055-0)
8. Dahlgren, G., Whitehead, M. (1991). *Policies and Strategies to Promote Social Equity in Health. Background document to WHO - Strategy paper for Europe*. Stockholm, Sweden: Institute for Futures Studies.
9. Direção-Geral da Saúde (2013). Plano Nacional de Saúde 2012-2016. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
10. Ehlinger, E. (2016). *Health equity and health in all policies approaches in public health policymaking*. 2016 ASTHO Annual Meeting.
11. EUROFOUND (2016). *Inadequate Housing in Europe: Costs and Consequences*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
12. European Environment Agency (EEA) (2022). Air quality in Europe 2022. Copenhagen: European Environment Agency. Link: <https://www.eea.europa.eu/publications/air-quality-in-europe-2022/air-quality-in-europe-2022>
13. European Union (2023). *European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU- SILC)*. <<https://ec.europa.eu/eurostat/web/income-and-living-conditions/overview>>
14. Freitas, Â., Santana, P. (2022). Putting Health at the Heart of Local Planning Through an Integrated Municipal Health Strategy, *Urban Planning*, Special Issue "Healthy Cities: Effective Urban Planning Approaches to a Changing World", 7(4): 42-60.< <https://doi.org/10.17645/up.v7i4.5829>>
15. Freitas, Â., Santana, P., Oliveira, M.D. et al. (2018). Indicators for evaluating European population health: a Delphi selection process. *BMC Public Health* 18, 557. <<https://doi.org/10.1186/s12889-018-5463-0>>
16. Guagliardo, F. (2004). Spatial accessibility of primary care: concepts, methods and challenges. *International Journal of Health Geographics*. 3(1):3. < <https://doi.org/10.1186/1476-072X-3-3>>

17. Hunter, F., Nieuwenhuijsen, M., Fabian, C., Murphy, N., O'Hara, K., Rappe, E., Sallis, J. F., Lambert, E. V., Duenas, O. L. S., Sugiyama, T., & Kahlmeier, S. (2023). Advancing urban green and blue space contributions to public health. *The Lancet Public Health*, 8(9), e735–e742. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(23\)00156-1](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(23)00156-1)
18. Jackson, J., Stafford, M. (2009). Public health and fear of crime: A prospective cohort study. *Br J Criminol*;49(6):832-847. doi:10.1093/bjc/azp033.
19. Jia, P., Wang, F., Xierali, I.M. (2019). Differential effects of distance decay on hospital inpatient visits among subpopulations in Florida, USA. *Environ Monit Assess*. 28;191(Suppl 2):381 <<https://doi.org/10.1007%2Fs10661-019-7468-2>>
20. Kindig, D., Stoddart, G. (2003). What is population health? *American Journal of Public Health*, 93(3):380-3. <<https://dx.doi.org/10.2105%2Fajph.93.3.380>>.
21. Marmot, M., Allen, J., Bell, R., Bloomer, E., Goldblatt, P. (2012). WHO European review of social determinants of health and the health divide. *Lancet*. 380:1011–29.
22. Marmot, M. (2005). Social determinants of health inequalities. *The Lancet*, 365(9464):1099-104. <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(05\)71146-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(05)71146-6)>.
23. Mattiello, A., Chiodini, P., Bianco, E., Forgione, N., Flammia, I., Gallo, C., Pizzuti, R., Panico, S. (2013). Health effects associated with the disposal of solid waste in landfills and incinerators in populations living in surrounding areas: a systematic review. *Int J Public Health*. 58(5).
24. McGowan, V., Bamba, C. (2022). COVID-19 mortality and deprivation: pandemic, syndemic, and endemic health inequalities. *Lancet Public Health*, 7: e966–75. <[https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(22\)00223-7](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(22)00223-7)>
25. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde. (2013). Plano Nacional de Saúde 2012 - 2016: Versão Resumo. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
26. Mseke, E.P., Jessup, B., Barnett, T. (2024). Impact of distance and/or travel time on healthcare service access in rural and remote areas: A scoping review. *Journal of Transport & Health*, 101819 <<https://doi.org/10.1016/j.jth.2024.101819>>
27. Nolte, E., McKee, M. (2008). *Measuring The Health Of Nations: Updating An Earlier Analysis*. Project HOPE–The People-to-People Health Foundation, Inc.
28. OECD/Eurostat (2022). OECD/Eurostat lists of preventable and treatable causes of death (January 2022 version). Link: <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/data/datasets/oecd-health-statistics/avoidable-mortality-2019-joint-oecd-eurostat-list-preventable-treatable-causes-of-death.pdf>
29. OECD (2010). *Improving Health and Social Cohesion through Education, Educational Research and Innovation*. Paris: OECD Publishing. <<https://doi.org/10.1787/9789264086319-en>>
30. Oliveira, A., Nossa, P., Mota-Pinto, A. (2019). Avaliação da Capacidade Funcional e Fatores Determinantes do Declínio Funcional em Idosos: Um Estudo Transversal. *Acta Médica Portuguesa*, 32(10):654–660. <https://doi.org/10.20344/amp.11974>
31. Ollila, E., Baum, F., Peña, S. (2013). Introduction to health in all policies and the analytical framework of the book. In: Cook, S., Leppo, K., Ollila, E., Peña, S., Wismar, M. (Eds.) *Health in all policies: seizing opportunities, implementing policies*. Helsinki: Ministry of Social Affairs and Health, 3-24.

32. Patra, J., Taylor, B., Rehm, J., Baliunas, D., Popova, S. (2007). Substance-attributable morbidity and mortality changes to Canada's epidemiological profile: measurable differences over a ten-year period. *Can J Public Health*. 98(3):228-34.
33. Pickett, K.E., Wilkinson, R.G. (2015). Income inequality and health: A causal review. *Social Science and Medicine*; 128:316-326.
34. Rehill, N., Armstrong, B., Wilkinson, P. (2015). Clarifying life lost due to cold and heat: a new approach using annual time series. *BMJ Open*. 5(4):e005640-e005640.
35. Rey-Brandariz, J., Ravara, S., López-Vizcaíno, E., Santiago-Pérez, M. I., Ruano-Ravina, A., Candal-Pedreira, C., Varela-Lema, L., Mourino, N., Aguiar, P., & Pérez-Ríos, M. (2023). Smoking-attributable mortality in Portugal and its regions in 2019. *Pulmonology*.
<https://doi.org/10.1016/j.pulmoe.2023.09.006>
36. Santana, P., Costa, C., Freitas, A, Stefanik, I., Quintal, C., Bana e Costa, C., Borrell, C., ... et al. (2017). *Atlas of Population Health in European Union Regions*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1463-2>>
37. Santana, P. (Coordenação) (2015). *A Geografia da Saúde da População. Evolução nos últimos 20 anos em Portugal Continental*. Coimbra: CEGOT-UC.<<http://dx.doi.org/10.17127/cegot/2015.GS>>
38. Santana, P. (2014). *Introdução à Geografia da Saúde: Território, Saúde e Bem-Estar, 1ª Edição*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
39. Santana, P. (Coordenação) (2007). *A Cidade e a Saúde*. Coimbra: Edições Almedina SA.
40. Santana, P. (2005). *Geografias da Saúde e do Desenvolvimento. Evolução e Tendências em Portugal*. Coimbra: Edições Almedina SA.
41. Santana, P. (1993). *Acessibilidade e utilização dos serviços de saúde: ensaio metodológico em geografia da saúde*. Tese de Doutoramento em Letras (Geografia Humana) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
42. SNS 24 (2023). Guia de Prevenção da violência contra crianças e jovens. <<https://www.sns24.gov.pt/guia/prevencao-da-violencia-contra-criancas-e-jovens/#o-que-e-considerada-violencia-contra-criancas-e-jovens>>
43. Verberkmoes, N., Soliman, Hamad, M., Ter Woorst, J., Tan, M., Peels, C., van Straten, A. (2012). Impact of temperature and atmospheric pressure on the incidence of major acute cardiovascular events. *Neth Heart J*. May;20(5):193-6. doi: 10.1007/s12471-012-0258-x. PMID: 22328355; PMCID: PMC3346877.
44. WHO Regional Office for Europe (2019). Healthy, prosperous lives for all: the European Health Equity Status Report. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe. <<https://www.euro.who.int/en/publications/abstracts/health-equity-status-report-2019>>
45. WHO Regional Office for Europe. (2019). *A multilevel governance approach to preventing and managing noncommunicable diseases: The role of cities and urban settings*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/346430/WHO-EURO-2019-3644-43403-60942-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
46. WHO Regional Office for Europe. (2012). *Addressing the social determinants of health: the urban dimension and the role of local government*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe. <<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/130067/9789289002691-eng.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>.

47. WHO-CSDH (2008). *Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. Final report of the Commission on Social Determinants of Health*. Geneva: World Health Organization.
48. Woolf, S.H., Simon, S.M., Aron, L., Zimmerman, E., Dubay, L., Luk, K.X. (2015). *How Are Income and Wealth Linked to Health and Longevity?*, 1-22.
49. World Health Organization (WHO) (2024). *Alcohol. Fact Sheet*. Link: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/alcohol>
50. World Health Organisation (WHO) (2023). *Household air pollution. Fact sheet*. Link: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/household-air-pollution-and-health>.
51. World Health Organization (2021). *WHO Report on the Global Tobacco Epidemic 2021: Addressing New and Emerging Products*. Geneva: World Health Organization.
52. World Health Organization (WHO) (2016). *Health promotion*. World Health Organization. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/health-promotion>>
53. World Health Organization (WHO) (2014). *Health in all policies. Helsinki statement framework for country action*. Geneva: World Health Organization. <<https://www.who.int/publications/i/item/978924106908>>
54. World Health Organisation (WHO) (2013). *Health Risks of Air Pollution in Europe – HRAPIE Project, Recommendations for Concentration–response Functions for Cost–benefit Analysis of Particulate Matter, Ozone and Nitrogen Dioxide*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.
55. World Health Organisation (WHO) (2010). *Poverty, social exclusion and health systems in the WHO European Region*. Copenhagen: WHO European Office for Investment for Health and Development.
56. World Health Organization (WHO) (1986). *Ottawa Charter for Health Promotion: First International Conference on Health Promotion*. Ottawa: World Health Organisation. <https://www.healthpromotion.org.au/images/ottawa_charter_hp.pdf>
57. World Health Organization (WHO) (1946). *Constitution of the World Health Organization*. Geneva: World Health Organization.
58. Zhang, Y., Peng, L., Kan, H., Xu, J., Chen, R., et al. (2014) Effects of Meteorological Factors on Daily Hospital Admissions for Asthma in Adults: A Time-Series Analysis. *PLOS ONE* 9(7): e102475. <>
59. Zimmerman, E., Woolf, S.H. (2014). *Understanding the relationship between education and health*. Discussion Paper. Washington, DC: Institute of Medicine.

Websites:

1. Instituto Nacional de Estatística (INE). Link: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE
2. Atlas dos Municípios Saudáveis. Link: <https://atlasmusicipiossaudaveis.pt/>

ÍNDICE DE FIGURAS, MAPAS E QUADROS

Índice de Figuras

Figura 1. Quadro de transferência de competências para o município.	13
Figura 2. Domínios de intervenção dos municípios com influência na saúde da população.	13
Figura 3. Processo de desenvolvimento da Estratégia Municipal de Saúde.....	16
Figura 4. Dimensões da abordagem conceptual de avaliação da saúde da população.....	19
Figura 5. A Abordagem Integrada da Saúde da População.	21
Figura 6. A Abordagem Multidimensional dos Determinantes da Saúde e Bem-Estar.	22
Figura 7. A Abordagem Intersectorial “Saúde em Todas as Políticas”.	23
Figura 8. Modelo de avaliação da saúde no Perfil Municipal de Saúde.	25
Figura 9 [A-B]. Tipologia de área de residência das freguesias e UF do município de Montemor-o-Velho, segundo [A] a população residente e [B] o escalão etário, 2021 (%).	33
Figura 10. Evolução da população residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, 1991-2021.....	36
Figura 11. Dinâmica evolutiva da população residente, no município de Montemor-o-Velho, Portugal (Continente) e Região de Coimbra, 2011-2021.....	36
Figura 12. Variação da população residente no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2011-2021.	38
Figura 13. Estrutura etária da população residente no município de Montemor-o-Velho, segundo o sexo, 2011-2021.	38
Figura 14. Evolução Comparativa da Esperança de Vida à Nascimento no município de Montemor-o-Velho e na Região de Coimbra, por sexo (anos), entre 1999 e 2023.	41
Figura 15. Posicionamento relativo do município de Montemor-o-Velho e Região de Coimbra relativamente às Taxas de Mortalidade Padronizada por grandes Causas de Morte, 2017-2021 (em comparação com o Continente que corresponde ao valor 100).	47
Figura 16. Proporção de utentes nos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, segundo os 10 principais diagnósticos (%), 2023.....	54
Figura 17. População residente com 65 ou mais anos que tem muita dificuldade ou não consegue realizar a ação, segundo o sexo, no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%), 2021.....	57
Figura 18. Nível de escolaridade da população residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o sexo (%), 2021.	79
Figura 19. Nível de escolaridade da população residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o escalão etário (%), 2021.	80
Figura 20. Taxa de analfabetismo da população residente (%) no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o sexo, 2021.....	82
Figura 21. Taxa de abandono precoce de educação e formação, no município de Montemor-o-Velho (%), em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo a freguesia, 2011 e 2021.	83
Figura 22. População residente com 15 e mais anos no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o grupo etário e a fonte de rendimento (%), 2021.....	86
Figura 23. População empregada segundo a profissão e o sexo, de acordo com a CPP, no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%), 2021.....	87

Figura 24. Evolução do ganho médio mensal, total e dos trabalhadores não qualificados (CPP9), no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (Euros), entre 2013 e 2021.....	88
Figura 25. Pensionistas (N.º) e valor médio anual das pensões da Segurança Social (Euros) no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, entre 2013 e 2022.	89
Figura 26. Evolução do desemprego registado no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o sexo (N.º), entre 2014 e 2023.	90
Figura 27. Evolução do desemprego registado com tempo de inscrição igual ou superior a 1 ano no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (N.º), entre 2014 e 2023.	91
Figura 28. Evolução do desemprego registado no grupo etário com menos de 25 anos no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (N.º), entre 2014 e 2023.	91
Figura 29. Beneficiários/as de subsídio de desemprego da Segurança Social no município de Montemor-o-Velho, segundo o sexo (N.º), entre 2014 e 2022.	92
Figura 30. Beneficiários/as do RSI da Segurança Social no município de Montemor-o-Velho, segundo o sexo (N.º), entre 2014 e 2022.	93
Figura 31. Evolução do número de beneficiários/as com prestações de CSI processadas no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (N.º), entre 2014 e 2023.	95
Figura 32. Beneficiários/as de Ação Social Escolar (Escalações A e B), no município de Montemor-o-Velho (%), entre os anos letivos 2014/2015 e 2023/24.	96
Figura 33. Edifícios segundo a dimensão da necessidade de reparação no município de Montemor-o-Velho (%), 2021. ...	101
Figura 34. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com entrada não acessível a cadeira de rodas no município de Montemor-o-Velho (freguesias), em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%), 2021.	103
Figura 35. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual segundo o tipo de aquecimento no município de Montemor-o-Velho (segundo a freguesia), em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%), 2021.	105
Figura 36. Meio de transporte principal utilizado nos movimentos pendulares no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%) 2011 e 2021.	107
Figura 37. Emissão de gases para a atmosfera no município de Montemor-o-Velho, segundo o tipo de poluente e fonte de emissão (kton – quilotoneladas), 2017 e 2019.	112
Figura 38. Resíduos urbanos geridos por tipo de destino no município de Montemor-o-Velho em comparação com a Região de Coimbra e Portugal-Continental (%), 2022.	114
Figura 39 [A-B]. Acidentes de viação [A] e acidentes de viação com vítimas [B] no município de Montemor-o-Velho segundo o tipo de via (%), valores acumulados entre 2014 e 2022.	116
Figura 40. Acidentes de viação registados nas “Restantes vias” no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (N.º por 1.000 habitantes), entre 2014 e 2022.	116
Figura 41. Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (N.º de mortes por 100 acidentes com vítimas), entre 2014 e 2022.	117
Figura 42. Acidentes de viação com vítimas no município de Montemor-o-Velho, segundo a natureza e freguesia (N.º), valores acumulados entre 2021 e 2023.	118
Figura 43. Evolução comparativa dos crimes registados (N.º) e da taxa de criminalidade (N.º por 1.000 habitantes) no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, entre 2014 e 2023.	119
Figura 44. Crimes reportados pelas autoridades policiais no município de Montemor-o-Velho (Top 15), segundo o tipo de crime (Nível 3) (N.º), valores acumulados 2021-2023.	121

Índice de Mapas

Mapa 1. Enquadramento geográfico e administrativo do município de Montemor-o-Velho na Região de Coimbra.....	30
Mapa 2. Freguesias e UF do município de Montemor-o-Velho.	30
Mapa 3. Mapa hipsométrico do município de Montemor-o-Velho.	31
Mapa 4. Tipologia de área de residência das freguesias e UF do município de Montemor-o-Velho, segundo a localização geográfica, 2021.....	33
Mapa 5. População residente no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (Nº), 2021.	37
Mapa 6. Densidade populacional no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (Nº hab./Km²), 2021.....	37
Mapa 7. Índice de envelhecimento no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia, 2021.	40
Mapa 8. Mortalidade prematura no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (TMP/100.000 hab.), 2018-2022.	45
Mapa 9 [A-B]. Taxas de Mortalidade Padronizada por causas de morte “evitáveis” – preveníveis [A] e tratáveis [B] no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia e UF (Nº por 100.000 habitantes), 2017-2021.	51
Mapa 10 [A-B]. Taxas de Mortalidade Padronizada por causas de morte atribuíveis ao Consumo de Álcool [A] e Consumo de Tabaco [B] no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia e UF (Nº por 100.000 habitantes), 2017-2021.	52
Mapa 11. Internamento hospitalar no município de Montemor-o-Velho, por causas sensíveis a Cuidados de Ambulatório, segundo a freguesia (Nº por 100.000 habitantes), 2021-2023.	56
Mapa 12. Internamento hospitalar no município de Montemor-o-Velho, por causas evitáveis por Prevenção Primária, segundo a freguesia (Nº por 100.000 habitantes), 2021-2023.	56
Mapa 13. Acessibilidade geográfica (em isócronas de tempo) à unidade funcional de Cuidados de Saúde Primários mais próxima no município de Montemor-o-Velho (minutos de automóvel), 2024.	65
Mapa 14. Acessibilidade geográfica ao Hospital Público mais próximo com Serviço de Urgência (Básica, Médico-cirúrgica ou Polivalente), no município de Montemor-o-Velho (minutos de automóvel), 2024.	73
Mapa 15. Acessibilidade geográfica ao Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil (IPO), no município de Montemor-o-Velho (minutos de automóvel), 2024.....	73
Mapa 16. Acessibilidade geográfica à Maternidade pública mais próxima, no município de Montemor-o-Velho (minutos de automóvel), 2024.	74
Mapa 17. Acessibilidade geográfica ao Hospital Público mais próximo com Serviço de Pediatria (consultas), no município de Montemor-o-Velho (minutos de automóvel), 2024.....	74
Mapa 18. Consultas externas segundo a freguesia de residência dos utentes no município de Montemor-o-Velho (Nº por habitante), 2023.....	75
Mapa 19. Episódios de urgência geral segundo a freguesia de residência dos utentes no município de Montemor-o-Velho (Nº por habitante), 2023.	75
Mapa 20. Consultas externas por episódio de urgência segundo a freguesia de residência dos utentes no município de Montemor-o-Velho (Nº), 2023.....	76
Mapa 21. Utesntes que recorreram ao serviço de urgência mais de 4 vezes durante 1 ano segundo a freguesia de residência dos utentes no município de Montemor-o-Velho (%), 2023.....	76
Mapa 22. Farmácias no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (Nº por 1.000 habitantes), 2024.....	77

Mapa 23. Proporção da população residente com 21 e mais anos com ensino superior completo, no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.	81
Mapa 24. Taxa de abandono precoce de educação e formação, no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.	84
Mapa 25. Beneficiários/as do RSI da Segurança Social no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (Nº por 1.000 habitantes), 2022.	94
Mapa 26. Beneficiários/as do CSI da Segurança Social no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2022.	95
Mapa 27. População com 65 ou mais anos a viver só no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.	99
Mapa 28. Edifícios com necessidades de reparação médias e profundas no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.	102
Mapa 29. População residente em edifícios com mais de 3 andares e sem elevador no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.	103
Mapa 30. Duração média dos movimentos pendulares da população empregada ou estudante residente no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (minutos), 2021.	106
Mapa 31. População residente que utiliza o automóvel como meio de transporte principal nas deslocações casa-trabalho ou casa/local de estudo no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.	108
Mapa 32 [A-B]. População residente que utiliza modos suaves [A] e transportes públicos [B] como meios de transporte principais nas deslocações casa-trabalho ou casa/local de estudo no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (%), 2021.	108
Mapa 33. Localização dos espaços verdes e azuis de fruição no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia, 2024.	109

Índice de Quadros

Quadro 1. Índices demográficos da população residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, em 2011 e 2021.	39
Quadro 2. Evolução comparativa das Taxas de Mortalidade Infantil, Perinatal e Neonatal no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, (Nº por 1.000 nados vivos), entre 1999 e 2023.	44
Quadro 3. Evolução comparativa das Taxas de Mortalidade Padronizada por grandes Causas de Morte no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (Nº por 100.000 habitantes), entre 1999-2003 e 2017-2021.	46
Quadro 4. Evolução comparativa das Taxas de Mortalidade Padronizada por grandes Causas de Morte, na população masculina residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (Nº por 100.000 habitantes), 1999-2003 e 2017-2021.	48
Quadro 5. Evolução comparativa das Taxas de Mortalidade Padronizada por grandes Causas de Morte, na população feminina residente no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (Nº por 100.000 habitantes), 1999-2003 e 2017-2021.	48
Quadro 6. Utentes nos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra segundo o diagnóstico, total (N.º) e proporção (%), 2023.	53

Quadro 7. Internamentos hospitalares por causa de internamento no município de Montemor-o-Velho e na Região de Coimbra (Nº por 100.000 habitantes), 2010-2012 e 2021-2023.	55
Quadro 8. Utentes inscritos/as nos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra segundo o comportamento aditivo, total (N.º) e proporção (%), 2023.	59
Quadro 9. Utentes com problemas relacionados com o uso de álcool inscritos/as na rede pública de tratamento (ambulatório) que iniciaram tratamento no ano e utentes em tratamento no ano (N.º), segundo o sexo, no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, 2022.	60
Quadro 10. Evolução dos/as utentes com problemas relacionados com o uso de álcool inscritos/as na rede pública de tratamento (ambulatório) que iniciaram tratamento no ano e utentes em tratamento no ano (N.º) no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, 2019-2022.	61
Quadro 11. Utentes com problemas relacionados com o uso de drogas inscritos/as na rede pública de tratamento (ambulatório) que iniciaram tratamento no ano e utentes em tratamento no ano (N.º), segundo o sexo, no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, 2022.	61
Quadro 12. Evolução dos/as utentes com problemas relacionados com o uso de drogas inscritos/as na rede pública de tratamento (ambulatório) que iniciaram tratamento no ano e utentes em tratamento no ano (N.º) no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, 2019-2022.	62
Quadro 13. Unidades funcionais dos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, 2024.	64
Quadro 14. População residente por intervalos de distância (em minutos de automóvel) à unidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP) mais próxima no município de Montemor-o-Velho (Nº e %), 2021.	65
Quadro 15. Recursos Humanos nos Cuidados de Saúde Primários do município de Montemor-o-Velho segundo a Unidade Funcional, 2025.	66
Quadro 16. Utentes inscritos/as nos Cuidados de Saúde Primários sem médico de família no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, total (N.º) e proporção (%), 2023.	66
Quadro 17. Caracterização dos/as utentes inscritos/as nos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego e na Região de Coimbra, total (N.º) e proporção (%), 2023.	67
Quadro 18. Acesso a Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego, na Região de Coimbra e em Portugal-Continente, 2023.	67
Quadro 19. Rastreamentos de doenças oncológicas nos Cuidados de Saúde Primários no município de Montemor-o-Velho, na ULS do Baixo Mondego, na Região de Coimbra e em Portugal-Continente, proporção (%), 2023.	68
Quadro 20. População residente por intervalos de distância (em minutos de automóvel) ao hospital público mais próximo com serviço de urgência (Básica, Médico-cirúrgica ou Polivalente) e IPO de Coimbra, no município de Montemor-o-Velho (Nº e %), 2024.	72
Quadro 21. População residente por intervalos de distância (em minutos de automóvel) à maternidade pública e hospital público com serviço de pediatria mais próximos, no município de Montemor-o-Velho (Nº e %), 2024.	74
Quadro 22. População empregada segundo a atividade económica no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, (CAE Rev. 3) (Nº e %), 2021.	86
Quadro 23. Beneficiários/as do RSI da Segurança Social, no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o grupo etário (Nº e %), 2022.	93
Quadro 24. Beneficiários/as dos programas municipais de apoio à população residente em situação de carência no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia (Nº), entre 2022 e 2024.	98

Quadro 25. População com 65 ou mais anos a viver só no município de Montemor-o-Velho (freguesias), em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra (%), segundo o sexo, 2011 e 2021.....	99
Quadro 26. Espaços verdes e azuis de fruição no município de Montemor-o-Velho, segundo a freguesia, 2024.....	110
Quadro 27. Crimes reportados pelas autoridades policiais no município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, segundo o tipo de crime (Nível 1) (Nº por 1.000 habitantes), 2015-2017, 2018-2020 e 2021-2023.	120
Quadro 28. Caracterização processual da atividade da CPCJ do município de Montemor-o-Velho (Nº), entre 2019 e 2024.	122
Quadro 29. Mortalidade evitável por causas preveníveis (0 aos 74 anos) - Causas de morte	134
Quadro 30. Mortalidade evitável por causas tratáveis (0 aos 74 anos) - Causas de morte	135
Quadro 31. Mortalidade atribuível ao consumo de tabaco e álcool – Causas de morte	137
Quadro 32. Frações de mortalidade atribuível ao consumo de tabaco, por grupo etário	138
Quadro 33. Frações de mortalidade atribuível ao consumo de álcool, por grupo etário	138

ANEXOS

ANEXO I – Lista de causas de morte

Quadro 29. Mortalidade evitável por causas preveníveis (0 aos 74 anos) - Causas de morte

Causas de morte	ICD-10	Peso ⁽¹⁾
Doenças intestinais	A00-A09	100%
Difteria, tétano, poliomielite	A35, A36, A80	
Tosse convulsa	A37	
Infeção por meningococos	A39	
Sépsis por estreptococo, pneumonia e por haemophilus influenzae	A40.3, A41.3	
Infeção por haemophilus influenzae	A49.2	
Doenças sexualmente transmissíveis, exceto HIV SIDA	A50-A60, A63, A64	
Varicela	B01	
Sarampo	B05	
Rubéola	B06	
Hepatite viral	B15-B19	
HIV e SIDA	B20-B24	
Malária	B50-B54	
Meningite	G00.0, G00.1	
Tumor maligno do lábio, cavidade oral e faringe	C00-C14	
Tumor maligno do esófago	C15	
Tumor maligno do estômago	C16	
Tumor maligno do fígado	C22	
Tumor maligno do pulmão	C33-C34	
Mesotelioma	C45	
Tumor maligno da pele	C43	
Tumor maligno da bexiga	C67	
Anemia por deficiência nutricional	D50-D53	
Gripe	J09-J11	
Pneumonia por estreptococo ou haemophilus influenzae	J13-J14	
Doença respiratória crónica	J40-J44	
Doença pulmonar por agente externo	J60-J64, J66-J70, J82, J92	
Tétano neonatal	A33	
Tétano obstétrico	A34	
Certas más formações congénitas	Q00, Q01, Q05	
Acidentes de viação	V01-V99	
Lesões acidentais	W00-X39, X46-X59	
Óbito por evento de intenção indeterminada	Y16-Y34	
Assalto	X86-Y09	
Suicídio	X66-X84	
Distúrbios associados com o consumo de álcool e envenenamento	E24.4, F10, G31.2, G62.1, G72.1, I42.6, K29.2, K70, K85.2, K86.0, Q86.0, R78.0, X45, X65, Y15	
Outros distúrbios associados com o consumo de álcool	K73, K74.0-K74.2, K74.6	
Distúrbios associados com o consumo de drogas e envenenamento	F11-F16, F18-F19, X40- X44, X85, Y10-Y14	

Causas de morte	ICD-10	Peso ⁽¹⁾
Envenenamento intencional por consumo de drogas	X60-X64	50%
COVID-19	U70.1-U07.2	
Tuberculose	A15-A19, B90, J65	
Tumor maligno cervical	C53	
Diabetes Mellitus	E10-E14	
Aneurisma da aorta	I71	
Doenças hipertensivas	I10-I13, I15	
Doença isquémica do coração	I20-I25	
Doenças cerebrovasculares	I60-I69	
Outra aterosclerose	I70, I173.9	

1) refere-se à percentagem de cada causa de morte que é considerada em cada grupo de causas. Por exemplo, um peso de 100% significa que todos os óbitos são considerados no grupo de causas preveníveis (óbitos que poderiam ter sido evitados através de prevenção primária); um peso de 50% significa que, segundo a evidência científica, uma parte desses óbitos é considerada prevenível e a restante parte é considerada tratável (50%).

Fonte: Lista conjunta da OCDE/Eurostat de causas de morte que podiam ter sido evitadas pela prevenção primária ou acesso tempestivo aos cuidados de saúde (edição: 2022). <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/data/datasets/oecd-health-statistics/avoidable-mortality-2019-joint-oecd-eurostat-list-preventable-treatable-causes-of-death.pdf>.

Quadro 30. Mortalidade evitável por causas tratáveis (0 aos 74 anos) - Causas de morte

Causas de morte	ICD-10	Peso ⁽¹⁾
Escarlatina	A38	100%
Sépsis	A40 (excl. A40.3), A41 (excl. A41.3)	
Celulite	A46, L03	
Doença do legionário	A48.1	
Infeção por estreptococos ou enterococos	A49.1	
Outras meningites	G00.2, G00.3, G00.8, G00.9	
Meningite devido a outras causas não especificadas	G03	
Tumor maligno do cólon e reto	C18-C21	
Tumor maligno da mama	C50	
Tumor maligno do colo do útero	C54, C55	
Tumor maligno do testículo	C62	
Tumor maligno da glândula da tiroide	C73	
Doença de Hodgkin	C81	
Leucemia linfoide	C91.0, C91.1	
Tumor benigno	D10-D36	
Distúrbios da tiroide	E00-E07	
Distúrbios adrenais	E24-E25 (excl. E24.4), E27	
Epilepsia	G40, G41	
Febre reumática e outras doenças cardíacas	I00-I09	
Infeções respiratórias superiores	J00-J06, J30-J39	
Pneumonia	J12, J15-J18	
Infeções respiratórias inferiores agudas	J20-J22	
Asma e bronquite	J45-J47	
Síndrome de angústia respiratória de adulto	J80	
Edema pulmonar	J81	
Abcesso pulmonar	J85-J86	

Causas de morte	ICD-10	Peso ⁽¹⁾
Outros distúrbios pleurais	J90, J93, J94	
Úlcera	K25-K28	
Apendicite	K35-K38	
Hérnia abdominal	K40-K46	
Colelitíase e colecistite	K80-K81	
Outras doenças da vesícula biliar ou trato biliar	K82-K83	
Pancreatite aguda	K85.0, K85.1, K85.3, K85.8, K85.9	
Outras doenças do pâncreas	K86.1-K86.3, K86.8- K86.9	
Nefrite e nefrose	N00-N07	
Uropatia obstrutiva	N13, N20-N21, N35	
Cólica renal	N23	
Falência renal	N17-N19	
Distúrbios resultantes de insuficiência renal disfunção tubular	N25	
Rim contratado não especificado, rim pequeno de causa desconhecida	N26-N27	
Doenças inflamatórias de aparelho geniturinário	N34.1, N70- N73, N75.0, N75.1, N76.4,6	
Hiperplasia prostática	N40	
Aborto	O00-O99	
Certas condições originadas no período perinatal	P00-P96	
Má formação congénita do aparelho circulatório	Q20-Q28	
Medicamentos, medicamentos e substâncias biológicas causadoras de efeitos adversos no uso terapêutico	Y40-Y59	
Complicações durante cuidados cirúrgicos e médicos	Y60-Y69, Y83-Y84	
Dispositivos médicos associados a incidentes adversos no diagnóstico e uso terapêutico	Y70-Y82	
Tuberculose	A15-A19, B90, J65	50%
Tumor maligno cervical	C53	
Diabetes Mellitus	E10-E14	
Aneurisma da aorta	I71	
Doenças hipertensivas	I10-I13, I15	
Doença isquémica do coração	I20-I25	
Doenças cerebrovasculares	I60-I69	
Outra aterosclerose	I70, I173.9	

1) refere-se à percentagem de cada causa de morte que é considerada em cada grupo de causas. Por exemplo, um peso de 100% significa que todos os óbitos são considerados no grupo de causas tratáveis (causas de morte que podem ser evitadas por meio de intervenções de saúde oportunas e eficazes, incluindo prevenção e tratamento secundários); um peso de 50% significa que, segundo a evidência científica, uma parte desses óbitos é considerada tratável e a restante parte é considerada prevenível (50%).

Fonte: Lista conjunta da OCDE/Eurostat de causas de morte que podiam ter sido evitadas pela prevenção primária ou acesso tempestivo aos cuidados de saúde (edição: 2022). <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/data/datasets/oecd-health-statistics/avoidable-mortality-2019-joint-oecd-eurostat-list-preventable-treatable-causes-of-death.pdf>.

Quadro 31. Mortalidade atribuível ao consumo de tabaco e álcool – Causas de morte

Causa de morte	ICD-10	Atribuível ao tabaco	Atribuível ao álcool
Doenças cardiovasculares	B33.2, G45-G46.8, I01-I01.9, I02.0, I05-I09.9, I11-I11.9, I20-I25.9, I27.0, I27.2, I28-I28.9, I30-I31.1, I31.8-I37.8, I38-I41.9, I42.1-I42.8, I43-I43.9, I47-I48.9, I51.0-I51.4, I60-I63.9, I65-I66.9, I67.0-I67.3, I67.5-I67.6, I68.0-I68.2, I69.0-I69.3, I70.2-I70.8, I71-I73.9, I77-I83.9, I86-I89.0, I89.9, I98, K75.1	X	X
Diabetes e doenças dos rins	D63.1, E10-E11.9, I12-I13.9, N00-N08.8, N15.0, N18-N18.9, P70.2, Q61-Q62.8	X	X
Doenças do aparelho digestivo	B18-B18.9, I84-I85.9, I98.2, K20-K20.9, K22-K22.6, K22.8-K29.9, K31-K31.8, K35-K38.9, K40-K42.9, K44-K46.9, K50-K52, K52.2-K52.9, K55-K62, K62.2-K62.6, K62.8-K62.9, K64-K64.9, K66.8, K67, K68, K70-K70.3, K71.7, K73-K75, K75.2, K75.4-K76.2, K76.4-K77, K77.8, K80-K83.9, K85-K86.9, K90-K90.9, K92.8, K93.8, M09.1	X	X
Tumores	C00-C13.9, C15-C22.8, C23-C25.9, C30-C34.9, C37-C38.8, C40-C41.9, C43-C45.9, C47-C54.9, C56-C57.8, C60-C63.8, C64-C67.9, C68.0-C68.8, C69.0-C69.8, C70-C73.9, C75-C75.8, C81-C86.6, C88-C91.0, C91.2-C91.3, C91.6, C92-C92.6, C93-C93.1, C93.3, C93.8, C94-C96.9, D00.1-D00.2, D01.0-D01.3, D02.0-D02.3, D03-D06.9, D07.0-D07.2, D07.4-D07.5, D09.0, D09.2-D09.3, D09.8, D10.0-D10.7, D11-D12.9, D13.0-D13.7, D14.0-D14.3, D15-D16.9, D22-D24.9, D26.0-D27.9, D28.0-D28.1, D28.7, D29.0-D29.8, D30.0-D30.8, D31-D36, D36.1-D36.7, D37.1-D37.5, D38.0-D38.5, D39.1-D39.2, D39.8, D40.0-D40.8, D41.0-D41.8, D42-D43.9, D44.0-D44.8, D45-D47.9, D48.0-D48.6, D49.2-D49.4, D49.6, K62.0-K62.1, K63.5, N60-N60.9, N84.0-N84.1, N87-N87.9	X	X
Doenças neurológicas	F00-F02.0, F02.2-F02.3, F02.8-F03.9, G10-G13.8, G20-G20.9, G23-G24, G24.1-G25.0, G25.2-G25.3, G25.5, G25.8-G26.0, G30-G31.1, G31.8-G31.9, G35-G37.9, G40-G41.9, G61-G61.9, G70-G71.1, G71.3-G72, G72.2-G73.7, G90-G90.9, G95-G95.9, M33-M33.9	X	X
Infeções respiratórias e tuberculose	A10-A14, A15-A19.9, A48.1, A70, B90-B90.9, B97.4-B97.6, H70-H70.9, J00-J02.8, J03-J03.8, J04-J04.2, J05-J05.1, J06.0-J06.8, J09-J15.8, J16-J16.9, J20-J21.9, J36-J36.0, J91.0, K67.3, K93.0, M49.0, N74.1, P23.0-P23.4, P37.0, U04-U04.9, U84.3	X	X
Suicídio e homicídio	U00-U03, X60-X64.9, X66-X83.9, X85-Y08.9, Y35-Y38.9, Y87.0-Y87.1, Y89.0-Y89.1	X	X
Consumo de drogas	E24.4, F10-F16.9, F18-F18.9, G31.2, G62.1, G72.1, P04.3-P04.4, P96.1, Q86.0, R78.0-R78.5, X45-X45.9, X65-X65.9, Y15-Y15.9		X
Acidentes de transporte	V00-V86.9, V87.2-V87.3, V88.2-V88.3, V90-V98.8	X	X
Acidentes não intencionais	L55-L55.9, L56.3, L56.8-L56.9, L58-L58.9, N30.4, W00-W46.2, W49-W62.9, W64-W70.9, W73-W75.9, W77-W81.9, W83-W94.9, W97.9, W99-X06.9, X08-X39.9, X47-X48.9, X50-X54.9, X57-X58.9, Y40-Y84.9, Y88-Y88.3	X	X

Fonte: Lista de causa de morte disponibilizada pela Global Burden of Disease Collaborative Network, através do Institute for Health Metrics and Evaluation (<https://vizhub.healthdata.org/gbd-results/>).

Quadro 32. Frações de mortalidade atribuível ao consumo de tabaco, por grupo etário

Grupo etário	Doenças cardiovasculares	Diabetes e doenças dos rins	Doenças do aparelho digestivo	Tumores	Doenças neurológicas	Infeções respiratórias e tuberculose	Suicídio e homicídio	Acidentes de transporte	Acidentes não intencionais
< 20 anos	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,065	0,000	0,000	0,000
20 - 24 anos	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,027	0,000	0,000	0,000
25 - 29 anos	0,060	0,010	0,000	0,002	0,000	0,017	0,000	0,000	0,000
30 - 34 anos	0,337	0,061	0,008	0,053	0,009	0,051	0,000	0,000	0,000
35 - 39 anos	0,356	0,054	0,008	0,087	0,013	0,047	0,000	0,000	0,000
40 - 44 anos	0,357	0,064	0,009	0,137	0,017	0,055	0,000	0,018	0,005
45 - 49 anos	0,361	0,107	0,008	0,207	0,021	0,059	0,000	0,020	0,007
50 - 54 anos	0,324	0,106	0,008	0,239	0,024	0,058	0,000	0,017	0,007
55 - 59 anos	0,291	0,104	0,011	0,266	0,027	0,050	0,000	0,019	0,008
60 - 64 anos	0,195	0,077	0,009	0,228	0,018	0,032	0,000	0,010	0,006
65 - 69 anos	0,156	0,062	0,009	0,220	0,011	0,028	0,000	0,010	0,008
70 - 74 anos	0,082	0,037	0,006	0,148	0,001	0,024	0,000	0,004	0,004
75 - 79 anos	0,060	0,031	0,006	0,120	0,000	0,028	0,000	0,004	0,004
>79 anos	0,028	0,016	0,003	0,054	0,003	0,028	0,000	0,002	0,002

Nota: As frações de mortalidade indicam a proporção de uma causa de morte que pode ser atribuída a um determinante em específico. Estes valores foram estimados para a população portuguesa, por grupo etário.

Fonte: Frações disponibilizadas pela Global Burden of Disease Collaborative Network, através do Institute for Health Metrics and Evaluation (<https://vizhub.healthdata.org/qbd-results/>).

Quadro 33. Frações de mortalidade atribuível ao consumo de álcool, por grupo etário

Grupo etário	Doenças cardiovasculares	Diabetes e doenças dos rins	Doenças do aparelho digestivo	Tumores	Doenças neurológicas	Infeções respiratórias e tuberculose	Suicídio e homicídio	Acidentes de transporte	Acidentes não intencionais	Consumo de drogas
< 20 anos	0,000	0,000	0,059	0,002	0,024	0,001	0,071	0,112	0,013	0,057
20 - 24 anos	0,000	0,000	0,312	0,019	0,138	0,005	0,182	0,175	0,073	0,054
25 - 29 anos	0,000	0,000	0,411	0,030	0,158	0,008	0,196	0,180	0,078	0,085
30 - 34 anos	0,000	0,000	0,435	0,042	0,149	0,006	0,194	0,146	0,073	0,146
35 - 39 anos	0,000	0,000	0,487	0,055	0,149	0,006	0,189	0,094	0,065	0,247
40 - 44 anos	0,001	0,005	0,542	0,075	0,130	0,008	0,189	0,068	0,063	0,379
45 - 49 anos	0,013	0,019	0,565	0,094	0,102	0,007	0,189	0,062	0,062	0,495
50 - 54 anos	0,022	0,027	0,556	0,100	0,064	0,007	0,181	0,053	0,056	0,675
55 - 59 anos	0,029	0,034	0,526	0,091	0,042	0,006	0,179	0,048	0,051	0,738
60 - 64 anos	0,037	0,039	0,469	0,080	0,025	0,004	0,170	0,037	0,046	0,820
65 - 69 anos	0,040	0,039	0,391	0,067	0,015	0,003	0,160	0,029	0,041	0,840
70 - 74 anos	0,045	0,034	0,283	0,056	0,010	0,004	0,151	0,025	0,036	0,813
75 - 79 anos	0,046	0,029	0,185	0,046	0,006	0,003	0,143	0,030	0,032	0,694
>79 anos	0,040	0,014	0,071	0,030	0,002	0,002	0,124	0,035	0,024	0,382

Nota: As frações de mortalidade indicam a proporção de uma causa de morte que pode ser atribuída a um determinante em específico. Estes valores foram estimados para a população portuguesa, por grupo etário.

Fonte: Frações disponibilizadas pela Global Burden of Disease Collaborative Network, através do Institute for Health Metrics and Evaluation (<https://vizhub.healthdata.org/qbd-results/>).

ANEXO II – Inquérito às Instalações dos Cuidados de Saúde Primários

Inquérito: [PDF](#)

ANEXO III – Evolução comparativa dos óbitos infantis, perinatais e neonatais no Município de Montemor-o-Velho, em Portugal (Continente) e na Região de Coimbra, (Nº), entre 1999 e 2023.

	Quinquénio	Nados-vivos (Nº)	Óbitos com menos de 1 ano (Nº)	Óbitos neonatais (Nº)	Óbitos perinatais (Nº)
Portugal-Continente	1999-2003	543602	2669	1690	3161
	2004-2008	502424	1720	1093	2156
	2009-2013	446071	1370	937	1732
	2014-2018	407432	1217	848	1570
	2019-2023	400673	1024	677	1363
Região de Coimbra	1999-2003	21711	83	38	95
	2004-2008	19807	51	22	80
	2009-2013	17254	43	25	66
	2014-2018	15759	38	29	58
	2019-2023	14764	30	20	41
Montemor-o-Velho	1999-2003	1114	7	2	5
	2004-2008	1022	6	4	7
	2009-2013	1117	3	1	3
	2014-2018	921	3	3	6
	2019-2023	883	1	0	0

Fonte: INE. Nados Vivos e Óbitos Gerais.

ANEXO IV – Fichas de caracterização das instalações dos Cuidados de Saúde Primários

IDENTIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO			
			
Unidade Local de Saúde [ULS]	ULS Baixo Mondego		
Centro de Saúde [CS]	CS Montemor-o-Velho		
Unidades Funcionais e Serviços	USF MonteMayor [2024] • USP Baixo Mondego – Polo Montemor-o-Velho • UCC Montemor-o-Velho [2014] • CAC e Atendimento a utentes sem médico [2022]		
Morada	Avenida dos Bombeiros Voluntários • 3140-250 Montemor-o-Velho		
Coordenadas GPS	40.178558, -8.678142 • N40° 10' 42.809", W8° 40' 41.311"		
ACESSIBILIDADE À INSTALAÇÃO DE SAÚDE			
Transporte Público	Instalação localizada em zona servida por rede de transportes públicos • Avaliação: 2		
Eixos Viários	Instalação localizada em zona com ligações aos eixos viários existentes • Avaliação: 4		
CARATERIZAÇÃO GERAL DA INSTALAÇÃO			
Titularidade	Município de Montemor-o-Velho [desde 2023-09-01]		
Ano de Construção/ Remodelação	1993 / 2006 [última remodelação]		
Entrada em Funcionamento	1995		
Tipo de Construção	Construção de raiz		
Tipo de Implantação	Edifício autónomo		
Número de pisos	3		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA INSTALAÇÃO			
Estado Geral de Conservação do Edifício	Avaliação: 2		
• Estrutura do Edifício	Avaliação: 3		
• Cobertura do Edifício	Avaliação: 2		
• Fachada do Edifício	Avaliação: 2		
• Interior do Edifício	Avaliação: 3		
CARATERIZAÇÃO GERAL DO ESPAÇO EXTERIOR			
Sinalética Exterior	Instalação não dispõe de sinalética informativa adequada		
Lugares de estacionamento	Instalação não dispõe do número adequado de lugares de estacionamento		
Iluminação	Instalação dispõe de iluminação exterior adequada		
Espaços verdes	Instalação dispõe de espaços verdes		
Estado geral de conservação	Avaliação: 4		
ADAPTABILIDADE A PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA			
Estacionamento	Instalação não dispõe de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada		
Rampas de Acesso	Instalação não dispõe de rampas de acesso		
Elevadores	Instalação não dispõe de elevadores destinados a pessoas com mobilidade condicionada		
Instalações Sanitárias	Instalação não dispõe de instalações sanitárias adaptadas		
Meios para Acesso e Circulação	Avaliação: 2		
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E FUNCIONALIDADE DA INSTALAÇÃO			
Área de Prestação de Cuidados:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade

• Área de acolhimento de utentes	Sim	4	3
• Área de receção administrativa de utentes	Sim	4	3
• Salas de espera	Sim	4	3
• Sala de espera infantil	Não	—	—
• Instalações sanitárias para utentes	Sim	4	4
• Gabinetes de consulta médica	Sim	4	3
• Gabinetes de consulta de enfermagem	Sim	4	3
• Salas de tratamento	Sim	4	3
• Gabinete de medicina dentária	Não	—	—
• Sala de colheitas para exames laboratoriais	Não	—	—
• Instalação para realização de exames de radiologia	Não	—	—

Área de Apoio aos Profissionais:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade
• Sala de reuniões	Sim	4	4
• Sala de formação/ biblioteca	Sim	4	4
• Sala de pessoal	Sim	1	1
• Vestiários e instalações sanitárias	Sim	1	1
• Depósito de material clínico e farmacêutico	Sim	4	3
• Depósito de consumíveis clínicos	Sim	3	3
• Depósito de consumíveis não clínicos	Sim	4	2
• Central de garrafas de oxigénio	Não	—	—
• Depósito e triagem de resíduos	Não	—	—
• Depósito de resíduos com risco biológico	Sim	4	3
• Zonas sujas (roupas sujas, material contaminado,...)	Sim	3	2
• Zonas limpas (tratamento de roupa limpa,...)	Sim	2	2

Sinalética Interior	Instalação não dispõe de sinalética informativa adequada para orientação de utentes e de profissionais
Higiene e Limpeza	Avaliação: 3

CONFORTO TÉRMICO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Sistema de Climatização	Instalação dispõe de sistema de climatização sem manutenção periódica • Avaliação: 2
Conforto Térmico	Avaliação: 2
Eficiência Energética	Instalação dispõe de sistemas/ equipamentos para aumentar a eficiência energética: Painéis solares térmicos
Certificação Energética	Instalação dispõe de certificação energética • Classe Energética: B

EQUIPAMENTO E SEGURANÇA

Equipamento:	Disponibilidade	Avaliação da adequação/ operacionalidade
• Equipamento para resposta a situações de emergência	Sim	3
• Equipamento para eletrocardiografia	Não	—
• Equipamento ecográfico	Não	—
• Equipamento radiológico	Não	—
• Equipamento para intervenção em saúde oral	Não	—
• Equipamento para resposta rápida em patologia clínica	Não	—
• Equipamento frigorífico com registo de temperatura	Sim	5
• Sistema de vigilância e deteção de intrusão	Não	—
• Sistema de deteção e alarme de incêndio	Não	—
• Meios de combate de incêndios	Sim	4
• Central de energia de emergência	Não	—
• Viaturas afetas à prestação de cuidados de saúde	Sim	3
• Unidades móveis para a prestação de cuidados de saúde	Não	—

Plano de Emergência	Instalação não dispõe de Plano de Emergência
---------------------	--

NECESSIDADES DE INVESTIMENTO

Necessidades de Investimento Identificadas

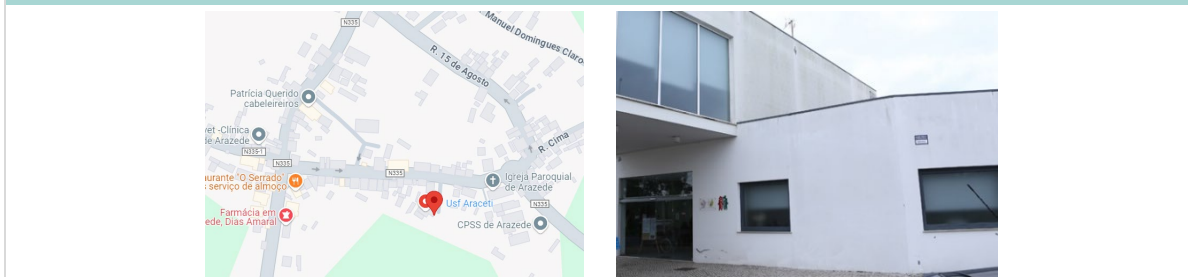
- Requalificação das instalações
Maturidade: 3 • Valor: 979.656,25€ (+ IVA) • Duração: 12 meses • Fonte de Financiamento: PRR [Aviso 16/C01-i01/2023]
- Requalificação da cobertura
Maturidade: 2 • Valor: 23.837,40€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Rebocos e pinturas de paredes exteriores e interiores
Maturidade: 2 • Valor: 350.125,92€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Revestimentos de pavimentos interiores
Maturidade: 2 • Valor: 41.985,00€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Tetos (gesso laminado/PCV/metálicos; reboco/estruque; pinturas)
Maturidade: 2 • Valor: 56.948,40€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Reparação de caixilharias e portas interiores e exteriores, estores enroláveis interiores
Maturidade: 2 • Valor: 9.497,64€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalações de climatização
Maturidade: 2 • Valor: 3.261,60€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Atualização dos sistemas de segurança contra incêndios
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de sistemas CCTV, alarme e deteção de intrusão
Maturidade: 1 • Valor: 3.693,60€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Adequação das portas de acesso ao interior do edifício e construção de rampas de acesso ao edifício
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —

Legenda:

- Avaliação: 1 -muito má; 2 -má; 3 -razoável; 4 -boa; 5 -muito boa
- Grau de Maturidade: 1-necessidade de investimento identificada; 2-investimento planeado; 3-em fase de projeto; 4-em fase de contratualização; 5-em curso

De acordo com informação no site do município, dispõem de Unidade Móvel!

IDENTIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO



Unidade Local de Saúde [ULS]	ULS Baixo Mondego
Centro de Saúde [CS]	CS Montemor-o-Velho
Unidades Funcionais e Serviços	USF Araceti [2013]
Morada	Rua Professor Dr. Fernando Albuquerque Grilo, 60 • 3140-022 Arazede
Coordenadas GPS	40.279887, -8.647120 • N40° 16' 47.593" , W8° 38' 49.632"

ACESSIBILIDADE À INSTALAÇÃO DE SAÚDE

Transporte Público	Instalação localizada em zona sem rede de transportes públicos • Avaliação: —
Eixos Viários	Instalação localizada em zona com ligações aos eixos viários existentes • Avaliação: 4

CARATERIZAÇÃO GERAL DA INSTALAÇÃO

Titularidade	Município de Montemor-o-Velho [desde 2023-09-01]
Ano de Construção/ Remodelação	2005 / 2012 [última remodelação]
Entrada em Funcionamento	2006
Tipo de Construção	Construção de raiz
Tipo de Implantação	Edifício autónomo
Número de pisos	2

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA INSTALAÇÃO

Estado Geral de Conservação do Edifício	Avaliação: 3
• Estrutura do Edifício	Avaliação: 2
• Cobertura do Edifício	Avaliação: 2
• Fachada do Edifício	Avaliação: 2
• Interior do Edifício	Avaliação: 3

CARATERIZAÇÃO GERAL DO ESPAÇO EXTERIOR

Sinalética Exterior	Instalação dispõe de sinalética informativa adequada
Lugares de estacionamento	Instalação não dispõe do número adequado de lugares de estacionamento
Iluminação	Instalação dispõe de iluminação exterior adequada
Espaços verdes	Instalação dispõe de espaços verdes
Estado geral de conservação	Avaliação: 4

ADAPTABILIDADE A PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA

Estacionamento	Instalação não dispõe de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada
Rampas de Acesso	Instalação não dispõe de rampas de acesso
Elevadores	Instalação não dispõe de elevadores destinados a pessoas com mobilidade condicionada
Instalações Sanitárias	Instalação dispõe de instalações sanitárias adaptadas
Meios para Acesso e Circulação	Avaliação: 4

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E FUNCIONALIDADE DA INSTALAÇÃO

Área de Prestação de Cuidados:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade
• Área de acolhimento de utentes	Sim	4	4
• Área de receção administrativa de utentes	Sim	4	4
• Salas de espera	Sim	5	5

• Sala de espera infantil	Não	—	—
• Instalações sanitárias para utentes	Sim	5	4
• Gabinetes de consulta médica	Sim	3	4
• Gabinetes de consulta de enfermagem	Sim	3	4
• Salas de tratamento	Sim	4	4
• Gabinete de medicina dentária	Sim	—	—
• Sala de colheitas para exames laboratoriais	Não	—	—
• Instalação para realização de exames de radiologia	Não	—	—

Área de Apoio aos Profissionais:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade
• Sala de reuniões	Sim	3	3
• Sala de formação/ biblioteca	Sim	3	3
• Sala de pessoal	Sim	4	4
• Vestiários e instalações sanitárias	Sim	2	1
• Depósito de material clínico e farmacêutico	Sim	2	2
• Depósito de consumíveis clínicos	Sim	2	2
• Depósito de consumíveis não clínicos	Sim	2	2
• Central de garrafas de oxigénio	Não	—	—
• Depósito e triagem de resíduos	Sim	2	1
• Depósito de resíduos com risco biológico	Sim	2	1
• Zonas sujas (roupas sujas, material contaminado,...)	Sim	2	1
• Zonas limpas (tratamento de roupa limpa,...)	Sim	3	3

Sinalética Interior	Instalação dispõe de sinalética informativa adequada para orientação de utentes e de profissionais
Higiene e Limpeza	Avaliação: 3

CONFORTO TÉRMICO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Sistema de Climatização	Instalação dispõe de sistema de climatização com manutenção periódica • Avaliação: 3
Conforto Térmico	Avaliação: 3
Eficiência Energética	Instalação dispõe de sistemas/ equipamentos para aumentar a eficiência energética: envidraçados duplos
Certificação Energética	Instalação dispõe de certificação energética • Classe Energética: D

EQUIPAMENTO E SEGURANÇA

Equipamento:	Disponibilidade	Avaliação da adequação/ operacionalidade
• Equipamento para resposta a situações de emergência	Sim	3
• Equipamento para eletrocardiografia	Não	—
• Equipamento ecográfico	Não	—
• Equipamento radiológico	Não	—
• Equipamento para intervenção em saúde oral	Não	—
• Equipamento para resposta rápida em patologia clínica	Não	—
• Equipamento frigorífico com registo de temperatura	Sim	3
• Sistema de vigilância e deteção de intrusão	Não	—
• Sistema de deteção e alarme de incêndio	Não	—
• Meios de combate de incêndios	Sim	2
• Central de energia de emergência	Não	—
• Viaturas afetas à prestação de cuidados de saúde	Não	3
• Unidades móveis para a prestação de cuidados de saúde	Não	—

Plano de Emergência	Instalação não dispõe de Plano de Emergência
---------------------	--

NECESSIDADES DE INVESTIMENTO

Necessidades de Investimento Identificadas
--

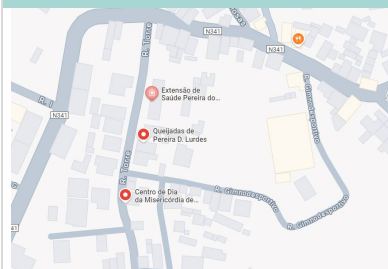
- Requalificação das instalações
Maturidade: 3 • Valor: 467.250,00€ (+ IVA) • Duração: 12 meses • Fonte de Financiamento: PRR [Aviso 16/C01-i01/2023]
- Correção de infiltrações, reboco e pintura de paredes interiores e exteriores
Maturidade: 2 • Valor: 91.890,23€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Aumento da zona de estacionamento
Maturidade: 2 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Aumento dos armazéns
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de gás
Maturidade: 1 • Valor: 7.500,00€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalações de climatização
Maturidade: 2 • Valor: 1.908,00€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de segurança contra incêndios
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de sistemas de deteção de intrusão
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de lugar de estacionamento destinado a utentes com mobilidade condicionada
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —

Legenda:

- *Avaliação:* 1 -muito má; 2 -má; 3 -razoável; 4 -boa; 5 -muito boa

- *Grau de Maturidade:* 1-necessidade de investimento identificada; 2-investimento planeado; 3-em fase de projeto; 4-em fase de contratualização; 5-em curso

IDENTIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO



Unidade Local de Saúde [ULS]	ULS Baixo Mondego
Centro de Saúde [CS]	CS Montemor-o-Velho
Unidades Funcionais e Serviços	UCSP Margens do Mondego [2010]
Morada	Rua da Torre, 1 • 3140-315 Pereira
Coordenadas GPS	40.183500, -8.582023 • N40° 11' 0.6", W8° 34' 55.283"

ACESSIBILIDADE À INSTALAÇÃO DE SAÚDE

Transporte Público	Instalação localizada em zona servida por rede de transportes públicos • Avaliação: 4
Eixos Viários	Instalação localizada em zona com ligações aos eixos viários existentes • Avaliação: 4

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA INSTALAÇÃO

Titularidade	Junta de Freguesia de Pereira
Ano de Construção/ Remodelação	1947 / 2019 [última remodelação]
Entrada em Funcionamento	2020
Tipo de Construção	Adaptada (projetada inicialmente para outro fim)
Tipo de Implantação	Em edifício autónomo
Número de piso	2

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA INSTALAÇÃO

Estado Geral de Conservação do Edifício	Avaliação: 4
• Estrutura do Edifício	Avaliação: 3
• Cobertura do Edifício	Avaliação: 2
• Fachada do Edifício	Avaliação: 2
• Interior do Edifício	Avaliação: 3

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESPAÇO EXTERIOR

Sinalética Exterior	Instalação não dispõe de sinalética informativa adequada
Lugares de estacionamento	Instalação dispõe de lugares de estacionamento para profissionais e utentes
Iluminação	Instalação não dispõe de iluminação exterior adequada
Espaços verdes	Instalação dispõe de espaços verdes
Estado geral de conservação	Avaliação: 3

ADAPTABILIDADE A PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA

Estacionamento	Instalação não dispõe de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada
Rampas de Acesso	Instalação dispõe de rampas de acesso
Elevadores	Instalação não dispõe de elevadores destinados a pessoas com mobilidade condicionada
Instalações Sanitárias	Instalação não dispõe de instalações sanitárias adaptadas
Meios para Acesso e Circulação	Avaliação: 4

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E FUNCIONALIDADE DA INSTALAÇÃO

Área de Prestação de Cuidados:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade
• Área de acolhimento de utentes	Sim	4	3

• Área de receção administrativa de utentes	Sim	3	4
• Salas de espera	Sim	5	4
• Sala de espera infantil	Sim	4	4
• Instalações sanitárias para utentes	Sim	3	2
• Gabinetes de consulta médica	Sim	2	2
• Gabinetes de consulta de enfermagem	Sim	2	2
• Salas de tratamento	Sim	4	3
• Gabinete de medicina dentária	Não	—	—
• Sala de colheitas para exames laboratoriais	Não	—	—
• Instalação para realização de exames de radiologia	Não	—	—

Área de Apoio aos Profissionais:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade
• Sala de reuniões	Não	—	—
• Sala de formação/ biblioteca	Não	—	—
• Sala de pessoal	Sim	2	3
• Vestiários e instalações sanitárias	Não	—	—
• Depósito de material clínico e farmacêutico	Não	—	—
• Depósito de consumíveis clínicos	Não	—	—
• Depósito de consumíveis não clínicos	Não	—	—
• Central de garrafas de oxigénio	Não	—	—
• Depósito e triagem de resíduos	Sim	2	—
• Depósito de resíduos com risco biológico	Sim	2	—
• Zonas sujas (roupas sujas, material contaminado,...)	Não	—	—
• Zonas limpas (tratamento de roupa limpa,...)	Não	—	—

Sinalética Interior	Instalação não dispõe de sinalética informativa adequada para orientação de utentes e de profissionais
Higiene e Limpeza	Avaliação: 4

CONFORTO TÉRMICO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Sistema de Climatização	Instalação não dispõe de sistema de climatização • Avaliação: —
Conforto Térmico	Avaliação: 1
Eficiência Energética	Instalação dispõe de sistemas/ equipamentos para aumentar a eficiência energética: iluminação com tecnologia LED
Certificação Energética	Instalação não dispõe de certificação energética

EQUIPAMENTO E SEGURANÇA

Equipamento:	Disponibilidade	Avaliação da adequação/ operacionalidade
• Equipamento para resposta a situações de emergência	Não	—
• Equipamento para eletrocardiografia	Não	—
• Equipamento ecográfico	Não	—
• Equipamento radiológico	Não	—
• Equipamento para intervenção em saúde oral	Não	—
• Equipamento para resposta rápida em patologia clínica	Não	—
• Equipamento frigorífico com registo de temperatura	Sim	3
• Sistema de vigilância e deteção de intrusão	Não	—
• Sistema de deteção e alarme de incêndio	Sim	3
• Meios de combate de incêndios	Sim	2
• Central de energia de emergência	Não	—
• Viaturas afetas à prestação de cuidados de saúde	Sim	2
• Unidades móveis para a prestação de cuidados de saúde	Não	—

Plano de Emergência	Instalação não dispõe de Plano de Emergência
---------------------	--

NECESSIDADES DE INVESTIMENTO

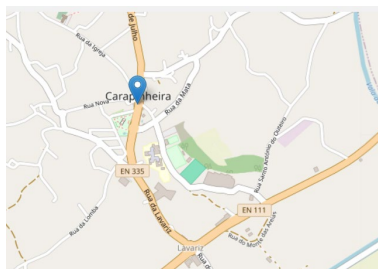
Necessidades de Investimento Identificadas

- Rebocos e pinturas de paredes exteriores
Maturidade: 1 • Valor: 2.087,25€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Revestimento de pavimentos exteriores
Maturidade: 1 • Valor: 432,00€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Caixilharia e portas exteriores
Maturidade: 1 • Valor: 13.837,50€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Impermeabilização de paredes
Maturidade: 1 • Valor: 3.688,50€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Iluminação externa
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Obras de requalificação do piso -1
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de telecomunicações, CCTV, alarme e intrusão
Maturidade: 1 • Valor: 16.706,25€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de sistema de climatização
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de segurança contra incêndios
Maturidade: 1 • Valor: 2.197,30€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Melhorar a instalação sanitária adaptada a pessoas com mobilidade condicionada e criar rampa de acesso junto à entrada para o edifício
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —

Legenda:

- Avaliação: ① -muito má; ② -má; ③ 3-razoável; ④ -boa; ⑤ -muito boa
- Grau de Maturidade: 1-necessidade de investimento identificada; 2-investimento planeado; 3-em fase de projeto; 4-em fase de contratualização; 5-em curso

IDENTIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO



Unidade Local de Saúde [ULS]	ULS Baixo Mondego
Centro de Saúde [CS]	CS Montemor-o-Velho
Unidades Funcionais e Serviços	USF MonteMayor – Polo Carapinheira
Morada	Largo do Alhastro • 3140-071 Carapinheira
Coordenadas GPS	40.205404, -8.648404 • N40° 12' 19.454", W8° 38' 54.254"

ACESSIBILIDADE À INSTALAÇÃO DE SAÚDE

Transporte Público	Instalação localizada em zona servida por rede de transportes públicos • Avaliação: 3
Eixos Viários	Instalação localizada em zona com ligações aos eixos viários existentes • Avaliação: 3

CARATERIZAÇÃO GERAL DA INSTALAÇÃO

Titularidade	Junta de Freguesia
Ano de Construção/ Remodelação	1990
Entrada em Funcionamento	1990
Tipo de Construção	Construção de raiz
Tipo de Implantação	Em parte de edifício destinado a outros fins
Número de pisos	2

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA INSTALAÇÃO

Estado Geral de Conservação do Edifício	Avaliação: 1
• Estrutura do Edifício	Avaliação: 1
• Cobertura do Edifício	Avaliação: 1
• Fachada do Edifício	Avaliação: 1
• Interior do Edifício	Avaliação: 1

CARATERIZAÇÃO GERAL DO ESPAÇO EXTERIOR

Sinalética Exterior	Instalação não dispõe de sinalética informativa adequada
Lugares de estacionamento	Instalação não dispõe de lugares de estacionamento
Iluminação	Instalação dispõe de iluminação exterior adequada
Espaços verdes	Instalação não dispõe de espaços verdes
Estado geral de conservação	Avaliação: —

ADAPTABILIDADE A PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA

Estacionamento	Instalação dispõe de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada
Rampas de Acesso	Instalação dispõe de rampas de acesso
Elevadores	Instalação não dispõe de elevadores destinados a pessoas com mobilidade condicionada
Instalações Sanitárias	Instalação não dispõe de instalações sanitárias adaptadas
Meios para Acesso e Circulação	Avaliação: 2

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E FUNCIONALIDADE DA INSTALAÇÃO

Área de Prestação de Cuidados:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade
• Área de acolhimento de utentes	Sim	2	2
• Área de receção administrativa de utentes	Sim	3	2

• Salas de espera	Sim	3	3
• Sala de espera infantil	Não	—	—
• Instalações sanitárias para utentes	Sim	2	2
• Gabinetes de consulta médica	Sim	4	3
• Gabinetes de consulta de enfermagem	Sim	4	3
• Salas de tratamento	Sim	3	2
• Gabinete de medicina dentária	Não	—	—
• Sala de colheitas para exames laboratoriais	Não	—	—
• Instalação para realização de exames de radiologia	Não	—	—

Área de Apoio aos Profissionais:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade
• Sala de reuniões	Não	—	—
• Sala de formação/ biblioteca	Não	—	—
• Sala de pessoal	Sim	2	2
• Vestiários e instalações sanitárias	Sim	2	2
• Depósito de material clínico e farmacêutico	Não	—	—
• Depósito de consumíveis clínicos	Não	—	—
• Depósito de consumíveis não clínicos	Não	—	—
• Central de garrafas de oxigénio	Não	—	—
• Depósito e triagem de resíduos	Sim	2	2
• Depósito de resíduos com risco biológico	Sim	2	2
• Zonas sujas (roupas sujas, material contaminado,...)	Sim	2	2
• Zonas limpas (tratamento de roupa limpa,...)	Não	—	—

Sinalética Interior	Instalação não dispõe de sinalética informativa adequada para orientação de utentes e de profissionais
Higiene e Limpeza	Avaliação: 4

CONFORTO TÉRMICO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Sistema de Climatização	Instalação não dispõe de sistema de climatização • Avaliação: —
Conforto Térmico	Avaliação: 1
Eficiência Energética	Instalação não dispõe de sistemas/ equipamentos para aumentar a eficiência energética
Certificação Energética	Instalação não dispõe de certificação energética

EQUIPAMENTO E SEGURANÇA

Equipamento:	Disponibilidade	Avaliação da adequação/ operacionalidade
• Equipamento para resposta a situações de emergência	Não	—
• Equipamento para eletrocardiografia	Não	—
• Equipamento ecográfico	Não	—
• Equipamento radiológico	Não	—
• Equipamento para intervenção em saúde oral	Não	—
• Equipamento para resposta rápida em patologia clínica	Não	—
• Equipamento frigorífico com registo de temperatura	Sim	3
• Sistema de vigilância e deteção de intrusão	Não	—
• Sistema de deteção e alarme de incêndio	Não	—
• Meios de combate de incêndios	Não	—
• Central de energia de emergência	Sim	2
• Viaturas afetas à prestação de cuidados de saúde	Não	—
• Unidades móveis para a prestação de cuidados de saúde	Não	—

Plano de Emergência	Instalação não dispõe de Plano de Emergência
---------------------	--

NECESSIDADES DE INVESTIMENTO

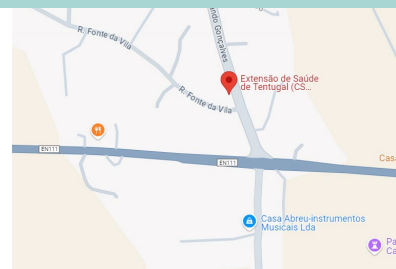
Necessidades de Investimento Identificadas

- Reboco e pintura de paredes interiores e exteriores; 38.559,38€
Maturidade: 1 • Valor: 38.559,38€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Aplicação de gesso laminado/PVC/metálico, reboco/estruque e pintura de tetos
Maturidade: 1 • Valor: 13.909,50€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Caixilharia e portas exteriores (janelas, acessórios, portas) e caixilharia e portas interiores (aros e guarnições, acessórios e portas)
Maturidade: 1 • Valor: 6.749,78€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Rede de distribuição de água
Maturidade: 1 • Valor: 2.775,00€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Rede de drenagem de águas pluviais e residuais
Maturidade: 1 • Valor: 3.039,00€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação elétrica
Maturidade: 1 • Valor: 2.362,50€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de telecomunicações, CCTV, alarme e intrusão
Maturidade: 1 • Valor: 2.362,50€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de segurança contra incêndios
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de sistemas de climatização
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Equipamento de cozinha
Maturidade: 1 • Valor: 2.565,00€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Portas de acesso de acesso ao edifício e portas no interior do edifício adequadas aos utentes com mobilidade condicionada
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —

Legenda:

- *Avaliação:* 1 -muito má; 2 -má; 3 -razoável; 4 -boa; 5 -muito boa
- *Grau de Maturidade:* 1-necessidade de investimento identificada; 2-investimento planeado; 3-em fase de projeto; 4-em fase de contratualização; 5-em curso

IDENTIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO



Unidade Local de Saúde [ULS]	ULS Baixo Mondego
Centro de Saúde [CS]	CS Montemor-o-Velho
Unidades Funcionais e Serviços	UCSP Margens do Mondego – Polo de Tentúgal
Morada	Rua Dr. Armando Gonçalves, 11 • 3140-574 Tentúgal
Coordenadas GPS	40.219628, -8.582921 • N40° 13' 10.661", W8° 34' 58.516"

ACESSIBILIDADE À INSTALAÇÃO DE SAÚDE

Transporte Público	Instalação localizada em zona servida por rede de transportes públicos • Avaliação: 2
Eixos Viários	Instalação localizada em zona com ligações aos eixos viários existentes • Avaliação: 4

CARATERIZAÇÃO GERAL DA INSTALAÇÃO

Titularidade	Casa do Povo de Tentúgal
Ano de Construção/ Remodelação	1970 / 2014 [última remodelação]
Entrada em Funcionamento	1970
Tipo de Construção	Adaptada (projetada inicialmente para outro fim)
Tipo de Implantação	Em parte de edifício destinado a outros fins
Número de piso	1

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA INSTALAÇÃO

Estado Geral de Conservação do Edifício	Avaliação: 2
• Estrutura do Edifício	Avaliação: 2
• Cobertura do Edifício	Avaliação: 1
• Fachada do Edifício	Avaliação: 1
• Interior do Edifício	Avaliação: 1

CARATERIZAÇÃO GERAL DO ESPAÇO EXTERIOR

Sinalética Exterior	Instalação dispõe de sinalética informativa adequada
Lugares de estacionamento	Instalação não dispõe do número adequado de lugares de estacionamento
Iluminação	Instalação não dispõe de iluminação exterior adequada
Espaços verdes	Instalação dispõe de espaços verdes
Estado geral de conservação	Avaliação: 3

ADAPTABILIDADE A PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA

Estacionamento	Instalação não dispõe de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada
Rampas de Acesso	Instalação dispõe de rampas de acesso
Elevadores	Instalação não dispõe de elevadores destinados a pessoas com mobilidade condicionada
Instalações Sanitárias	Instalação não dispõe de instalações sanitárias adaptadas
Meios para Acesso e Circulação	Avaliação: 1 [Edifício sem acesso a pessoas com mobilidade condicionada]

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E FUNCIONALIDADE DA INSTALAÇÃO

Área de Prestação de Cuidados:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade
• Área de acolhimento de utentes	Sim	3	3

• Área de receção administrativa de utentes	Sim	3	3
• Salas de espera	Sim	3	3
• Sala de espera infantil	Não	—	—
• Instalações sanitárias para utentes	Sim	2	1
• Gabinetes de consulta médica	Sim	2	1
• Gabinetes de consulta de enfermagem	Sim	2	1
• Salas de tratamento	Sim	3	1
• Gabinete de medicina dentária	Não	—	—
• Sala de colheitas para exames laboratoriais	Não	—	—
• Instalação para realização de exames de radiologia	Não	—	—

Área de Apoio aos Profissionais:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade
• Sala de reuniões	Não	—	—
• Sala de formação/ biblioteca	Não	—	—
• Sala de pessoal	Sim	3	2
• Vestiários e instalações sanitárias	Não	—	—
• Depósito de material clínico e farmacêutico	Não	—	—
• Depósito de consumíveis clínicos	Não	—	—
• Depósito de consumíveis não clínicos	Não	—	—
• Central de garrafas de oxigénio	Não	—	—
• Depósito e triagem de resíduos	Não	—	—
• Depósito de resíduos com risco biológico	Sim	4	3
• Zonas sujas (roupas sujas, material contaminado,...)	Não	—	—
• Zonas limpas (tratamento de roupa limpa,...)	Não	—	—

Sinalética Interior	Instalação não dispõe de sinalética informativa adequada para orientação de utentes e de profissionais
Higiene e Limpeza	Avaliação: 3

CONFORTO TÉRMICO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Sistema de Climatização	Instalação não dispõe de sistema de climatização • Avaliação: —
Conforto Térmico	Avaliação: 1
Eficiência Energética	Instalação não dispõe de sistemas/ equipamentos para aumentar a eficiência energética
Certificação Energética	Instalação não dispõe de certificação energética

EQUIPAMENTO E SEGURANÇA

Equipamento:	Disponibilidade	Avaliação da adequação/ operacionalidade
• Equipamento para resposta a situações de emergência	Não	—
• Equipamento para eletrocardiografia	Não	—
• Equipamento ecográfico	Não	—
• Equipamento radiológico	Não	—
• Equipamento para intervenção em saúde oral	Não	—
• Equipamento para resposta rápida em patologia clínica	Não	—
• Equipamento frigorífico com registo de temperatura	Sim	3
• Sistema de vigilância e deteção de intrusão	Não	—
• Sistema de deteção e alarme de incêndio	Não	—
• Meios de combate de incêndios	Sim	3
• Central de energia de emergência	Não	—
• Viaturas afetas à prestação de cuidados de saúde	Não	—
• Unidades móveis para a prestação de cuidados de saúde	Não	—

Plano de Emergência	Instalação não dispõe de Plano de Emergência
---------------------	--

NECESSIDADES DE INVESTIMENTO

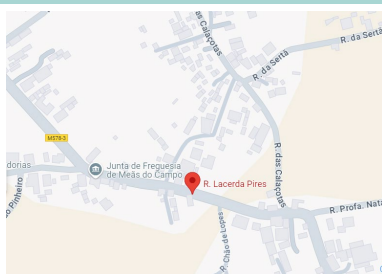
Necessidades de Investimento Identificadas

- Cobertura (impermeabilização, isolamento e outros)
Maturidade: 1 • Valor: 40.926,56€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Pintura de paredes exteriores
Maturidade: 1 • Valor: 1.000,35€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Reboco e pintura de paredes exteriores
Maturidade: 1 • Valor: 4.310,22€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Tetos (reboco/estruque, gesso laminado/PVC/metálicos)
Maturidade: 1 • Valor: 1.537,52€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Caixilharia e portas interiores (aros e guarnições, acessórios e portas)
Maturidade: 1 • Valor: 1.371,17€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Persianas PVC exteriores
Maturidade: 1 • Valor: 278,43€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Equipamentos sanitários (louças, torneiras e acessórios)
Maturidade: 1 • Valor: 4.400,00€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Rede de distribuição de água
Maturidade: 1 • Valor: 2.365,00€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Rede de drenagem de águas pluviais e residuais
Maturidade: 1 • Valor: 1.926,94€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação elétrica
Maturidade: 1 • Valor: 1.930,23€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de telecomunicações, CCTV, alarme e intrusão
Maturidade: 1 • Valor: 8.437,50€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de sistemas de climatização
Maturidade: 1 • Valor: 8.925,00€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de segurança contra incêndios
Maturidade: 1 • Valor: 9.062,50€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Ampliação de corredores; Instalação sanitária adaptada a pessoas com mobilidade condicionada; Portas de acesso no interior do edifício
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —

Legenda:

- Avaliação: 1 -muito má; 2 -má; 3 -razoável; 4 -boa; 5 -muito boa
- Grau de Maturidade: 1-necessidade de investimento identificada; 2-investimento planeado; 3-em fase de projeto; 4-em fase de contratualização; 5-em curso

IDENTIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO



Unidade Local de Saúde [ULS]	ULS Baixo Mondego
Centro de Saúde [CS]	CS Montemor-o-Velho
Unidades Funcionais e Serviços	UCSP Margens do Mondego – Polo Meãs do Campo
Morada	Rua Lacerda Pires, Lugar do Pinheiro • 3140-166 Meãs do Campo
Coordenadas GPS	40.209905, - 8.627698 • N40° 12' 35.658", W8° 37' 39.713"

ACESSIBILIDADE À INSTALAÇÃO DE SAÚDE

Transporte Público	Instalação localizada em zona servida por rede de transportes públicos • Avaliação: 2
Eixos Viários	Instalação localizada em zona com ligações aos eixos viários existentes • Avaliação: 3

CARATERIZAÇÃO GERAL DA INSTALAÇÃO

Titularidade	Junta de Freguesia de Meãs do Campo
Ano de Construção/ Remodelação	2009
Entrada em Funcionamento	2009
Tipo de Construção	Construção de raiz
Tipo de Implantação	Em edifício autónomo
Número de pisos	1

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA INSTALAÇÃO

Estado Geral de Conservação do Edifício	Avaliação: 2
• Estrutura do Edifício	Avaliação: 1
• Cobertura do Edifício	Avaliação: 1
• Fachada do Edifício	Avaliação: 2
• Interior do Edifício	Avaliação: 3

CARATERIZAÇÃO GERAL DO ESPAÇO EXTERIOR

Sinalética Exterior	Instalação não dispõe de sinalética informativa adequada
Lugares de estacionamento	Instalação dispõe de lugares de estacionamento
Iluminação	Instalação não dispõe de iluminação exterior adequada
Espaços verdes	Instalação não dispõe de espaços verdes
Estado geral de conservação	Avaliação: 3

ADAPTABILIDADE A PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA

Estacionamento	Instalação não dispõe de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada
Rampas de Acesso	Instalação dispõe de rampas de acesso
Elevadores	Instalação não dispõe de elevadores destinados a pessoas com mobilidade condicionada
Instalações Sanitárias	Instalação não dispõe de instalações sanitárias adaptadas
Meios para Acesso e Circulação	Avaliação: 2

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E FUNCIONALIDADE DA INSTALAÇÃO

Área de Prestação de Cuidados:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade
• Área de acolhimento de utentes	Sim	2	3
• Área de receção administrativa de utentes	Sim	3	3

• Salas de espera	Sim	1	2
• Sala de espera infantil	Não	—	—
• Instalações sanitárias para utentes	Sim	4	4
• Gabinetes de consulta médica	Sim	3	3
• Gabinetes de consulta de enfermagem	Sim	3	3
• Salas de tratamento	Não	—	—
• Gabinete de medicina dentária	Não	—	—
• Sala de colheitas para exames laboratoriais	Não	—	—
• Instalação para realização de exames de radiologia	Não	—	—

Área de Apoio aos Profissionais:	Disponibilidade	Avaliação da adequação	Avaliação da funcionalidade
• Sala de reuniões	Não	—	—
• Sala de formação/ biblioteca	Não	—	—
• Sala de pessoal	Não	—	—
• Vestiários e instalações sanitárias	Não	—	—
• Depósito de material clínico e farmacêutico	Não	—	—
• Depósito de consumíveis clínicos	Não	—	—
• Depósito de consumíveis não clínicos	Não	—	—
• Central de garrafas de oxigénio	Não	—	—
• Depósito e triagem de resíduos	Não	—	—
• Depósito de resíduos com risco biológico	Sim	3	1
• Zonas sujas (roupas sujas, material contaminado,...)	Não	—	—
• Zonas limpas (tratamento de roupa limpa,...)	Não	—	—

Sinalética Interior	Instalação não dispõe de sinalética informativa adequada para orientação de utentes e de profissionais
Higiene e Limpeza	Avaliação: 1

CONFORTO TÉRMICO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Sistema de Climatização	Instalação não dispõe de sistema de climatização • Avaliação: —
Conforto Térmico	Avaliação: 1
Eficiência Energética	Instalação não dispõe de sistemas/ equipamentos para aumentar a eficiência energética
Certificação Energética	Instalação não dispõe de certificação energética

EQUIPAMENTO E SEGURANÇA

Equipamento:	Disponibilidade	Avaliação da adequação/ operacionalidade
• Equipamento para resposta a situações de emergência	Não	—
• Equipamento para eletrocardiografia	Não	—
• Equipamento ecográfico	Não	—
• Equipamento radiológico	Não	—
• Equipamento para intervenção em saúde oral	Não	—
• Equipamento para resposta rápida em patologia clínica	Não	—
• Equipamento frigorífico com registo de temperatura	Não	—
• Sistema de vigilância e deteção de intrusão	Não	—
• Sistema de deteção e alarme de incêndio	Não	—
• Meios de combate de incêndios	Não	—
• Central de energia de emergência	Não	—
• Viaturas afetas à prestação de cuidados de saúde	Não	—
• Unidades móveis para a prestação de cuidados de saúde	Não	—

Plano de Emergência	Instalação não dispõe de Plano de Emergência
---------------------	--

NECESSIDADES DE INVESTIMENTO

Necessidades de Investimento Identificadas

- Cobertura
Maturidade: 1 • Valor: 21.877,41€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Rebocos e pintura de paredes interiores e exteriores
Maturidade: 1 • Valor: 18.110,82€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Caixilharia e portas exteriores (janelas, acessórios e portas) e caixilharia e portas interiores (aros e guarnições, acessórios e portas)
Maturidade: 1 • Valor: 3.934,01€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Teto (gesso laminado/PVC/metálicos, reboco/estruque e pinturas)
Maturidade: 1 • Valor: 7.511,13€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação elétrica
Maturidade: 1 • Valor: 1.275,75€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de telecomunicações, CCTV, alarme e intrusão
Maturidade: 1 • Valor: 415,53€ • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de segurança contra incêndios
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Instalação de sistemas de climatização
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —
- Criação de estacionamento para utentes com mobilidade condicionada e alteração da porta de acesso ao interior do edifício
Maturidade: 1 • Valor: — • Duração: — • Fonte de Financiamento: —

Legenda:

- Avaliação: 1 -muito má; 2 -má; 3 -razoável; 4 -boa; 5 -muito boa
- Grau de Maturidade: 1-necessidade de investimento identificada; 2-investimento planeado; 3-em fase de projeto; 4-em fase de contratualização; 5-em curso

